



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E
POLÍTICA ELABORADAS POR FIÉIS E LÍDERES EVANGÉLICOS:
um estudo em Juazeiro do Norte/CE**

JOSÉ ERIVAN LIMA DE CARVALHO

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E
POLÍTICA ELABORADAS POR FIÉIS E LÍDERES EVANGÉLICOS:
um estudo em Juazeiro do Norte/CE**

JOSÉ ERIVAN LIMA DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Lemuel Dourado Guerra Sobrinho

CAMPINA GRANDE - PB
2019

C331r
Carvalho, José Erivan Lima de.
Representações sociais da relação entre religião e política elaboradas por fiéis e líderes evangélicos: um estudo em Juazeiro do Norte/CE / José Erivan Lima de Carvalho. – Campina Grande, 2019.
149 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho".

Referências.

1. Sociologia da Religião. 2. Representações Sociais. 3. Religião e Política. 4. Religião Evangélica e Política. I. Guerra Sobrinho, Lemuel Dourado. III. Título.

CDU 316.74:2(043)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

A Deus, criador e sustentador da vida.

A minha mãe que nunca deixou de acreditar em mim.

FOLHA DE AVALIAÇÃO**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E
POLÍTICA ELABORADAS POR FIÉIS E LÍDERES EVANGÉLICOS:
um estudo em Juazeiro do Norte/CE**

JOSÉ ERIVAN LIMA DE CARVALHO

Defesa realizada em 26 / 02 /2019.CONCEITO: APROVADO **BANCA EXAMINADORA**Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
OrientadorJose Maria Jesus Izquierdo Villota
Membro interno (PPGCS/UFCG)Maria da Conceição Mariano van Oosterhout
Examinadora externa (UACS/UFCG)

Agradecimentos

Diante da minha convicção da existência de um ser soberano que cria e sustenta o universo, agradeço inicialmente a Ele, Deus, com toda minha força e entendimento.

Agradeço em especial minha mãe, Neuma, por acreditar sempre em meus projetos.

Quero externar minha gratidão a minha família, meu pai Luiz, minha irmã Erivânia, meu irmão Jôsvan, que mesmo todos distante em espaço físico, contribuíram, de alguma forma na construção deste trabalho, sempre me apoiando.

Sou grato a CAPES que financiou minhas pesquisas.

Quero agradecer meu orientador, Lemuel, que contribui ricamente para construção deste trabalho, corrigindo, apontando sugestões e sempre colocando: “vamos terminar esse ciclo”.

Sou extremamente grato ao professor Lemuel e o professor Mário Henrique Guedes Ladosky que compreenderam muito bem minha situação, em um momento bem particular da vida, ajudando-me na continuação do programa de pós-graduação.

Meu amigo Pr. Almir, que me orientou a tomar decisões, contribuindo no término deste trabalho.

A Faculdade Batista do Cariri (FBC) pelo apoio no aprimoramento das minhas pesquisas.

Também aos meus professores do programa do PPGCS, pela competência que demonstraram no Curso.

Aos meus colegas da universidade que me apoiaram.

Sou grato a todos!

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar as representações sociais da relação entre religião e política, construídas por evangélicos de Juazeiro do Norte (CE), destacando os sentidos atribuídos e suas formas de pensar sobre seu envolvimento em atividades socialmente classificadas como políticas. Focalizamos as motivações de engajamento político de fiéis e lideranças, os parâmetros em que baseiam seu comportamento eleitoral, a participação em manifestações públicas, campanhas político-partidárias e as decisões relativas a candidaturas a cargos eletivos. A perspectiva teórica inspira-se na teoria das representações sociais, de Moscovici (2015) e no debate feito na literatura especializada sobre a relação dos evangélicos com a política. A metodologia utilizada incluiu a realização de entrevistas estruturadas e semiestruturadas com amostras não probabilísticas do grupo de fiéis e de líderes religiosos evangélicos na cidade mencionada. As representações sociais que os evangélicos fazem da relação religião e política apontam para os seguintes elementos, dentre outros: (1) a participação política dos atores sociais evangélicos é vista como uma forma de conquistar benefícios sociais para suas comunidades; (2) a participação política dos evangélicos é vista como capaz de produzir mudanças nas formas de pensar e atuar da sociedade envolvente em relação a temas 'morais'; (3) a participação política dos evangélicos tem um significativo potencial de 'vitrinização' do *ethos* evangélico, possibilitando a disseminação de suas cosmovisões ao longo do tecido social em termos legais.

Palavras-chave: Representações sociais; Evangélicos e a Política; Juazeiro do Norte-CE

ABREVIACOES

Ordem dos Ministros Evangélicos do Cariri (OMEC)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percepção da participação na política.....	57
Tabela 2 - Motivações para participação política	58
Tabela 3 – Formas de participação política	65
Tabela 4 – Pelo que se orientam para a participação política.....	69

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO 1 - OS EVANGÉLICOS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA	18
CAPÍTULO 2 - A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	47
CAPÍTULO 3 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA DE LÍDERES E FIÉIS EVANGÉLICOS, DE JUAZEIRO DO NORTE/CE	57
3.1 As representações sociais da relação entre religião e política elaboradas pelos fiéis	57
3.1.1 Participação política evangélica	57
3.1.2 Motivações para participação política.....	58
3.1.3 Formas de participação política evangélica.....	63
3.1.4 Orientações para participação política	68
3.1.5 Considerações finais sobre as representações sociais da participação política evangélica elaboradas pelos fiéis	72
3.2 As representações sociais da relação entre religião e política elaboradas pelos líderes	76
3.2.1 Melhorias sociais	77
3.2.2 A pauta de transformação social de caráter ético-moralizantes	78
3.2.3 A apologia da não participação, como blindagem moral religiosa	79
3.2.4 Proteção das minorias evangélicas e vitrinização de práticas	81
3.2.5 Orientadores para participações políticas de lideranças	88
3.2.6 Tendências das representações da relação entre religião e participação política elaboradas por líderes evangélicos.....	90
3.2.6.1 Participação política como mediadora da estabilização social.....	90
3.3.7 Ativadores da participação política dos evangélicos	91
Considerações finais	94
Referências	99
Anexos	106

Introdução

As maneiras pelas quais as variáveis sociodemográficas incidem sobre as dinâmicas de inserções sociais na esfera da política, e mais especificamente as determinações destas exercidas pelas diversas afiliações religiosas tem sido objeto de ampla reflexão na sociologia da religião, fundada em termos de sociologia clássica, por Marx, a partir do seu comentário sobre a religião como o *ópio do povo*.

Esta afirmação não é de todo originalmente marxista. A mesma frase pode ser encontrada, em diversos contextos, nos escritos de Kant, Herder, Feuerbach, Bauer, Hess e Heine (Cf. LÖWY, 2007). Na obra de Marx a expressão apareceu pouco depois, no artigo de Marx *Sobre a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844). Uma leitura atenta do parágrafo onde aparece esta frase revela que sua interpretação é mais complexa do que usualmente se acredita. Embora obviamente crítico da religião, Marx leva em conta o caráter dual do fenômeno, nos seguintes termos:

A angústia religiosa é ao mesmo tempo a expressão da dor real e o protesto contra ela. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, tal como o é o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo. (MARX, 1969a: 304)

Se lermos o ensaio completo, aparece claramente que o ponto de vista de Marx é devedor mais da postura da esquerda neo-hegeliana alemã, segundo a qual a religião seria a alienação da essência humana, que da filosofia da Ilustração – que simplesmente a denunciava como uma conspiração clerical. De fato, quando Marx escreveu a passagem mencionada era ainda um discípulo de Feuerbach, e um neo-hegeliano. Sua análise da religião era, por conseguinte, *pré-marxista*, sem referência a classes e a-histórica. Mas tinha uma qualidade dialética, apontando o caráter contraditório da *angústia* religiosa, que funcionaria simultaneamente como legitimação de condições existentes e como um potencial protesto contra estas.

Marx lança os fundamentos da sociologia da religião, estudando-a depois, particularmente em *A Ideologia Alemã* (1846), como uma realidade social e histórica a

ser analisada pelos preocupados em entender a vida social, sendo nossa dissertação tributária desse discurso inaugural do qual trouxemos apenas algumas linhas esparsas.

Na análise aqui apresentada, propomo-nos a estudar como os evangélicos de Juazeiro do Norte/CE, tanto os líderes quanto os liderados, constroem suas representações da relação entre a religião e a esfera da política, focalizando os processos de internalização e externalização de sentidos e modos de conceber a ação política pelos atores sociais citados mediados pela variável afiliação religiosa.

Este trabalho é um desdobramento de nossa monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, na qual estudamos a relação de lideranças evangélicas vinculadas à Ordem dos Ministros Evangélicos do Cariri (OMEC) com o contexto sociopolítico da cidade citada (CARVALHO, 2015).

A presença evangélica em terras juazeirenses é registrada nos censos do IBGE desde 1890, conforme Russo e Oliveira (2011), tendo neste espaço se estabelecido várias denominações do subcampo religioso dos evangélicos. Já a Ordem dos Ministros Evangélicos do Cariri (OMEC), foi criada em 1995, com um propósito inicial de congregar líderes do subcampo mencionado, objetivando o fortalecimento das novas igrejas constituídas e a mobilização para influenciar nos vários aspectos da vida da sociedade envolvente.

Essa pesquisa é relevante pela contribuição em termos da compreensão dos mecanismos de representação da relação entre religião e política mobilizados pelos evangélicos e seus eventuais reflexos na sua atuação no espaço público. Para isso, utilizamos as ferramentas propostas por Moscovici (2001; 2015) para pensar a conformação das representações sociais que grupos evangélicos constroem a respeito da relação citada, considerando o papel mediador da filiação ou não filiação das igrejas em que os indivíduos congregam à OMEC.

Nossa abordagem chama a atenção para as dinâmicas de funcionamento do subcampo dos evangélicos no contexto social de Juazeiro do Norte, uma região que tem sido estudada predominantemente em termos das dinâmicas do catolicismo.

No espaço religioso nacional, marcado pela pluralidade e heterogeneidade (STEIL, 2001; GUERRA, 2003; MARIANO, 2006;) observam-se diversos modos de

conceber a relação entre a religião e a política, observando-se um *borramento* de fronteiras entre essas esferas, o que pode ser visto como uma resposta dos evangélicos contra visões tradicionais do *secularismo*, contra as injustiças e desigualdades observadas na sociedade envolvente (Cf. BURITY, 2001).

Machado e Burity (2006) chamam a atenção aos processos pelos quais os candidatos a cargos eletivos nos diversos níveis recorrem à vinculação com instituições religiosas, em busca de seu apoio, como uma estratégia recorrente para a aquisição de capital político, em um contexto macrossocial em que a influência da religião em todas as esferas da vida social é forte. Esses autores também estudam como a ocupação de cargos eclesiásticos tem sido um critério significativo de conquista de credibilidade para a postulação de posições na esfera da política, em suas diversas instâncias.

Reich & Santos (2013) apontam para a diversidade de representações da relação entre religiosidade e política entre evangélicos, resumindo em três principais direções as concepções de representações da sua relação com a política: (1) rejeição, em sentido institucional; (2) participação e engajamento individual dos fiéis; e (3) engajamento enquanto projeto institucional da igreja. Eles discutem o papel central que as organizações evangélicas e sua teologia desempenham no cenário político latinoamericano, no sentido de moldar a representação de seus interesses, apresentando uma possível futura duplicação, na esfera da política, das igrejas enquanto modelos de máquinas políticas, especialmente naquelas em que a *teologia da prosperidade* é forte.

As relações entre o campo religioso e a esfera da política podem também ser analisadas com referência à concorrência entre as religiões. Intervenções na política podem ser vistas como facilitadoras da sobrevivência das organizações em um mercado religioso crescentemente competitivo (GUERRA, 2003).

A atuação dos evangélicos na esfera da política é vista como correspondendo a eventuais vantagens, no que se refere à destinação de recursos provenientes do Estado. A incursão dos evangélicos no cenário público pode potencializar a apropriação de benefícios às organizações evangélicas, como, por exemplo, concessões de TV e Rádio, de terrenos públicos para a construção de templos, apoio financeiro para a realização de eventos, dentre outros (GAMA & GUERRA, 2016) e a aprovação de projetos políticos

apresentados no Congresso Nacional em relação a pontos considerados importantes nos modelos de religiosidade evangélicos, tais como a ‘defesa da família’, a condenação ao homossexualismo e ao aborto.

Essa visão instrumental da participação política dos evangélicos pode desencadear processos de formação disciplinada para o envolvimento político dos fiéis, quer seja em termos de exercício do voto, quer seja como candidatos a cargos da esfera parlamentar e executiva em diversos níveis. Assistimos atualmente a uma crescente preocupação dos evangélicos com a preparação para influenciar decisivamente as eleições para os cargos eletivos, correspondendo a mesma à concepção da atuação política como uma missão corporativa coerente com as estruturas e com a teologia que incentiva práticas seculares (REICH & SANTOS, 2013).

A perspectiva teórico-metodológica adotada na pesquisa a partir da qual escrevemos nossa dissertação é a das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici com base na noção durkheimiana de representações coletivas (DURKHEIM, 2015). Para este autor, em toda sociedade existiria um conjunto de ideias, crenças, valores, regras e sentimentos, fruto do processo de associação dos indivíduos, e possuidora de vida/realidade própria, denominada de consciência coletiva. A consciência coletiva (formada por representações coletivas) seria a forma como o coletivo pensa, operacionalizando-se, em termos de sociedade, a minimização das diferenças individuais, uma vez que, por meio de suas manifestações, condicionaria os indivíduos a agirem harmônica e homoganeamente, seguindo os padrões estabelecidos pelas instituições sociais – que antecedem e sucedem os indivíduos.

Na construção das representações da participação dos evangélicos na política deve ser levada em consideração a relação entre os mecanismos de ancoragem e objetivação disponibilizados ao longo do tempo, integrando-se na análise os estoques de simbolização disponibilizados no presente e o passado. As apropriações presentes do espaço da política incorporam aquelas construídas no passado, sendo em parte reproduzidas, em parte modificadas no presente, de acordo com as forças de certos “reativadores” da memória das representações da atuação política dos evangélicos na região.

A partir das interações que se fabricam entre os campos da religião e da política, buscamos entender a dialética entre a internalização e externalização das representações coletivas sobre participação política de participantes de comunidades evangélicas, procurando analisar a interface entre as convicções religiosas e o cotidiano secular dos fiéis, observando como suas diversas posições ocupadas no espaço social, as disposições e motivações que uma orientação religiosa produz, lançam uma luz derivativa, lunar, sobre os aspectos sólidos da vida secular de um povo (GEERTZ 1978).

Procuramos então compreender os sentidos da interrelação entre religião e política, observando como as representações de participação política são construídas por evangélicos de Juazeiro do Norte em termos de *critérios para votar, participar em campanhas e manifestações políticas, bem como as candidaturas a cargos políticos*.

Analisamos também o papel das lideranças religiosas de Juazeiro na fabricação de representações sobre a relação citada, desejando evidenciar o papel da institucionalidade na construção das visões que comunidades religiosas têm da participação política, observando como a filiação dos seus líderes à OMEC influencia sua atuação nas igrejas, no que refere à moldagem das representações e comportamentos dos fiéis em relação à sua participação política.

Levamos em consideração, portanto, como o comportamento dos evangélicos é performatizado no contexto religioso, observando o papel das atuações dos líderes religiosos, abordando ainda a influência da OMEC nos modos pelos quais os fiéis e líderes de instituições religiosas concebem a relação entre religião e esfera política.

Buscamos ainda interpretar os sentidos da participação política num aspecto de intensidade destas atuações no plano da representação política, analisando, a partir da comparação entre denominações religiosas do subcampo dos evangélicos, aquelas que enfatizam o lançamento de candidatos a cargos do executivo e do legislativo. Procuramos os sentidos construídos institucionalmente para as atuações políticas mediadas pela afiliação religiosa, buscando compreender porque umas se comprometem mais que outras com a atuação na esfera da política.

A pesquisa ainda focaliza as construções teológicas denominacionais de sociodiceias da participação política performatizada, buscando compreender como estas contribuem para a gestação das representações sociais sobre a participação evangélica na política. Focalizamos como as concepções referidas à teologia e a hermenêutica praticada pelos pastores e fieis em relação à Bíblia se inserem na fabricação dos modos de pensar sua atuação política.

O levantamento de dados sobre as representações sociais da relação entre religião e política nos possibilitará entender também as direções da sua funcionalidade explicitada pelos sujeitos das comunidades religiosas pesquisadas, observando seu eventual funcionamento para a estabilização ou crítica dos arranjos sociais nas quais elas se localizam, sua função em termos de naturalização ou estranhamento do mundo. Subjacente a essa possibilidade de análise empírica está a intenção de submeter ao teste dos dados as hipóteses antagônicas em relação à funcionalidade da religião em termos da reprodução social: aquela que aponta para a mediação do conforto social e aquela que aponta para a eventual crítica do mundo.

Para compreender as representações que comunidades religiosas evangélicas fazem das interações entre religião e política, agregamos o conceito de *performance* de participação política, uma vez que corresponde a incorporações das representações sociais (MOSCOVICI, 2015), buscando descobrir como elas ritualizam, espetacularizam as atuações dos evangélicos na arena da política local, constituindo teias de significados a partir das quais os indivíduos, a partir de sua participação religiosa e os modos pelos quais se exerce a influência da OMEC, constroem suas concepções e práticas de inserção da religião no espaço público.

Analisamos ainda como estas representações sociais podem divergir entre grupos evangélicos, buscando entender como os processos de fabricação de concepções diferenciam-se entre segmentos da religião evangélica em suas participações políticas, a partir da análise de grupos religiosos protestantes históricos e identidades pentecostais tradicionais e neopentecostais.

Nossa abordagem chama a atenção para as dinâmicas de funcionamento do subcampo dos evangélicos no contexto social de Juazeiro do Norte, um espaço de

encenações religiosas majoritariamente católico, o qual tem sido objeto de investigação predominantemente em termos das dinâmicas do catolicismo.

O objetivo da pesquisa é compreender como os evangélicos constroem representações sociais da relação entre política e religião e sobre sua participação na política, sendo nosso objeto empírico a cidade de Juazeiro do Norte (CE), focalizando o papel exercido pela OMEC no processo de articulação de líderes religiosos para a atuação política no cenário local. Realizamos entrevistas em comunidades religiosas evangélicas tais como Igreja Batista Regular, Presbiteriana, Internacional da Graça, Mundial, Assembleia de Deus, Igreja Missionária Internacional Peniel, a Igreja Cristã Emanuel, Comunidade Evangélica e Igreja da Paz.

Procuramos alcançar a compreensão destas representações sociais, seguindo alguns percursos metodológicos. Fizemos visitas sistemáticas a oito comunidades das igrejas evangélicas da cidade estudada: duas protestantes históricas, duas neopentecostais e cinco pentecostais, sendo realizada observação direta em cultos regulares, reuniões de oração e classes da Escola Bíblica Dominical, de março a outubro de 2018.

Para entender as representações sociais elaboradas pelos fiéis sobre a relação entre religião e política em geral e sobre a participação de evangélicos na política, foram realizadas 76 entrevistas estruturadas e 3 entrevistas semiestruturadas. Buscando compreender as formas de pensar dos líderes sobre participação política, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas. Também foram analisadas, especificamente, quatro entrevistas semiestruturadas com integrantes componentes da Ordem dos Ministros Evangélicos do Cariri (OMEC). Além disso, foram feitas observações participantes semanalmente, buscando ainda conversas informais com fiéis e líderes sobre suas percepções referentes à participação política.

O texto da dissertação está organizado em três capítulos: no primeiro capítulo, apresentamos uma revisão da literatura que focaliza a relação entre religião e política e mais especificamente entre evangélicos e política.

No segundo capítulo trazemos as contribuições teóricas construídas por Moscovici (2001; 2015) sobre as representações sociais, focalizando-as como

construções destinadas à produção da estabilização e harmonização social, através da mobilização das memórias como material para significação das demandas do presente.

No terceiro capítulo apresentamos a análise do levantamento que fizemos sobre as representações sociais da relação entre política e religião, e sobre a participação política dos evangélicos em Juazeiro do Norte-CE, focalizando o grupo dos fiéis e o dos seus líderes religiosos.

Seguem-se as considerações finais, as referências e os anexos.

CAPÍTULO 1 - OS EVANGÉLICOS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Perspectivas sobre a atuação de evangélicos na política

A religião não se limita apenas à esfera privada, ficando evidentes as imbricações entre religião e vida pública (BURITY, 2001, 2008). A religião ultrapassa os limites do campo religioso e intervém em outros campos, inclusive no da política. Como em outros períodos da história humana, na contemporaneidade as interrelações entre público e privado são intensas, sendo no Brasil atual, marcante a ação dos atores religiosos plurais no contexto da política, da militância social sobre temas tais como os debates das questões de gênero, da sexualidade, da família e outras (BURITY, 2001, 2008).

A religião é uma parte inseparável dos contextos seculares. Boa parte dos indivíduos orienta suas atuações na vida pública com base em elementos da sua religiosidade, a partir das construções simbólicas religiosas, colocando na ordem do dia a reflexão sobre como acontecem estas imbricações entre religião e contexto público.

Em termos de análise sociológica, poderíamos tratar, por exemplo, das relações históricas dos crentes e suas igrejas/religiões com os diversos grupos sociais e forças políticas da sociedade; da função ideológica (alienante e/ou libertadora) da religião; da especificidade e eficácia da linguagem religiosa tanto na configuração das relações sociais, quanto na legitimação do poder político; da postura das igrejas/religiões nos processos de transformação social e de reestruturação do poder político ou das formas de governo; etc. Importa, aqui, analisar, descrever e explicitar a função, o papel e a importância dos crentes e de suas igrejas/religiões na configuração dos processos históricos, mais concretamente, das relações sociais e das forças políticas.

No que se refere à abordagem teológica, poderíamos tratar de todos esses assuntos, mas na perspectiva da fé de uma comunidade religiosa concreta. Seja no sentido de justificar determinadas posturas ou ações como exigência da fé ou como consequência necessária ou inevitável da fé em determinadas circunstâncias. Seja no sentido de criticar, condenar ou rever criticamente determinadas posturas ou ações como

contrárias à fé e, portanto, como injustificáveis do ponto de vista da fé. O que caracteriza o discurso teológico é que sua abordagem dos processos históricos, da configuração das relações sociais, da constituição das forças políticas, da produção e eficácia dos discursos ideológicos e da participação dos crentes e de suas igrejas /religiões nesses processos dá-se a partir da fé da comunidade religiosa em que ele está enraizado e é produzido e em função dela.

Enquanto as ciências sociais e políticas procuram analisar a função, o papel e a importância da religião na constituição e configuração dos processos históricos, das relações sociais e das forças políticas, a teologia procura analisar todos esses processos e a participação dos crentes e de suas igrejas/religiões nesses mesmos processos a partir da fé - no sentido de ver se estão mais ou menos de acordo com as exigências fundamentais da fé e de discernir, entre as diversas possibilidades históricas, caminhos, posturas e ações para os crentes e suas comunidades religiosas em vista da eficácia da fé. Não existe, necessariamente, contradição entre ambas as perspectivas. Tratam-se, antes, de acessos diferenciados à mesma realidade (relação teologia e política), os quais podem permitir, promover e potencializar o conhecimento de dimensões ou aspectos diversos da mesma realidade.

Indo mais longe, ousaríamos afirmar, inclusive, que se tratam de abordagens que de uma forma ou de outra se implicam mutuamente. Afinal, se as ciências sociais e políticas querem compreender realmente a função, o papel e a importância da religião nos processos sociais e políticos, não podem desconsiderar a perspectiva própria e específica (cosmovisão, as tradições, os interesses...) dos crentes e de suas igrejas/religiões.

Por outro lado, se à teologia interessa, antes de tudo, a eficácia da fé, ela não pode ficar indiferente aos resultados reais e concretos da práxis dos crentes e de suas igrejas/religiões nos processos históricos. Tem que levá-los a sério, sob pena de se reduzir a especulações teóricas sem eficácia histórica ou, o que é mais provável, ser transformada (por comissão ou por omissão) em instrumento de legitimação ideológica de determinadas práticas contrárias à fé.

Ellacuría (2000) faz um esboço tipológico de algumas atitudes ou posições e disposições dos cristãos e das igrejas cristãs acerca da efetivação e compreensão do caráter social e político da fé para, a partir daí, esboçar alguns modelos prático-teóricos de relação da teologia com os movimentos sociais e políticos.

O autor fala de quatro tipos de posição e disposição adotados pelos cristãos e suas igrejas para tornar efetiva a libertação social e política que a fé exige. O primeiro tipo é o *moralismo ingênuo*. Não nega as implicações sociais e políticas da fé, mas se recusa “sujar as mãos” com as práticas sociais políticas concretas por não corresponderem plenamente à perfeição almejada pela fé. Limita-se, por isso, a exigências e declarações abstratas, gerais, universais. No extremo, tende a “reduzir a função da libertação estritamente cristã à conversão dos corações e à proclamação de ideais abstratos” (ELLACURÍA, 2000, p.318).

Para esse autor, haveria uma diferença entre o dinamismo da fé e o dinamismo social e político, não se observando uma interação constitutiva e necessária entre a esfera da religião e a da política:

Tratam-se de duas coisas distintas, duas coisas que têm relação, mas esta relação se estabelece mais em termos de paralelismo que de mútua determinação e, em alguns casos, de interação. (ELLACURÍA, 2000, p.318)

O segundo tipo é o *fanatismo fundamentalista e o simplismo messiânico*. Pensa que a fé é suficiente para entender e transformar a realidade e que, por isso, não necessita de outras mediações teóricas e práticas. Supõe, ademais, que “existe uma solução especificamente cristã para os problemas políticos, econômicos e sociais” (ELLACURÍA, 2000, p.318). Seria quase uma consequência da ‘fidelidade ao evangelho’. Existe, aqui, “uma fé cega na bondade da própria atitude e posição e uma segurança messiânica do triunfo. O importante é que não se apague o fogo, que não se extinga a esperança nem a paixão” (ELLACURÍA, 2000, p.319). Acentua-se, certamente, o caráter social e político da fé, sua eficácia histórica, mas perde de vista a complexidade da realidade e de seu processo de transformação, supervaloriza a fé e pode prescindir dos demais elementos e forças sociais.

O terceiro tipo seria o *reducionismo*. A fé acaba sendo reduzida à sua dimensão social e política. Seja na medida em que toda atenção se volta para os aspectos da fé que têm implicações sociais e políticas mais diretas; seja na medida em que a fé é tratada como uma espécie de “propedêutica da ação política” ou, quando muito, “como motor acessório do compromisso” (ELLACURÍA, 2000, p. 319). O que importa mesmo é a libertação social e política, quando não, a ação de uma organização social ou política concreta. A fé deve estar subordinada a ela. Se contribui, ótimo; se, de alguma forma, atrapalha, deixa-se. Há, aqui, um reducionismo da fé à sua dimensão social e política e uma subordinação da fé à efetividade das lutas sociais políticas - como se ela não pudesse exercer, aí, de alguma forma, uma função crítica;

O quarto tipo é o *realismo*. Por um lado reconhece e respeita a especificidade tanto da fé quanto das atividades propriamente políticas. Procura identificar a contribuição e os limites da fé na ação propriamente política, assim como a contribuição e os limites da ação política na realização do reino de Deus. O autor afirma que “a mensagem evangélica é indispensável para que aja uma libertação total dos homens, dos povos e das estruturas” (ELLACURÍA, 2000, p.320s). Mas afirma também que “não basta a mensagem evangélica, porque esta não tem armas próprias nem para discernir as causas da opressão e as propostas de libertação nem, menos ainda, para leva-las a cabo” (ELLACURÍA, 2000, p.321).

Por outro lado, insiste no fato de que

nenhuma forma política se acomoda perfeitamente às exigências do reino, mas nem por isso iguala todas as formas políticas ou prescinde de todas elas em razão de um purismo que não tem sentido em um mundo histórico. (ELLACURÍA, 2000, p. 321)

Por isso mesmo procura “potencializar ao máximo a força libertadora da fé”, superar as “atitudes ingênuas”, discernir permanentemente os “sinais dos tempos” e criar

formas de colaboração nos processos de libertação, as quais podem ser diversas para a igreja como instituição e para os crentes, especialmente os leigos, que desejam se comprometer diretamente com determinadas linhas políticas ou mesmo com determinados partidos e organizações concretas. (ELLACURÍA, 2000, p.321)

Para Ellacuría (*idem*), essa é a forma mais adequada e apropriada para “ir encontrando o modo concreto mais efetivo de conciliar a autonomia da fé com a exigência irrecusável de que essa fé promova eficazmente a justiça e a libertação” (ELLACURÍA 2000:322).

Dependendo da atitude adotada ou do predomínio de uma ou outra atitude na efetivação da dimensão social e política da fé, acaba-se assumindo um determinado modelo prático-teórico de relação com os movimentos sociais e políticos. Ellacuría (*idem*) identifica três modelos-tipos, em torno dos quais se pode esquematizar uma série de comportamentos: o ‘modelo de substituição ou anulação’, o ‘modelo de prestação de serviço e de apoio’; e o ‘modelo de de colaboração social’.

No *modelo de substituição ou de anulação*, o fundamental e decisivo é a libertação social, política e econômica. Tudo mais é relativizado e a ela subordinado. A fé vale e deve ser cultivada na medida e na proporção que serve à luta social e política. “Quando se trata da sobrevivência, as demais coisas, inclusive as coisas da fé, podem esperar” (ELLACURÍA 2000, p.323). Nesta perspectiva, pode chegar o momento em que se faça necessário “romper com a igreja institucional” e até mesmo “abandonar o cultivo da fé, na medida em que esse cultivo possa impedir ou frear a luta revolucionária” (ELLACURÍA 2000: 324).

Se existir algum conflito ou incompatibilidade entre as estratégias de luta de uma determinada organização social ou política e as exigências e o dinamismo da fé, são estes que devem ser sacrificados. A luta social e política é o mais fundamental, o mais urgente e o mais decisivo. A fé deve estar a serviço da luta, ajudar a despertar e formar bons quadros para a luta social e política. Isso supõe

uma plena subordinação da organização eclesial [...] à organização política e a subordinação da fidelidade à instituição eclesial à fidelidade ao movimento revolucionário e pode chegar a supor a substituição da vivência e dos valores cristãos pela vivência e pelos valores políticos. (ELLACURÍA, 2000, p.324)

A fé e a comunidade eclesial podem acabar sendo reduzidas a um instrumento, mais ou menos útil ou oportuno, da luta social e política, a um estágio de transição (despertar da consciência) para a luta ou a uma escola de formação de quadros para a luta social e política.

No *modelo de prestação de serviço e de apoio*, a fé não é reduzida à sua dimensão social e política nem subordinada a uma determinada organização social ou política. Aqui se mantém a “autonomia da fé” frente aos processos sociais e políticos da sociedade; procura-se dinamizá-la em seus vários aspectos ou dimensões e, como uma de suas tarefas, procura-se colocar a serviço dos movimentos sociais e políticos. A fé não existe, simplesmente, para “promover a luta pela justiça”, mas esta é uma de suas tarefas principais. E sua efetivação só é possível através de “algum dos movimentos políticos, aos quais se ajuda religiosa e politicamente e frente aos quais se limita o que de crítica possa ter a fé” (ELLACURÍA, 2000, p. 325). Não se subordina, necessariamente, a fé a uma organização política, uma vez que a opção política (pessoal, grupal ou institucional) nasce no seio da fé, como uma exigência histórica de sua realização. No entanto, não se valoriza muito

o que a fé e mesmo a instituição eclesial podem fazer autonomamente em favor dos pobres e da revolução. Prefere-se potenciar as forças que realmente podem tomar o poder ou manter-se nele, perdendo aquelas debilidades que a luta política pelo poder leva necessariamente consigo. (ELLACURÍA, 2000, p.325)

Não se reduz a fé à luta social e política, mas se acaba reduzindo a luta social e política à luta das organizações sociais e políticas, como se a fé e a comunidade eclesial não pudessem realizar sua dimensão social e política por outros caminhos, que não os movimentos sociais e políticos. Além do mais, perde, muito facilmente, a capacidade crítica frente a tais organizações ou movimentos. A relação com eles acaba se reduzindo a uma relação “prestação de serviço e de apoio”.

O *modelo de colaboração social*, por sua vez, fundamenta-se na especificidade e nos limites da fé e da comunidade eclesial frente aos diversos processos e organizações

sociais e, sobretudo, políticos da sociedade. O específico da fé e da instituição eclesial é a realização histórica do reinado de Deus que, por sua vez, tem uma dimensão social e política. Mas não se esgota no social e no político. De modo que a fé e a igreja não podem se esgotar no social e político. Seu específico

não é a promoção daqueles aspectos políticos e técnicos, necessários para a realização do reino de Deus na história, mas que não esgotam a constituição do reino nem são possibilidade imediata para o crente enquanto crente ou para a igreja enquanto igreja. (ELLACURÍA, 2000:236)

Mas se a fé e igreja têm uma especificidade e uma tarefa próprias e, neste sentido, distinguem-se de outros dinamismos e de outras organizações, não são completamente independentes de outros dinamismos e de outras organizações sociais, nem são autossuficientes. Têm uma missão que extrapola seus meios e possibilidades próprios. A fé, enquanto fé, a igreja, enquanto igreja, não dispõe dos meios necessários para a realização do reino de Deus na história. Daí que nem possam, sem mais, identificar-se com determinados aspectos ou organizações, nem possam prescindir deles.

Diversos autores se propuseram a discutir a questão da presença da religião na esfera pública, porém, como nossa intenção neste capítulo é analisar a relação entre instituições religiosas e participação política, não pretendemos aqui fazer um longo inventário sobre a literatura politológica que se dedica à interface religião/política, de modo que focalizamos apenas as pesquisas acerca da influência das instituições religiosas na formação, mobilização e engajamento político dos indivíduos.

Dentre os pesquisadores mais conhecidos e citados encontram-se Sidney Verba, Kay L. Schlozman e Henry E. Brady. Esses autores possuem diversos textos que abordam a relação religião/política, dentre eles *Voice and Equality* (1995), no qual desenvolvem o Modelo de Voluntarismo Cívico com a finalidade de explicar a participação política. Buscando entender o impacto organizacional da igreja no engajamento político dos americanos, os autores destacam o papel dessa instituição no desenvolvimento de habilidades cívicas, definidas como capacidades organizacionais e

comunicacionais que permitem o engajamento em atividades nas quais as pessoas podem expressar sua voz no processo político. Tais habilidades seriam recursos que facilitariam a participação política, quando empregadas em favor de suas causas.

As igrejas, instituições não políticas da vida adulta, promoveriam a chance de praticar tais habilidades, isto é, seriam lugares nos quais os cidadãos podem desenvolver características que poderiam torná-los ativos politicamente. Segundo Verba, Schlozman e Brady (1995), a filiação religiosa tem como diferencial o fato de não ser estratificada por renda, etnia ou gênero, o que permite que a divisão de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cívicas seja relativamente igual entre os seus membros. Assim, devido a essa distribuição de oportunidades, as instituições religiosas parecem ter o potencial de reforçar os recursos políticos disponíveis aos cidadãos desprivilegiados.

Percebendo o papel significativo que as igrejas desempenham como instituições espirituais e sociais, os autores dedicam-se a examinar a sua função, enquanto geradoras de envolvimento político, entre os afro-americanos e latinos nos Estados Unidos.

Dentre outros achados, encontraram que os afro-americanos são mais ativos que os latinos e os brancos na frequência em atividades da igreja, no tempo gasto em atividades educacionais, sociais e de caridade dentro da igreja, e na contribuição de fundos. Além disso, verificaram que os latinos, apesar de possuírem um alto nível de frequência à igreja, possuem baixo nível de envolvimento em atividades educacionais, de caridade e sociais ligadas às suas igrejas, o que pode estar relacionado com o fato de serem mais propícios ao Catolicismo do que ao Protestantismo (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Segundo os autores, essas diferenças comportamentais podem estar ligadas a características organizacionais, já que as igrejas católicas e protestantes diferem em diversas dimensões. Essas últimas tendem a ser menores, a maioria das suas denominações permitindo um maior nível de participação espontânea na liturgia e em grande parte estão organizadas em bases congregacionais em vez de hierárquicas como as igrejas católicas. Para os autores, os dados encontrados entre os latinos nos Estados Unidos demonstram que o tipo de igreja de que o indivíduo faz parte afeta a aquisição

de habilidades cívicas, tendo assim um efeito mediado sobre o seu padrão de atuação política.

As instituições religiosas, contudo, não apenas contribuiriam para o desenvolvimento de habilidades cívicas, como também funcionariam como lugar de recrutamento e de estímulo para o engajamento político. Por meio de sua rede de contatos, os indivíduos seriam recrutados para a participação. O envolvimento em igrejas traria também a exposição a conversas, a mensagens e a palpites políticos, mesmo em contextos institucionais que não tenham uma conexão direta com a política.

Como indicador a ser testado entre afroamericanos, latinos e brancos, os autores utilizam a frequência em reuniões na igreja para discutir algum assunto político nacional ou local e a frequência com que o clérigo discute assuntos políticos no púlpito. A diferença encontrada entre católicos e protestantes em termos de recrutamento político e exposição a mensagens políticas é pequena, se comparada com a prática de habilidades cívicas. Já entre afroamericanos e os outros dois grupos étnicos o mesmo não ocorre. Segundo os autores, por pertencerem a igrejas nas quais a estrutura interna nutre oportunidades para exercer habilidades politicamente relevantes, e por pertencerem a igrejas mais politizadas em que são expostos a estímulos, pedidos de participação e mensagens do púlpito acerca de assuntos políticos, os afro-americanos apresentam uma maior diferença que os latinos e os brancos, no tocante ao recrutamento político (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Paul Djupe e Tobin Grant (2001), a respeito do papel das instituições religiosas no desenvolvimento das habilidades cívicas e no recrutamento para o engajamento cívico, dedicam-se a analisar as formas como as instituições religiosas promovem a participação política nos Estados Unidos. Segundo esses pesquisadores, a religião e as igrejas têm mostrado um grande potencial para afetar a política americana. Diante disso, os autores citados acima buscam em *Religious Institutions and Political Participation in America* (2001) avaliar diretamente os papéis que a religião pode desempenhar na promoção da participação política para além do voto. Utilizando a mesma base de dados usada por Verba, Schlozman e Brady (1995) – *Citizen Participation Study* – e entendendo participação como comparecimento às urnas, trabalho em campanhas

políticas, contato com autoridades governamentais, participação em protestos e em políticas comunitárias, os autores vão testar as sete hipóteses seguintes¹:

H1: Fiéis que são mais ativos em suas igrejas terão maior probabilidade de participar da política devido às suas vantagens em termos de habilidades cívicas;

H2: Fiéis que são recrutados para a política por correligionários terão uma maior probabilidade de participar da política;

H3: Aqueles que têm uma posição mais clara a respeito da percepção da orientação política da igreja tenderão a participar mais da política;

H4: Eventos políticos organizados pelos líderes religiosos na igreja aumentarão a possibilidade de que os membros participem de política;

H5: A maior valorização de atividades religiosas do que atividades políticas diminuirá a probabilidade de uma pessoa participar da política;

H6: A visão de que a atividade eclesial é uma maneira de exercer impacto político aumentará a probabilidade de participação política dos fiéis;

H7: Membros de diferentes tradições religiosas diferirão em suas probabilidades de participar da política. (DJUPE e GRANT, 2001, p. 305-308, tradução livre do autor e orientador da dissertação)

Inicialmente, concordam com as evidências que atestam o papel fundamental dos recursos seculares na explicação da participação, porém também afirmam que os indivíduos religiosos não são politicamente ativos unicamente devido a tais recursos. Isso fica claro nos resultados que encontram, já que das sete hipóteses testadas, apenas duas (H1 e H7) não se mostraram válidas.

¹ H1: *Parishioners who are active in their churches will have a greater probability of participating in politics because of civic skill advantages.*

H2: *Parishioners who are recruited to politics by coreligionists will have a greater probability of participating in politics.*

H3: *Those with a clearer perception of the political orientations of the church will be more likely to participate in politics.*

H4: *Clergy-sponsored political meetings in church will increase the probability of a member participating in politics.*

H5: *Valuing religious activities more than political activities will decrease the probability of a person participating in politics.*

H6: *Viewing church activity as a way to have a political impact will increase the probability of participating in politics.*

H7: *Members of different religious traditions will differ in their probabilities of participating in politics.*

David E. Campbell, em *Acts of faith: Churches and political engagement* (2004), também parte de uma premissa semelhante à de Verba, Schlozman e Brady (*idem*) para pensar a relação entre participação política e religião, porém seu foco de pesquisa são os evangélicos protestantes brancos. Entendendo participação política tanto como comparecimento às urnas como participação não eleitoral, o autor busca verificar como o tempo gasto pelos evangélicos dos Estados Unidos em prol de suas igrejas prejudica a participação na comunidade maior e o engajamento político. Para Campbell (*idem*), a igreja exige tanto tempo e energia de seus membros em suas atividades que sua participação em comunidades maiores e o seu engajamento político são prejudicados.

Porém, esse alto comprometimento de tempo que algumas igrejas pedem de seus membros não é o único foco do autor. Esse ainda busca entender como a rede social resultante da atividade religiosa contribui para uma ação política esporádica de seus membros. Uma vez que a participação em atividades da igreja reforça os contatos sociais, esses contatos poderiam ser utilizados esporadicamente para uma rápida e intensa mobilização. Segundo o autor, pode-se esperar dos evangélicos, então, uma atitude política quando seus valores morais forem ameaçados (CAMPBELL, 2004).

Já Michael Jones-Correa e David L. Leal, em *Political Participation: Does Religion Matter?* (2001) testam as hipóteses de Verba, Schlozman e Brady (1995) a respeito da relação entre religião e participação política entre os latinos americanos católicos. Os pesquisadores buscam verificar se o argumento utilizado em *Voice and Equality* a respeito do baixo desenvolvimento de habilidades políticas de católicos se aplica a todos os membros desse segmento religioso, independentemente da etnia, bem como procuram identificar se essa teoria faz uma diferenciação satisfatória entre católicos e protestantes dentro do mesmo grupo étnico.

Para tanto, utilizam os dados do *Latin National Political Survey* (LNPS) dos anos 1989/1990, um *survey* cuja amostragem traz os três maiores grupos étnicos latinos na América: americanos mexicanos, cubanos e porto-riquenhos. Ao selecionarem variáveis eleitorais e não eleitorais desse banco de dados, os autores não encontraram

evidências que apoiem a hipótese de que os católicos dos grupos latinos abordados no LNPS são menos suscetíveis a serem ativos politicamente que os protestantes latinos.

Assim, contrariando Verba, Schlozman e Brady (1995), os dados encontrados por Jones-Correa e Leal indicam que o catolicismo entre esses latinos não está associado com níveis reduzidos de participação política. Isto é, igrejas, tanto católicas quanto protestantes, oferecem um significativo encorajamento para o engajamento político.

Robert Putnam (1993 e 2000) também teoriza a respeito da importância das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas, mas diferentemente de Verba, Schlozman e Brady (1995), o autor defende a relevância dessas instituições para a formação do capital social, entendido como o conjunto das conexões entre indivíduos por meio das quais as redes sociais e as normas de reciprocidade e confiança surgem. Destaca, então, a importância dos laços sociais e normas compartilhadas para o bem-estar social e para a eficiência econômica, por meio dos quais a sociedade civil promove diretamente capital social, que em troca facilita a participação política e o bom governo.

Putnam (2000) enfatiza a importância das igrejas e outras organizações religiosas na formação desse capital social, afirmando que as igrejas protestantes americanas têm sido através dos séculos, instituições sociais que têm promovido as bases organizacionais e psicológicas para uma variedade de movimentos sociais e políticos. Assim, as organizações baseadas na fé têm servido à vida civil não apenas promovendo suporte social para seus membros e serviços sociais para a comunidade maior, mas também inculcando valores morais, encorajando o altruísmo e fomentando o recrutamento cívico. Um exemplo disso seria a importância da igreja protestante nas comunidades afro-americanas. Segundo o autor, ao encorajar a mistura de assuntos religiosos e comunitários, a tradição religiosa negra nos Estados Unidos faz com que as organizações baseadas na fé sejam centrais ao capital social e ao engajamento cívico nessas comunidades (PUTNAM, 2000).

Com base nessas pesquisas já é possível acompanhar os caminhos que estão sendo traçados pelos estudos recentes a respeito da relação entre organizações religiosas

e comportamento político. Nota-se que a literatura não é consensual a respeito dessa relação e seus efeitos. Enquanto autores como Verba, Schlozman e Brady (1995) apontam essas instituições no desenvolvimento de habilidades cívicas e no aumento das taxas de participação, Paul A. Djupe e J. Tobin Grant (2001) defendem que, apesar da frequência à igreja estar relacionada com o comportamento político dos indivíduos, as habilidades cívicas adquiridas nessa instituição não potencializam o engajamento político. Putnam (1993 e 2000), por sua vez, destaca a importância das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas por uma perspectiva diferente desses autores, focando na formação do capital social.

Discutindo mais especificamente os evangélicos, Freston (2006) propõe três modelos em que se pode classificar o envolvimento dos evangélicos com a política: (1) o modelo institucional; (2) o modelo autogerado; e (3) o modelo comunitário.

Segundo esse autor, na primeira década do século XXI observou-se uma intensificação no meio evangélico do envolvimento com política no Brasil (2006). Para ele, a atuação da Igreja Universal exemplifica o modelo *institucional* de atuação política evangélica, centrado na defesa de seus interesses institucionais. Um dos problemas desse modelo seria, para Freston (*idem*), o fato de que, quando segue essa linha, a igreja e os seus líderes se tornam vulneráveis a todas as contingências da esfera da política, podendo sua fala sobre a Bíblia, a fé e a salvação ser contagiada por elas.

O que Freston (*idem*) define como *modelo autogerado* ou auto-impulsionado de atuação dos evangélicos na política estaria centrado na atuação dos indivíduos evangélicos. Um indivíduo evangélico constrói uma projeção política, atua de maneira autônoma e faz um apelo aos evangélicos para que votem nele. Há muitos deputados estaduais e federais evangélicos que se enquadram nesse modelo. O problema é que muitas vezes o candidato se apresenta como evangélico para fins de obter votos, mas depois de eleito não vê nenhuma necessidade de responder aos evangélicos que o elegeram. Os seus eleitores *irmãos* podem então se perguntar: “Como é possível um evangélico que parecia tão bom acabar tão mal?”

O terceiro *modelo* de atuação política evangélica focalizado por Freston (2006), o *comunitário*, não é nem um modelo institucional-corporativo, mas também não é um modelo individual, solto. Nesse tipo de atuação política os evangélicos se envolvem politicamente não em nome de suas igrejas ou instituições, mas representando grupos de pessoas que pensam politicamente de uma mesma forma, inspiradas pela sua compreensão da fé cristã. Assim, os que exercem mandatos políticos não ficam soltos, mas interagem e respondem a outras pessoas que podem, se necessário, até mesmo repreendê-los e aconselhar sua saída da política (FRESTON, 2006).

O discurso dos convertidos às religiões evangélicas, não raro, enfatiza que determinados comportamentos antes praticados, como o uso de bebidas alcoólicas ou tabagismo, as relações sexuais fora do casamento, os modos antigos de se divertir, não devem fazer mais parte da vida de quem *nasceu de novo*². Nesses modelos de religiosidade, busca-se o estabelecimento de relações com pessoas com os mesmos costumes evangélicos, devendo-se evitar, por exemplo, casamentos entre convertidos e os que têm um estilo de vida diferente daquele presente no universo evangélico (CARVALHO, 2015).

Para alguns evangélicos a *política não é lugar para crentes*. Para outros, os que defendem projetos de atuação evangélica na esfera da política, não haveria uma necessidade de ruptura religiosa para a construção da presença evangélica no campo da política. Bastaria haver somente procedimentos de ajustes entre as duas esferas: religião e política, o que seria garantido pela obediência de certos princípios evangélicos, sendo norteadores de práticas na política.

Na atuação evangélica no campo político, elementos importantes têm sido observados, a exemplo de uma tendência significativa à ênfase no reconhecimento dos *iguais* e a da lógica da reciprocidade. A fórmula *irmão vota em irmão* sintetiza uma base argumentativa recorrente nas estratégias de mobilização do voto dos evangélicos para candidatos que emergem de dentro das comunidades evangélicas. Os evangélicos

² Termo usado por evangélicos, evidenciando que mudaram de condutas e formas de pensar.

se identificam por meio de gestos, sons, palavras, performances, vestimentas, o que facilita a plausibilidade das candidaturas de líderes ou de liderados oficializados pelos conselhos de igrejas evangélicas (BIRMAN, 2001).

Esta construção identitária religiosa, com suas especificidades de intervenções em espaços públicos no contexto nacional brasileiro, foi sendo paulatinamente fabricada ao longo da história política brasileira. A constituição de 1824 limitava a participação política de indivíduos não católicos. Participar politicamente passava pelo crivo de professar a religião católica. Porém as constituições de 1889 e 1891 enfatizaram formalmente a laicização do Estado, separando-o juridicamente da Igreja Católica (TREVISAN, 2013). Após a redemocratização brasileira, voltam à legalidade vários movimentos populares que atuavam na clandestinidade durante a ditadura militar de 1964, evidenciando-se nesse contexto a importância da religião na articulação e expressão pública daqueles movimentos (TIMMER 2011).

A constituição de 1988, com a abertura para a redemocratização após o período da ditadura militar instaurada desde 1964, abriu portas para a expressão política de grupos identitários minoritários que buscavam inserção e visibilidade no espaço público. Essa procura ofereceu condições para os evangélicos ganharem possibilidade de emergir na vida pública, expressando o crescimento demográfico religioso evangélico. Na constituinte de 1988 já aparecem no espaço parlamentar nacional, imprimindo em suas atuações elementos de suas identidades religiosas (TREVISAN, 2013).

No subcampo dos evangélicos, os pentecostais procuraram intervir na constituição de 1988, uma vez que temiam a perda de sua liberdade religiosa, bem como a aprovação da concessão de garantias para o casamento homoafetivo (TREVISAN, 2013). O tensionamento entre grupos do campo dos movimentos sociais homossexuais e feministas com grupos de identidade evangélica, especificamente pentecostais, a partir do processo de redemocratização de 1989, evidenciou a busca pelo espaço público como alternativa para marcar a posição dos evangélicos em assuntos relativos à sexualidade, à reprodução e à família (TREVISAN, *idem*).

Estes tensionamentos, bem como a busca pela liberdade religiosa, contribuíram para que grupos evangélicos apoiassem determinados candidatos políticos. No contexto de redemocratização, grupos conservadores evangélicos, por exemplo, se opuseram à *ameaça comunista*, representada por Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que perde para Fernando Henrique Cardoso (FHC), tanto em 1994, quanto em 1998. Para o período eleitoral seguinte, novas estratégias foram efetivadas pelas lideranças petistas, que buscaram aproximação com os evangélicos. Lula reconhece publicamente “a capacidade dos evangélicos para o trabalho de resgate dos marginalizados da sociedade, buscando ajuda dos evangélicos para governar o país” (TREVISAN, 2013, p. 6).

As eleições de 2010 configuraram diálogos entre grupos católicos e evangélicos em busca de uma unidade contra a descriminalização do aborto, pela rejeição do casamento civil de homossexuais, pela rejeição do projeto de lei que criminalizava a homofobia e, ainda, pela *defesa da liberdade religiosa*. A candidata Dilma Rousseff buscou então discursos e *performances* que pudessem atrair os evangélicos, feministas e grupos do segmento dos LGBT (TREVISAN, 2013).

No período de 1989 a 2012, elementos como a laicidade e a secularização são notabilizados. Trevisan (2013) afirma que, a partir do contexto nacional, estas interações religiosas evangélicas apropriaram-se do conceito de Estado laico, como elemento de afirmação e disputa. A formalização da não existência de um credo oficial no país foi vista pelos evangélicos como uma luta que abriria portas para a apropriação de formas de crer no espaço público brasileiro.

Para diversas identidades religiosas, a laicização favorece a liberdade religiosa, uma vez que através dela torna-se legítima a pluralização religiosa. Por outro, lado a laicidade do estado também é defendida por grupos feministas e LGBT+, devendo, segundo esses movimentos, os elementos religiosos se restringirem somente à esfera privada (TREVISAN, 2013).

Freston (2006) comenta a visão de que a relação entre política e religião em geral e mais especificamente entre evangélicos e política se configura como algo negativo, nos seguintes termos:

Quanto mais estudo a história do envolvimento político cristão e a realidade global dos evangélicos na política contemporânea, mais convicto me torno de duas coisas. Uma é a relação entre a atuação política evangélica e os outros aspectos da realidade eclesial, pois a longo prazo o envolvimento político sadio é imprescindível para a saúde da própria igreja, assim como para o bem da sociedade. A outra é a importância do caso brasileiro, pois a comunidade evangélica brasileira é a segunda maior do mundo. Na Europa muitas pessoas acreditam que o crescimento evangélico em vários países do Terceiro Mundo é tão perigoso para a política quanto o crescimento do fundamentalismo islâmico. (FREESTON, 2006, pp.7-8)

Segundo esse autor, inclusive, a atuação dos evangélicos no caso brasileiro apontaria para uma contribuição positiva ao país. Furtamo-nos a avaliar essa atuação, na medida em que nossa intenção aqui é levantar pontos que contribuam para a compreensão das representações sociais que fundamentam sua atuação na política.

Entretanto, concordamos com Freston (2006) de que não há nenhuma ameaça provável que justifique uma ação de coibir a interrelação entre religião e política, uma vez que o pluralismo da ordem democrática permite que convivam elementos político-ideológicos diversos, desde que respeitadas as regras do jogo democrático vigentes.

Os atores religiosos, como outros quaisquer, podem ter corresponsabilização nos destinos da política, podendo ser responsáveis pelo fortalecimento ou enfraquecimento da democracia (BURITY, 2008). Pensar assim não implica em defini-los como campeões das demandas populares de base. Para Machado e Burity (2014, p. 37), por exemplo, na maioria do subcampo dos evangélicos “é clara a predominância de concepções e práticas conservadoras de democracia”

Ainda sobre a laicização, Birman (2011), compara os conceitos de Estado laico na cultura nacional brasileira e na francesa. Segundo essa autora, no caso da França, diante de uma laicização radical do Estado, religiões tradicionais como o catolicismo e protestantismo atuam no espaço público como uma tentativa de unificação moral da nação. Na sociedade francesa, o discurso do Estado laico funciona como uma das estratégias de combate a grupos religiosos minoritários, visibilizando-os como “seitas”. Neste caso, busca-se uma ordenação e coesão do espaço social, a partir da inclusão de elementos “morais”, na permissão de grupos religiosos conservadores intervirem no

contexto público e dificultar a ação pública de determinados grupos religiosos menores. Assim, no contexto da França, visibiliza-se uma apropriação do conceito de laicização com finalidades específicas de moralização e coesão social.

A partir das relações entre religião e política no contexto nacional, que se construíram e se constroem em torno de tensionamentos entre grupos identitários, com apropriações do significado do conceito de laicidade, discutiremos como estas interrelações se fabricaram na contemporaneidade da sociedade brasileira. Compreender, nas percepções de autores diversos, as fabricações destas relações entre religião e contexto público.

Maia (2013) focaliza fatores que marcam a atuação religiosa evangélica no campo político nacional: (1) o potencial de mediação de instituições religiosas entre os indivíduos e o poder estatal, através da acessibilização de informações políticas de baixo custo construídas pelas denominações evangélicas; (2) a fraca presença do Estado em espaços mais carentes da sociedade; e (3) a afiliação religiosa como um critério extrapartidário de forte significado como orientador para o voto dos evangélicos.

O primeiro dos fatores citados por Maia (2013) teria relação com a baixa institucionalização partidária no Brasil. A institucionalização reduzida é sinônimo de partidos políticos que não apresentam estabilidade, caracterizando-se por não terem *fortes raízes na sociedade e fraca legitimidade*. O nível incipiente de institucionalização que marca o sistema partidário brasileiro seria um efeito da ação das elites nacionais, que buscaram atender seus interesses, de caráter personalista e patrimonialista. Como argumenta Mateus (2014), em termos gerais, na esfera política nacional é forte a personalização, sendo as características pessoais dos candidatos e não as ideologias partidárias, os principais elementos que norteiam a opção dos eleitores.

Esse tipo de decisão eleitoral com base na *persona* do candidato distancia os eleitores dos partidos e os aproxima dos candidatos, estabelecendo-se uma base para que se construam uma relação de troca de favores entre eles. Esse dado pode nos ajudar a compreender um aspecto marcante do comportamento dos eleitores evangélicos.

Para Maia (2013), o sistema partidário brasileiro é pouco institucionalizado, marcado por uma alta volatilidade partidária, não sendo capaz de conquistar um

eleitorado estável, que não baseia seu comportamento eleitoral, em sua maioria, pela lealdade ideológica partidária. A baixa institucionalização seria um elemento que contribuiria para o favorecimento do peso da variável afiliação religiosa nos eventos eleitorais, uma vez que as estruturas partidárias não são suficientes fortes para manterem hegemonia sobre os sistemas religiosos.

Maia (2013) aponta ainda, que um Estado que não atua em favor dos segmentos desfavorecidos da sociedade coopera para o potencial de inclusão de atores sociais evangélicos na conjuntura política. O estilo da presença do Estado em um sistema econômico capitalista periférico como o nosso, favoreceu a influência das dinâmicas de patrimonialização em curso e da privatização da mediação entre os indivíduos e a política.

O conjunto de anseios sociais, que nem o Estado, nem os partidos institucionalizados são capazes de suprir, pode explicar o impulso experimentado pelas formas alternativas de representação junto ao Estado. Nos espaços sociais em que é forte a ausência do Estado para as camadas desfavorecidas da população, resultando em comunidades menos assistidas,

igrejas evangélicas desenvolvem trabalhos comunitários em benefício do grupo social, atendendo de modo substitutivo às áreas marginais da sociedade e conseguem mobilizar as comunidades de modo a condicionar sua opção na hora do voto. (MAIA, 2013, p. 105)

Além desta baixa institucionalização partidária, como um elemento que se associa à crescente inserção de evangélicos na política, e à transformação das instituições religiosas em mediadoras importantes de ‘ações sociais’ no universo de indivíduos menos favorecidos economicamente, Machado e Burity (2014) apontam que a mobilização social, nos últimos anos de ditadura, facilitou a inserção dos pentecostais na via pública, trazendo alguns significados para os evangélicos: a) a oportunidade de visibilidade e acesso à esfera pública; b) a saída de condição de minoria política; e c) a confrontação com setores sociais como os movimentos LGBT e com o mundo dos partidos de esquerda, que não favoreciam a concepção pentecostal e sua participação social.

Assistimos no Brasil, como em outras sociedades, à religião assumir o papel de mediadora social, na busca de suprir as necessidades de grupos desfavorecidos, servindo como o ‘suspiro dos oprimidos’, como na citação de Marx, comentada na introdução. Sobre esse caráter substitutivo da religião Prandi (1997, p. 65) comenta:

Quando porém a conquista profana falha e põe em risco a segurança, a felicidade e o conforto material, cada indivíduo atingido pela tragédia pessoal do inusitado pode se sentir compelido a socorrer-se momentaneamente de Deus e da religião e da magia em busca de respostas tradicionais.

Para Steil (2001), a modernidade produz uma fragmentação social que tem como consequência o surgimento de grupos sociais com demandas específicas, as quais se expressam na diversidade de mediadores que buscam se constituir como seus representantes. Assim, uma das linhas delimitadoras das relações entre religião e política se fabrica como alternativas para o atendimento de anseios sociais não atendidos pelo Estado (BURITY, 2001).

Birman (2001) argumenta que a atuação política da IURD e de outras denominações evangélicas, focalizando os serviços de assistência social a camadas pobres da população brasileira, pode servir de estratégia para conquistar aceitabilidade destes atores sociais religiosos entre indivíduos das camadas citadas.

A funcionalidade social desse tipo de relação dos evangélicos com a esfera política – a de se constituir enquanto atores-mediadores de projetos sociais – é apropriada como fonte de capital político e eleitoral. Políticos evangélicos e não evangélicos interessados em conquistar fatias do eleitorado evangélico e não evangélico, apresentam projetos sociais mediados por instituições religiosas evangélicas e cobram a reciprocidade em termos de votos.

Nestas interações entre religião e política, nas quais as igrejas são mediadoras de projetos sociais, acumula-se capital político e social. As lideranças das igrejas assumem um papel crucial, como porta-vozes de perspectivas teológicas que orientam os atores

religiosos, seja para a rejeição do cenário público, seja para a construção de representações positivas da participação política.

As lideranças religiosas desempenham um papel significativo nas representações sociais da relação entre religião e esfera da política. Em algumas denominações os estudiosos têm observado um tipo *orientação* incisiva, de alto poder coercitivo do comportamento eleitoral dos fiéis, que denominaram *voto de cajado* (MATEUS, 2014).

Líderes religiosos se colocam na posição de ‘garantidores’ dos votos dos indivíduos pertencentes àquela denominação a um determinado candidato, em troca de benefícios. Políticos então direcionam a estas instituições religiosas concessões de mídia televisiva e de rádio ou cessão de terrenos públicos (GAMA & GUERRA, 2016).

Esse esquema garante uma troca de baixo custo, uma vez que as campanhas políticas exigem valores financeiros elevados. Neste caso, igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus e Quadrangular funcionam como verdadeiras fontes de eleitores “fiéis” (MATEUS, 2014). Em um sistema eleitoral marcado pela personalização, candidatos buscam aproximar-se das igrejas evangélicas com o objetivo de atraírem a confiança dos eleitores, o que se operacionaliza também através das indicações de seus nomes pelas lideranças religiosas.

Ainda de acordo com Mateus (2014), o baixo nível educacional e de renda não são elementos definidores para mobilizações de líderes evangélicos para o voto em determinado candidato, mas sua exposição à disseminação de princípios norteadores específicos para participação política, pelos líderes religiosos. Neste caso, então, os espaços das igrejas correspondem a ambientes privilegiados de influência e mobilização em torno de candidatos, a partir do compromisso público de candidatos com plataformas de defesa de princípios definidos como aproximados das orientações teológicas das igrejas.

O apoio a pautas formuladas teologicamente é negociado de modo diferenciado entre as denominações, orientando práticas políticas diferentes. O campo dos evangélicos é vasto e é possível detectar tendências relativas à modelagem das representações políticas que variam de denominação a denominação. O estímulo à participação política dos fiéis e os modelos de participação em que eles são socializados

depende do subcampo e da estrutura eclesial em que os indivíduos estão inseridos (CARNEIRO, 1997).

Reich & Santos (2013) apontam para a diversidade de representações da relação entre religiosidade e política entre evangélicos, resumindo-as em três principais direções: (1) rejeição, em sentido institucional; (2) participação e engajamento individual dos fiéis; e (3) engajamento enquanto projeto institucional da igreja. Eles discutem o papel central que as organizações evangélicas e sua teologia desempenham no cenário político latinoamericano, no sentido de moldar a representação de seus interesses na esfera pública.

Assim, Reich & Santos (2013) resumem a visão que desenvolveram a partir de pesquisas da relação entre evangélicos e a esfera política na América Latina:

Para alguns evangélicos, a exemplo dos da Congregação Cristã do Brasil, a teologia e a organização são congruentes com o afastamento da esfera da política eleitoral. Para os batistas, a organização e a teologia podem incentivar o engajamento cívico e político, mas como produto do discernimento individual, com candidaturas operando separadamente da administração da igreja. Para a Igreja Universal do Reino de Deus e as Assembléias de Deus, a busca de cargos eletivos é uma missão corporativa, consistente com estruturas organizacionais centralizadas, atividades empreendedoras abrangentes e teologias que encorajam a acomodação com as modernas instituições e práticas seculares. (REICH & SANTOS, 2013, p.12, tradução livre do autor)

A atitude de rejeição da política como um *lugar de sujeira* e de *corrupção* seria informada pela primeira fonte de significação acima citada; a segunda corresponderia a novos arranjos institucionais e conjunturais, os quais resultariam na concepção da relação entre os evangélicos e o *mundo* de modo a intervir para a *melhoria da sociedade*; a última, como uma missão institucional, com um acentuado caráter empreendedorista.

Essa visão instrumental da participação política dos evangélicos pode desencadear processos de formação disciplinada de adeptos para as práticas políticas, preparando-os para influenciar decisivamente as eleições para os cargos eletivos nos diversos níveis do sistema político, correspondendo à concepção da atuação política

como uma missão corporativa coerente com as estruturas e com a teologia que incentiva práticas de intervenção nos espaços *seculares* (REICH & SANTOS, 2013).

Ainda sobre a visibilização da presença dos evangélicos no espaço político brasileiro, Borges (2009) chama a atenção para que, mesmo não havendo um partido evangélico, é possível perceber uma ‘identidade política evangélica’, destacando uma tendência das bancadas evangélicas de apresentarem elementos ideológicos associados ao que se entende no campo das orientações filosóficas e pragmáticas geralmente por *direita*.

Segundo ainda a análise feita por Borges (2009), das bancadas evangélicas em 22 estados do país e no Congresso Nacional, quando se coloca em questão a forma como o Estado deve proceder diante de uma situação de instabilidade social, evangélicos apresentam uma tendência de aceitação das medidas estatais repressivas. Quanto à pauta das políticas econômicas, o autor observou uma tendência significativa dos evangélicos a se posicionarem favoráveis a medidas econômicas liberalizantes.

Mesmo com as tendências observadas, tais como a do apoio ao Estado repressor e a medidas que traduzem a adoção do liberalismo econômico, Borges (2009) observou que as diferenciações entre os grupos religiosos evangélicos, católicos e não-religiosos não se evidenciaram de forma tão intensa. A partir da insignificância da diferenciação entre os comportamentos de deputados evangélicos e não evangélicos, concluiu-se que a “inexistência de um partido evangélico foi explicada pela ausência de traços diferenciadores radicais comuns entre os membros da bancada evangélica, de modo que os singularizassem perante os demais deputados” (BORGES, 2009, p. 37).

Embora não exista um partido evangélico, observa-se se um perfil evangélico. Vital da Cunha *et al.* (2017) evidenciam um tipo de *liberal conservador evangélico*, buscando este indivíduo o desafio de um governo ‘socialmente justo, com uma economia competitiva, enaltecendo a moral’. Os autores citados afirmam ainda que para os atores sociais evangélicos a explicação causal dos problemas sociais é definida em referência à desestruturação da família nuclear e as mudanças no papel da mulher na sociedade. Assim, defendem bandeiras identificadas como conservadoras e de direita, tendendo a se aproximar de candidatos que baseiam sua atuação na defesa de pautas

morais, e defendem a ideia de um ‘Estado forte, provedor e organizador da vida pública e privada’ (VITAL DA CUNHA *et al.*, 2017, p. 38).

Tanaka (2017) apresenta dados sobre a distribuição partidária e denominacional dos deputados estaduais evangélicos eleitos em São Paulo ao longo dos anos. Evidencia-se que a preferência evangélica efetiva-se por partidos à direita do espectro ideológico-partidário. Nas entrevistas realizadas pela autora com líderes religiosos, apareceu recorrentemente a ideia de que os *candidatos oficiais* da Assembleia de Deus, Ministério de Belém, têm liberdade de escolher o partido ao qual se filiam, mas que, em geral, optam pelos partidos que já tenham demonstrado afinidade com certas pautas políticas de interesse da Igreja. Essas pautas geralmente podem ser classificadas como de cunho mais ‘conservador’ – *defesa da família*, da heterossexualidade; de privilégios estatais de instituições religiosas evangélicas; *contra o comunismo*, por exemplo - o que permite a aliança com partidos também mais à Direita.

Assim este perfil evangélico, neoliberal economicamente, conservador no que aponta uma agenda moral, busca um ordenamento da vida social. “A motivação ‘bíblica’ apontada pelos pentecostais para a defesa de suas posições é informada frequentemente pela articulação em termos de ‘moralidade pública’” (MACHADO & BURITY, 2014, p. 611).

Os sentidos de participação política dos evangélicos pentecostais no Brasil se definem em relação a seus desejos de influência social, cultura e política, na direção de uma participação pública que potencialize a construção do exercício do poder de moldagem intelectual e política em termos de cultura (MACHADO & BURITY, 2014). Para esses autores, “a política pentecostal, nesse sentido, não tem um ‘projeto’ de conquista do Estado e sim articula uma *aspiração de hegemonia* cultural e moral, através da ocupação crescente de espaços públicos” (MACHADO & BURITY, 2014, p. 616).

Fica evidente, então que há uma intenção de operacionalização do ordenamento social, por parte dos pentecostais, vinculada ao investimento na eleição de candidatos aos espaços legislativos institucionais. Eles atuam buscando uma hegemonia cultural, mas também no campo das interações políticas, focalizando no investimento na

hegemonização do que consideram ‘ordem social’, em termos da prevalência simbólica, mas também operacional na política e na sociedade englobante, dos princípios evangélicos em termos das definições formais/legais de configurações familiares legitimadas, e de um conjunto amplo de orientações em termos de cultura, economia, governo e sistema de governo (MACHADO & BURITY, 2014). Para os evangélicos que defendem e têm exercitado um projeto sólido de atuação política, “estar no mundo e na política permite que os escolhidos de Deus verbalizem o religioso, promovendo efeitos na política e transformando a sociedade” (DUARTE, 2012, p. 66).

O projeto recente de constituição de bancadas evangélicas nos vários níveis o sistema parlamentar brasileiro representa uma intenção de moldar o ordenamento social, procurando influenciar a sociedade através da política, focalizando mudanças nas formas de pensar e agir da sociedade através da disseminação de cosmovisões religiosas hegemônicas no subcampo dos evangélicos. A maioria dos candidatos evangélicos, “têm mostrado uma clara preocupação em veicular em seus programas mensagens envolvendo temas relacionados a problemas éticos, morais, e sobre comportamentos” (CARNEIRO, 1997, p. 15).

Além deste caráter de guerra de posições em busca da hegemonia cultural e política, evidenciado por alguns dos autores acima citados, é também importante para entender a recente atuação política dos evangélicos no Brasil considerar seu caráter ‘sobrevivencialista’. A inserção dos evangélicos na vida pública corresponderia a um movimento que busca uma compensação histórica, uma reparação relativa a todo um período de discriminação que eles consideram ter vivido no decorrer da história política brasileira. Nessa linha interpretativa, argumentamos (CARVALHO, 2015) que os líderes evangélicos pentecostais participam da política como forma de “blindagem”, elaborando maneiras de não serem sufocados por outros sistemas religiosos majoritários, buscando assim não serem discriminados nem pela religião nem na esfera política, além disso construindo um processo de vitrinização de suas atuações, como forma de evidenciarem sua numerosidade e sua potencialidade política.

Esta busca por sobrevivência, também uma forma de blindagem, ficou muito evidente no envolvimento dos pentecostais nas eleições de Fernando Collor. Mariano e

Pierucci (1992) comentam sobre o medo dos pentecostais, caso o candidato Lula ganhasse em 1989 a presidência do Brasil, o que era visto como uma possibilidade de privilegiamento do clero católico e de diminuição do reconhecimento e dos privilégios dos evangélicos. Segundo os autores citados,

que havia um conluio entre o candidato petista e o clero católico para acabar com a liberdade dos cristãos não católicos era mais que uma suspeita entre algumas lideranças pentecostais, era uma certeza. (MARIANO & PIERUCCI, 1992, p. 105)

A partir das reflexões sobre as interações que se fabricam entre os campos religião e política, procuramos entender a internalização e externalização das representações sociais sobre participação política de integrantes de comunidades evangélicas. Esse é nosso interesse neste trabalho. De qualquer forma, a conjuntura recente parece demandar de nós ao menos alguns comentários provisórios sobre como a literatura sociológica continua a abordar a temática da atuação evangélica na esfera política brasileira, o que faremos em alguns parágrafos, antes de focalizar, no próximo capítulo, as representações de participação política são construídas por evangélicos, fiéis de Juazeiro em termos de critérios para votar, participar em campanhas e manifestações políticas, bem como as candidaturas a cargos políticos eletivos, a partir de suas cosmovisões religiosas.

Os evangélicos, como afirmado acima, já estão exercendo uma influência significativa no Congresso Nacional brasileiro. Apesar de ter em comum posições conservadoras em relação ao aborto, à política das drogas e à pauta LGBT+, para citar algumas que têm caracterizado a atuação da bancada evangélica no Congresso, eles mantêm uma fragmentação partidária. Nestas eleições, foram feitos esforços significativos para conseguir a unificação eleitoral e transcender a esfera parlamentar e marcar posição também na esfera do Executivo.

No cenário político/parlamentar, os atores sociais que ganharam mais destaque na mídia e em estudos acadêmicos como produtores e disseminadores de narrativas discriminatórias, intolerantes e conservadoras foram àqueles organizados na Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Evidentemente não só eles produzem e

publicizam estes posicionamentos, mas ganharam destaque nacionalmente a partir destes discursos e fizeram disso um fortalecedor de seu capital político perante suas bases. Também políticos católicos começam a operar nesta modalidade de publicização da fé ou vinculação religiosa como meio de organização e fortalecimento interno à Câmara e junto às suas bases³.

Certamente não foram estes políticos a inventar esta estratégia. A “crença em Deus” ou vinculação religiosa cristã corre como elemento importante nas disputas políticas ao longo da história em várias sociedades e conjunturas. No Brasil, desde sempre. No entanto, ocupava o que poderíamos chamar de um subterrâneo nestas disputas, tendo em vista uma “naturalização” da vinculação religiosa dos brasileiros ao catolicismo, inclusos aqui também os candidatos, seja pela via da cultura, seja pela via da participação institucional.

Com o crescimento da presença pública de evangélicos no país a partir, principalmente, dos anos 1990, a vinculação religiosa de políticos passou a ser tema de debates nas disputas. Deste modo, conforme dados da Pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira – Perspectivas para as Eleições 2018*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) em março do ano passado, por encomenda da Coordenação Nacional da Indústria (CNI), 79 % dos entrevistados disseram que era relevante o candidato à presidência acreditar em Deus e quase 30% dizem que é importante para a decisão do voto que o candidato seja de sua mesma religião.

Sensíveis a esta transformação da identidade religiosa em capital a ser manipulado publicamente, observou-se um processo de confessionalização da política (MACHADO, 2006) em pleitos recentes, com destaque para a atuação de evangélicos.

No início de 2018, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), que já foi diretor de eventos do pastor Silas Malafaia, declarou em entrevista à Folha de São Paulo que vários políticos e líderes evangélicos estavam articulados em torno da ascensão à Presidência da República e da ampliação de representação no Senado e Câmara Federal. A ideia era aumentar de três para quinze o número de senadores evangélicos. Isso

³ Vide a formação da Frente Parlamentar Católica em 2015 (VITAL DA CUNHA *et alli*, 2017).

porque, argumentou Sóstenes, na Câmara conseguiam sucesso em suas pautas, mas no Senado enfrentavam dificuldades. Segundo o deputado:

Começamos a ver dificuldades para nossas pautas contra legalização das drogas, casamento gay etc. A gente conseguia vitórias importantes na Câmara e, mesmo com a troca do governo ideológico do PT pelo do [Michel] Temer, elas travavam no Senado⁴.

Vital da Cunha *et al.* (2017) afirma que nas pautas das drogas, aborto e LGBT há uma relativa convergência entre o posicionamento dos políticos evangélicos na Câmara Federal e a opinião da maior parte dos evangélicos no Brasil. No entanto, outras pautas defendidas por parlamentares evangélicos no Congresso são ocultadas do grande público, como a defesa da ampliação do uso de armas no Brasil, a diminuição da maior idade penal, a defesa da pena de morte. O alinhamento da bancada evangélica em torno da defesa da reforma trabalhista e da previdência no Congresso Nacional têm ficado menos explícitas.

No início do ano passado, ocorreu mais uma iniciativa em torno da unificação eleitoral de evangélicos no Brasil. O senador Magno Malta (PR-ES) propôs uma articulação com o pastor Silas Malafaia para “traçar metas com o pessoal da Universal e da Assembleia de Deus com vistas a indicar candidatos com chances reais de vitória”. Além de Malta (que não conseguiu se reeleger para o Senado), novamente o bispo e ex-deputado federal Robson Rodvalho, presidente da Confederação de Conselhos de Pastores do Brasil (CONCEPAB) tem se articulado pela unidade do eleitorado evangélico e declarou que iria harmonizar as igrejas em torno de candidatos, para evitar que haja muitos deles com representatividade, mas poucos votos⁵. Uma das estratégias foi contar com candidatos “não políticos”.

Nas eleições de 2014 acompanhamos uma disputa que era ao mesmo tempo partidária e denominacional. Assim, víamos em combate a Assembleia de Deus, maior

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1951330-evangelicos-querem-estrela-gospel-e-filho-de-bolsonaro-para-senado.shtml> [Acesso em 18 de janeiro de 2019].

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1951330-evangelicos-querem-estrela-gospel-e-filho-de-bolsonaro-para-senado.shtml> [Acesso em 18 de janeiro de 2019].

igreja pentecostal do Brasil com mais de doze milhões de adeptos, e a Igreja Universal do Reino de Deus. Em termos partidários esta disputa denominacional se expressava na competição PSC e PRB. A expectativa naquele pleito era de dobrarem as suas respectivas bancadas (VITAL DA CUNHA *et al.*, 2017).

Para registro histórico, concluímos esse capítulo com dados sobre a bancada evangélica que emergiu das eleições de 2018 no Brasil, divulgados pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (disponíveis em <https://jornalggn.com.br/congresso/eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado/>).

No senado, os evangélicos passaram de 3 para 7 senadores. Na Câmara, passaram de 75 (eleições de 2014) para 84 (2018). Apesar de o aumento no quantitativo ter sido de apenas nove, entre os 40 evangélicos reeleitos e 44 novos parlamentares evangélicos há campeões de votos. O partido hegemônico na bancada evangélica continua sendo o PRB. Em 2014, a legenda elegeu 15 líderes religiosos. Na eleição de 2018, as urnas sufragaram 19 nomes do PRB para a Câmara Federal.

CAPÍTULO 2 – A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, DE MOSCOVICI

2.1 A teoria das representações sociais

Existe uma relação tensa entre psicologia e sociologia (no que diz respeito às motivações do comportamento humano). A psicologia esboça as suas reservas com a sociologia (rejeitando os ditos sociologismos em suas pretensões puristas), enquanto a sociologia rechaça a psicologia em suas explicações do mundo social (rejeitando os ditos psicologismos em suas explicações igualmente puristas). O paroxismo de uma dessas rejeições (da sociologia com relação à psicologia) é denotado quando Durkheim afirma: “sempre que um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psicológico, podemos estar seguros que a explicação é falsa” (DURKHEIM *apud* MOSCOVICI, 2013, p.12). Até hoje essa assertiva de Durkheim ainda repercute nas relações entre a sociologia e a psicologia.

A relação indivíduo-sociedade norteia os estudos afetos à Psicologia Social, em uma proposta de quebra de barreiras entre a psicologia e a sociologia (através da conjugação de elementos psicológicos e sociológicos, objetivando buscar explicação para o comportamento humano). Conquanto, existem dissonâncias apresentadas por distintas vertentes desta área do conhecimento, quanto ao peso atribuído ao indivíduo e à sociedade na pretendida explicação para o citado comportamento. Estas dissonâncias são comentadas por Ferreira (2011, p. 13), nos seguintes termos:

[...] a ênfase maior dada ao indivíduo ou à sociedade irá acompanhar a evolução da teorização no campo da psicologia social desde os seus primórdios, levando à caracterização de duas modalidades da disciplina: a psicologia social psicológica e a psicologia social sociológica. A psicologia social psicológica, segundo a definição de Gordon Allport (1954), que se tornou clássica, procura explicar os sentimentos, pensamentos e comportamentos do indivíduo na presença real ou imaginada de outras pessoas. Já a psicologia social sociológica, segundo Stephan & Stephan (1985), tem como foco o estudo da experiência social que o indivíduo adquire a partir de sua participação nos diferentes grupos sociais com os quais convive. Em outras palavras, os psicólogos sociais da primeira vertente tendem a

ênfatisar principalmente os processos intraindividuais, enquanto os da segunda tendem a privilegiar as coletividades sociais.

Destas distintas compreensões resulta uma bifurcação na abordagem da psicologia social. Uma vertente desta bifurcação aponta para a *Social Cognition*, enquanto a outra tem como espinha dorsal de suas elaborações a questão da interação social. As considerações de Moscovici, no tocante à Teoria das Representações Sociais, se acostam nesta última perspectiva e representa uma de suas matizes mais destacadas. Esta teoria, [...] implica – por entender o social e o individual como fios entrelaçados num mesmo tecido – considerar esse tecido de forma aberta e múltipla, sem barreiras disciplinares (ALMEIDA & SANTOS, 2011, p. 290).

Os esforços envidados por Moscovici, no que diz respeito ao estudo das representações sociais, se inscrevem em um contexto maior relativo à psicologia social do conhecimento, que tem como objeto “processos através dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social” (MOSCOVICI, 2013, p. 9). Em outros termos:

O estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em prática – numa palavra, o poder das ideias – é o problema da psicologia social. (MOSCOVICI, *op. cit.*, p. 8)

Moscovici, em suas elaborações, dá um novo estatuto ao senso comum (já que o saber proveniente dele era tido como irrelevante) “e tenta redimensionar o conhecimento cotidiano, o qual se configura, a seu ver, como fundante da vida, da linguagem e das práticas cotidianas” (ALMEIDA & SANTOS, 2011, p. 289). Este autor

[...] acreditava que estaria introduzindo um terceiro elemento, o senso comum, que ao lado da ideologia e da ciência representaria as raízes da consciência social, e que também estaria estabelecendo uma relação entre consciência e cultura, levando em conta as práticas e os costumes presentes na vida cotidiana. (ALMEIDA & SANTOS, 2011, p. 289)

O senso comum, a partir do relevo que Moscovici lhe atribui, tem uma centralidade em sua obra inaugural sobre as Representações Sociais (*La psychanalyse, son image et son public*, de 1961), pois nela este autor mostra como ele (o senso comum) se apropria de uma teoria científica (psicanálise), ressignificando-a, através da transformação de um saber científico em um saber do senso comum (uma representação social). Ademais destaca que o lugar social é decisivo para a elaboração de uma dada representação social. Para tanto, na mencionada obra, são tematizadas as representações sociais da psicanálise construídas por distintos grupos da sociedade francesa. Como comentado por (ALMEIDA & SANTOS, 2011, p. 288):

Em sua obra seminal, *La psychanalyse, son image et son public*, de 1961, Serge Moscovici examinou o processo de transformação de uma teoria, no caso a teoria psicanalítica, em um saber do senso comum a fim de compreender a construção do conhecimento cotidiano, seus modos de funcionamento e uso na vida diária para entender os processos que estão na base das mudanças de pensamento e das práticas sociais.

Moscovici se baseia em Durkheim para erigir sua teoria, que tem como conceito central as representações coletivas. Para este autor, em toda sociedade existiria um conjunto de ideias, crenças, valores, regras e sentimentos, fruto do processo de associação dos indivíduos, e possuidora de vida/realidade próprias, denominada de consciência coletiva. A consciência coletiva (depois denominada de representações coletivas) seria a forma como o coletivo pensa, ensejando uma considerável diminuição das diferenças entre os sujeitos inscritos em um dado grupo social, em uma dada sociedade, posto que quando se coloca nas mais variadas situações sociais, impele estes sujeitos a procederem de forma semelhante e consensual, assentados nos preceitos estabelecidos nas mais diversas instituições sociais, que atravessam o processo histórico numa escala temporal bem mais extensa que a duração da vida destes sujeitos. Ainda com relação ao conceito de representações sociais, tal como estabelecido por Durkheim, é relevante destacar que:

Examinando a evolução do conceito de representação, em uma perspectiva histórica, deparamo-nos com Durkheim, o qual, ao se utilizar do conceito de representações, estabelece uma oposição entre o individual e o coletivo. Haveria uma representação individual, cujo substrato é a própria consciência de cada um, sendo, portanto subjetiva, flutuante e perigosa à ordem social. Do outro lado, situava-se a representação coletiva, cuja sociedade, em sua totalidade, constituía-se em seu substrato, o que lhe atribuía um caráter impessoal e permanente, garantindo assim a associação entre os indivíduos e a harmonia social. (ALMEIDA & SANTOS, 2011, p. 290)

Enquanto a sociologia de Durkheim está voltada proeminentemente para as estruturas e os mecanismos que ensejam a coesão social, focalizando e problematizando as condições de produção da estabilidade do tecido social, e argumentando que ela é possível graças à coercitividade das representações sociais, que contribuiria decisivamente para a estabilidade social.

Já a psicologia social de Moscovici está direcionada para o mundo moderno, à sua diversidade, no qual distintos lugares sociais ocupados pelos indivíduos corresponderiam às representações sociais do mundo e das coisas, cada uma delas marcada pelas assimetrias de poder inerentes aos diversos grupos constitutivos desta formação social. Moscovici está interessado nos processos de transformação, de mudança. Faz uma crítica aos modelos que só apreendem a permanência e a submissão. Daí seu destaque para o caráter dinâmico das representações sociais, apontando para a possibilidade de mudança, ao contrário da concepção das representações coletivas de Durkheim, que acenam para uma sociedade estática. As diferenças entre Moscovici e Durkheim, relativas à concepção das representações sociais e coletivas, respectivamente, são comentadas por Gerard Duveen (*apud* MOSCOVICI, 2013, p. 15), quando pondera:

[...] enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. Essa própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações.

Durkheim estabelece uma contraposição entre o individual e o coletivo, e considera que o último sobredetermina o primeiro. Divergindo desta conotação de sociedade, em que o individual é subsumido frente ao coletivo, Moscovici considera que existe uma relação dialética entre estas duas dimensões do tecido social (o individual e o coletivo). Assentado nessa premissa formula, preliminarmente, o conceito de representações sociais, que é apresentado em seu trabalho seminal (*La psychanalyse, son image et son public*, de 1961) acerca desta temática, nos seguintes termos: “Uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI *apud* ANDRADE & SANTOS, 2003, p. 25).

Outros estudiosos se debruçaram sobre a Teoria das Representações Sociais elaborado por Moscovici, e construíram “três correntes teóricas complementares à teoria originária de Moscovici: a vertente liderada por Denise Jodelet; a vertente liderada por Willem Doise; e a vertente liderada por Jean-Claude Abric” (ANDRADE & SANTOS, 2003, p. 27). A primeira destas vertentes é referendada em inúmeros trabalhos da área de Ciências Sociais, os quais versam sobre uma variedade ampla de objetos.

Com relação às citadas vertentes é relevante destacar:

No território teórico da TRS, essas correntes coexistem, não sem conflitos, mas com possibilidades de mútuas contribuições, como bem ressalta Sá (1998, p.78), tanto por enfatizarem aspectos distintos em que estão implicadas as representações sociais quanto por terem conseguido manter, até agora, princípios comuns – tais como as duas proposições basilares da teoria (o de que as representações sociais são um sistema de familiarização do estranho e o de que elas se constituem num saber gerado através da comunicação cotidiana com a finalidade de orientar as atitudes em sociedade. (ANDRADE & SANTOS, 2003, pp. 27 e 28)

Denise Jodelet, objetivando detalhar o conceito de representações sociais, proposto por Moscovici, o reelabora nos seguintes termos: “formas de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo uma visão prática e concorrendo para a

construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET *apud* ANDRADE & SANTOS, 2003, p. 25).

Avaliando-se o conceito de representações sociais proposto por Moscovici e aquele apresentado por Denise Jodelet, verifica-se que existem alterações significativas em relação ao conceito durkheimiano, que são denotadas por Perrusi (*apud* MELO FILHO, 2011, p. 38) quando sublinha:

Primeiro, retira do conceito de Durkheim o peso da ontologia social, mudando o seu campo de aplicação, situando-o a meio caminho entre o social e o psicológico; b) inscreve no conceito uma consistência cognitiva bastante acentuada; c) delimita especificamente o seu campo de ação, ou seja, o cotidiano; e d) especifica a representação como uma forma de conhecimento particular, relacionado com o senso comum, com a interação, com a socialização e responsável pela construção das identidades.

As representações são criações sociais forjadas em um dado contexto social. Por isso, em que pese Moscovici tratar destas criações no mundo moderno, tais criações podem ter outra conotação em distintos contextos sociais. A modernidade, formação social que engendra as representações sociais estudadas por Moscovici, destoa da era pré-moderna em muitos aspectos, dos quais podemos destacar dois que são relevantes para pensarmos a construção dessas representações, quais sejam: o aumento considerável dos espaços de regulação e legitimação do conhecimento (na época pré-moderna a regulação e a legitimação do conhecimento eram estabelecidas pela Igreja e pelo Estado, enquanto no período moderno, tem-se um aumento desses espaços de regulação e legitimação, com o surgimento da ciência, por exemplo) e as novas formas de comunicação (invenção da imprensa, alfabetização em massa) que fazem circular ideias de uma maneira muito mais ampla, envolvendo muito mais pessoas.

Quando se concebe que as representações sociais são criações coletivas, então, necessariamente, temos que considerar que estas representações são, elas próprias, uma forma de conhecimento gestado e partilhado socialmente (já que elas denotam a transformação de um conhecimento científico em um conhecimento do senso comum,

transformando o não familiar em familiar - “Isto ocorre porque, nós, seres humanos, não conseguimos lidar com o desequilíbrio e sempre buscamos o reequilíbrio, seja físico, emocional ou cognitivo” (ANDRADE & SANTOS, 2003, p. 26). Esta forma de produzir conhecimento está diretamente relacionada com as interações e práticas sociais e estas, por sua vez, estão condicionadas a três elementos, característicos destas interações e práticas, quais sejam: a comunicação, o domínio do mundo e a reconstrução do real.

O conhecimento implicado nas representações sociais não é elaborado de forma clássica (quando se dá uma separação absoluta entre sujeito e objeto, a partir da qual se busca construir conhecimento acerca de determinado objeto) mas, ao contrário, é a consideração da quase indistinção entre sujeito e objeto (seja do mundo da cultura ou da natureza) que suporta a possibilidade de construir conhecimento acerca de um certo objeto. Quanto a este contexto, Lungarzo (*apud* ANDRADE & SANTOS, 2003, p. 22) comenta:

[...] a TRS nasceu no seio de uma complexa tradição científica, em que se opuseram, por um lado, a visão clássica de ciência (antes apresentada) e, por outro, a crítica histórico-epistemológica desenvolvida por teóricos como Thomas Kuhn – que afirmou ser importante considerar as ciências também sob o ponto de vista da história da formação dos seus discursos.

As representações sociais são formas de conhecimento determinadas pelos grupos em que circulam os indivíduos. O estudo delas se inscreve nos esforços de desconstrução da retórica da ‘verdade’, componente intrínseco da Revolução Científica que inaugura a modernidade nas sociedades ocidentais (SPINK, 1993, p. 302).

Ultimando as considerações quanto à conformação das representações sociais, reportamo-nos às ponderações de Melo Filho (*op. cit.*, p. 21-24) quando arrazoar:

Para Moscovici (1978), diferentemente de Durkheim (2003), o social designa o aspecto dinâmico e a bilateralidade no processo de constituição das representações sociais, assinalando duas facetas: por

um lado, a representação como forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado e, por outro, sua realidade psicológica, afetiva e analógica, inserida no comportamento do indivíduo. Desta forma, as representações passam a ser encaradas como medidas sociais da realidade, produto e processo, ao mesmo tempo, de uma atividade de elaboração psicológica e social dessa realidade, que se dá nos processos de interação entre os atores sociais (JODELET, 1986). Falar em representação social, portanto, é mais que falar em opinião (individual ou pública), atitude e conduta. Esses elementos estariam em um nível de menor sedimentação social sendo, entretanto, mais fluidos e contingentes e podendo ser, eles próprios, reflexos ou efeitos de representações sociais (p. 21 – 22). Moscovici (1978) ainda estabelece duas características principais que distinguem e especificam as representações sociais, a saber: a funcionalidade e o caráter performativo. No que se refere à funcionalidade, as representações se constituiriam em “uma modalidade de conhecimento particular”, que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. O estudo das representações sociais, nessa perspectiva, consiste na análise dos processos pelos quais os indivíduos, em interação social, constroem teorias sobre os objetos sociais, que tornam viável a comunicação e organização dos comportamentos. Assim entendidas, as representações “alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações cotidianas” (VALA, 1993, p. 354). No que se refere ao caráter performativo, as representações sociais são um sistema (ou sistemas) de interpretação da realidade, que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social, permitindo-lhe interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta, ao mesmo tempo em que constrói e se apropria de objetos socializados. (pp. 23 – 24)

Cabe destacar dois conceitos centrais na teoria das representações sociais, quais sejam, os de ‘objetivação’ e ‘ancoragem’. Convém assinalar que Moscovici (1978) os define, de maneira geral, como processos sociocognitivos que permitem aos indivíduos o tratamento de informações compartilhadas pela maioria dos membros de um grupo social. Processos sociocognitivos estes que se encontram na base elementar genética (origem) e funcional das representações sociais.

O processo de objetivação se desenvolve em três etapas sucessivas, quais sejam: (a) a “seleção construtiva”; (b) a “criação do núcleo ou esquema figurativo”; e (c) a “naturalização”.

Na etapa de seleção construtiva, podemos observar pelo menos quatro momentos sequenciais: em primeiro lugar, o sujeito está diante de um número privilegiado de informações; em seguida, ocorre uma dinâmica de seleção e destaque do seu contexto de origem; na sequência, a reorganização teórica; e, por último, a nova integração no sistema de pensamento do grupo. Na etapa de criação do núcleo, por sua vez, há uma composição de esquema ou núcleo figurativo, situação na qual elementos previamente estabelecidos passam a por à vista um papel mais importante do que outros. Finalmente, na terceira etapa da objetivação, ocorre o processo de naturalização, isto é, os elementos do esquema figurativo passam a ser percebidos como expressão direta da realidade ou, noutros termos, ocorre uma identificação direta entre a palavra (representação, conceito) e coisa (fenômeno representado). Na naturalização, os indivíduos percebem sempre a representação como que em correspondência direta com o “real”.

A ancoragem completa a naturalização do novo, processo sociocognitivo que conjuntamente com a objetivação, conforme já foi assinalado anteriormente, é constitutivo da base de origem e de funcionamento das representações sociais, se caracteriza pela inscrição de objetos novos nos sistemas de pensamento preexistentes, tornando possível o enraizamento social das representações e a apropriação pelos grupos sociais, a partir dos quadros de pensamentos preexistentes.

Desse modo, os processos de objetivação e ancoragem, ao converterem em ‘familiar’ o que antes era ‘estranho’, desempenham a função social de facilitação da comunicação coletiva, uma vez que traduzem conceitos e teorias numa espécie de ‘gramática’ acessível, compartilhável e, sobretudo, mobilizável como guia da ação (MOSCOVICI, 1978).

A formulação do conceito de representação social possui um caráter interdisciplinar, permitindo o entendimento dos processos pelos quais se dá a formação

de conceitos, ideias e valores relativos a fenômenos considerados importantes pelos grupos sociais, funcionando como organizadores das relações sociais e das práticas dos indivíduos e dos grupos.

CAPÍTULO 3 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA ELABORADAS POR LÍDERES E FIEIS EVANGÉLICOS DE JUAZEIRO/CE

Neste capítulo, trazemos os dados sobre as representações sociais da relação entre religião e política elaboradas por fiéis e líderes evangélicos e, mais especificamente, sobre a participação política evangélica em Juazeiro do Norte, chamando a atenção para aspectos das formas de pensar destes atores sociais sobre sua inserção na vida pública.

Primeiramente, procuramos analisar as representações sociais dos fiéis sobre a participação política; em segundo lugar, as suas motivações para a participação política; em seguida levantamos e analisamos dados sobre as maneiras pelas quais os evangélicos ancoram suas representações da participação política, analisando finalmente os elementos que orientam para a participação deles nas interações no âmbito da esfera da política.

3.1 Representações sociais da participação na política entre fiéis evangélicos

3.1.1 Participação política evangélica

Inicialmente analiso como são fabricadas as representações de participação política, procurando compreender como pensam sobre suas intervenções na vida pública. Para isso perguntei: *você participaria de alguma forma da política em seu país?*

TABELA 1 - PERCEPÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA

Categorias	Frequência	Porcentagem
1	46	60,5% dos entrevistados afirmaram que participariam de alguma forma de política
2	19	25% dos entrevistados participariam de alguma forma de política e outras não
3	11	14,5% dos entrevistados afirmaram que não participariam de nenhuma forma da política
TOTAL	76	100%

Como vemos na tabela acima, o maior percentual (60,5%) dos entrevistados afirma que participaria de alguma forma de política. 25% dos entrevistados indicam

uma perspectiva de participação crítica, respondendo que participariam de algumas formas de política e outras não. Apenas 14,5% dos entrevistados responderam que não participariam das formas da política em seu país. Somando os percentuais referentes às categorias (1) e (2), obtemos 85,5% afirmando que participariam de alguma forma de política no seu país.

Esses dados apontam para a hegemonia de uma representação positiva da participação na política entre os entrevistados. Pode-se, então questionar quais razões para a participação política, bem como as da não participação política. Quais os sentidos destas formas de pensar que são construídas pelos evangélicos? Quais os motivos dos evangélicos juazeirenses para intervenção nas interações políticas?

3.1.2 Motivações para participação política

Buscando compreender as razões pelas quais os entrevistados responderam que participariam da política, foi feita a seguinte pergunta aos evangélicos: *por que você participaria de alguma forma de política em seu país?* A tabela abaixo corporifica as representações evangélicas juazeirenses, evidenciando as motivações de participação política:

TABELA 2 - MOTIVAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Frequência	GRUPO	Porcentagem
17	A	22,4% afirmaram que participariam da vida pública, a fim de transformar a sociedade
1	B	1,3% apontam que participariam das interações políticas para beneficiar os evangélicos
27	C	47,4% evidenciaram que participariam da política para transformar a sociedade e trazer vantagens aos evangélicos.
9	D	11,8% apontam que participariam da política para transformar a sociedade e por outros motivos
2	E	2,6% mostraram que participariam da vida pública trazer vantagens aos evangélicos e por outros motivos
20	F	25,3% dos entrevistados afirmaram que tinham alguma motivação, mas não as quiseram apresentar.
76		100%

Observamos que dentre as motivações para a participação política dos evangélicos entrevistados, segundo os dados da tabela 2, tem maior expressividade o alusão ao desejo de ‘transformar a sociedade e trazer vantagens aos evangélicos’, com cerca de 47% das respostas. Em segundo, há um grupo que busca participar da vida pública, somente para transformar a sociedade, essa resposta tendo aparecido em 22,4% dos entrevistados. Por fim, um terceiro grupo, que procura intervir na vida pública por outros motivos, com 25,3%. É interessante notar que a opção *transformar a sociedade* se repete nos grupos A, C e D, o que pode indicar que as representações sociais dos evangélicos sobre a participação deles na política se ancoram em um desejo de mudança social. Ao mencionar a pauta referente às mudanças que desejam – ligadas aos costumes e à moral -, os evangélicos oferecem pistas sobre sua visão de mudança, na qual não aparecem, por exemplo, o respeito às diferenças, as políticas de reconhecimento de minorias, a distribuição de renda, a segurança pública, a construção de uma cultura com sem violência contra as mulheres, as referidas ao meio ambiente, dentre outras que significariam a saída desse universo moralizante, que é socialmente produzido para ser pensado como o centro das preocupações dos evangélicos.

Neste caso, que interpretações podemos evidenciar nesta transformação da sociedade? Que mudanças os evangélicos buscam? Que vantagens aspiram? Quais os outros motivos para intervir na política? A fim de elucidar esses questionamentos, apresentamos algumas respostas colocadas pelos evangélicos em torno de algumas perguntas sobre suas maneiras de pensar sobre a atuação de evangélicos na vida política.

Entrevistador: A senhora acredita que um evangélico, ele pode ou deve, assim, participar da vida política, da vida política, da cidade, do Estado, do Brasil? **Entrevistada:** Com certeza (*enfático*), desde que não seja mais um corrupto, que ele trabalhe, não se corrompendo, nem, eh... como é que se diz, eh... se escondendo atrás das corrupções que a gente vê hoje em dia, né? **Entrevistador:** Porque que a senhora pensa, que um evangélico deve participar da vida política? Por que ele deve fazer parte? Ou pode fazer parte? **Entrevistada** Eu acho que ele pode fazer parte, porque..., bom, prá nós seria bom se toda a bancada fosse evangélica, a gente ia vê muita coisa mudar, porque tem coisas absurdas acontecendo, esse negócio. **Entrevistador:** Então a senhora acha que um evangélico fazendo parte, haveria melhorias?

Entrevistadora: Melhorias, com certeza, (*enfático*) porque olhe, esse negócio de Bíblia gay, esses negócios desses gays atuando aí, abertamente, casando, esse é um absurdo contra Deus. Esse negócio da família, agora vou falar da família. A família é constituída por Deus: homem e mulher. Aí hoje tá homem com homem, mulher com mulher. Aí pega uma inocente dessa, adota, eh..., (...) Hein? E aí mais tarde vai ser um prejuízo na mente dessa criança, né? **Entrevistador:** Então a senhora acha que um evangélico deveria entrar na vida pública para nortear, orientar, a partir de regras morais? **Entrevistada:** isso! Para melhorar, não para piorar!(entrevista com **Maria**⁶, 62_anos, separada, é da igreja Assembleia de Deus Bela Vista, é crente há 9 anos e tem ensino médio completo)

Vejamos ainda um trecho da fala de ‘**José**’ (49 anos, casado, pertence a igreja Presbiteriana, e é pós-graduado), quando perguntado se participaria de alguma forma da política no seu país. Ele responde:

Como eu faço política hoje? Eu quando vejo uma injustiça, eu quando vejo, eu quando vejo um buraco na rua, uma lama, uma água, opa, alô 0800, tal venha aqui, ou então vou no hospital, eu tenho indignação de vê aquela ruma de gente ali abandonado, eu vejo fulano de tal que precisa de uma cirurgia, eu num mínimo tenho um senso de indignação de revolta, eu acho que nós, como cristãos que somos sensíveis, ou devemos ser sensíveis a estas causas, que elas são políticas, elas não só de cunho humanitário, tá certo? Elas são de cunho social, e tal, e tal. Quando eu vejo essas pessoas drogadas na rua, isso é política, por que que não tem uma política de emprego? De educação? Por que é que tem um drogado? Por que é que tem a prostituta? Por falta de educação. Isso é política. **Entrevistador:** Então o senhor percebe, acredita, então a forma que o senhor ou que um evangélico deveria fazer política, ou seja, é tendo uma voz ativa, e ai, talvez, vamos colocar assim, vamos colocar um termo, incomodando outras pessoas que podem fazer alguma, a fazer alguma coisa. **Entrevistado:** Exatamente. **Entrevistador:** tipo como fosse uma manifestação individual. **Entrevistado:** Exatamente.

Perguntei também aos fieis o que eles compreendiam sobre participação política. Vejamos algumas das respostas:

(...) Eu acredito que um envolvimento, de um, de um crente, de um cristão na política, pode ser salutar, porque se a gente deixar os

⁶ A fim de resguardar os entrevistados utilizamos nomes fictícios.

incrédulos, deixar as pessoas que faz o mal, né? Dominarem a política, eu acho que fica mais complicado, então se as pessoas que conhecem a verdade, que faz o bem, que procura fazer a coisa certa, se elas se envolverem mais na política, acredito que a política tende a melhorar. **Entrevistador:** então o senhor acredita que um evangélico pode fazer parte da política, como deve fazer parte da política? **Entrevistado:** Deve, para influenciar, porque acredito que alguns evangélicos, eh..., mesmo lá dentro do congresso, tem tanta gente fazendo coisa errada, mas eles tem uma visão diferente, eu acredito que uma palavra pode mexer com alguma, né? Com as estruturas (não entendido) não porque ser um deputado que está falando, porque é Palavra de Deus, ela que transforma, né? (**Cícero** – 63 anos, casado, é da igreja Batista Regular, crente há 20 anos e tem nível superior incompleto)

Eu não vejo problema nenhum, não. Só que assim, um exemplo, se fosse, tipo uma obrigação eu participar, ou se eu tivesse um irmão que fosse político, um parente meu que fosse político, e ele quisesse me encaixar na política, também não via problema não, porque cada um tem que, eh..., ser firme e fiel até o fim, então tem político corrupto tem, mas tem político de boas ações, fiel, tem também. (**Francisco** - tem 49 anos, casado, é da igreja Internacional da Graça, crente há 22, anos e tem segundo grau completo)

Fica evidente nas entrevistas que entre os entrevistados circula uma representação positiva da possibilidade e propriedade da participação dos evangélicos na vida pública, sendo elas ancoradas na ideia de necessidade serem eles potenciais mediadores de mudanças sociais. É perceptível na fala de Maria: (...) “a gente ia ver muita coisa mudar, porque tem coisas absurdas acontecendo” (...); na entrevista com Cícero: “mas eles tem uma visão diferente, eu acredito que uma palavra pode mexer com alguma, né?, com as estruturas, não porque ser um deputado que está falando, porque é Palavra de Deus, ela que transforma, né?”. Francisco afirma: “quisesse me encaixar na política, também não via problema não, porque cada um tem que, eh..., ser firme e fiel até o fim, então tem político corrupto tem, mas tem político de boas ações, fiel, tem também”.

Observou-se no conjunto das entrevistas uma representação da participação política evangélica como um meio de transformação da sociedade, sendo frequente a menção a temas relativos à orientação sexual, aos modelos alternativos de família. Por exemplo, Maria acredita que a participação evangélica na vida pública deve acontecer

com objetivo de normatizações, a partir de sua cosmovisão, nas relações de gênero, como ela explicita: “porque olhe, esse negócio de Bíblia gay, esses negócios desses gays atuando aí, abertamente, casando, esse é um absurdo contra Deus”.

Além da pauta da defesa da heteronormatividade, também encontramos a ideia de participação política com o objetivo de garantir benefícios sociais, como saúde, renda, educação. É o que ficou evidente na fala de José, quando afirma:

quando eu vejo essas pessoas drogadas na rua, isso é política, por que que não tem uma política de emprego? De educação? Por que é que tem um drogado? Por que é que tem a prostituta? Por falta de educação. Isso é política.

As representações dos fiéis evangélicos entrevistados sobre a participação política são fabricadas e compartilhadas no sentido da produção da modificação da vida social. Um evangélico pode ou deve fazer parte da política, afim de buscar ser um agente de mudança de um conjunto de relações vigentes na vida social. O que é convencionalizado, que um o evangélico deve buscar uma vida ética, buscar aspectos de um tipo de conduta. Não encontramos nas falas registradas o interesse em evitar a ‘perseguição’, ou ainda à busca de vantagens para os evangélicos.

Os dados da nossa pesquisa confirmam os encontrados por Duarte (2012), segundo os quais os evangélicos representam sua participação política como uma extensão de sua missão espiritual a ser exercida no mundo, no sentido de que eles contribuiriam para a busca por transformações sociais. Segundo esse autor, “*estar no mundo e na política permite que os ‘escolhidos de Deus’ verbalizem o religioso, promovendo efeitos na política e transformando a sociedade*” (DUARTE, 2012, p. 66). O político evangélico é representado como um indivíduo que apresentaria um modelo de ação política diferente do hegemônico.

Nossos dados também confirmam os encontrados por Carneiro (1997), que observou as motivações para a participação política evangélica como ligada à defesa de agendas ético-morais. Segundo esse autor

Comparados a outros grupos de candidatos, os candidatos evangélicos mostram uma clara preocupação em veicular em seus programas mensagens envolvendo temas relacionados a problemas éticos morais e sobre comportamentos. (CARNEIRO, 1997, p. 15)

As entrevistas que realizamos confirmam o que Carneiro (1997) coloca, nos seguintes termos:

(...) depreende-se que, para os eleitores evangélicos, ofertam-se ética, política de natureza moral e religiosa para os consumidores de drogas e leis de “proteção à família” e condena-se a corrupção na política brasileira pela falta de uma ética cristã (...) (CARNEIRO, 1997, p. 16)

A atuação política de política evangélicos é representada como uma possibilidade de materializar em projetos de lei e através do exercício parlamentar a defesa de uma cosmovisão religiosa que se contrapõe a valores da sociedade contemporânea brasileira, a exemplo da apologia da diversidade dos modelos de família, o relativismo em termos de padrões de gênero e de orientação sexual (DUARTE, 2012, p. 63). Sobre a atuação de políticos da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), esse autor afirma que:

As disposições necessárias para participar da política profissionalizada (CANÊDO, 2002) vinculam-se prioritariamente às demandas que tratam da promoção de projetos de leis que defendam os ‘bons costumes’ da família religiosa brasileira. Desse modo, projetos que propõe a defesa da “vida em si” tornam-se retórica peculiar a partir da qual estes “políticos profissionais” empreendem e mobilizam sua participação nos meandros do legislativo. (DUARTE, 2012, p. 68)

As representações sociais da participação política de evangélicos é produzida em torno da expressão do seu desejo de transformação social, buscando mobilizar a ação de parlamentares no sentido da manutenção dos modelos tradicionais de família e da defesa de padrões de moralização referidos à heteronormatividade e à definição binária pura de papéis de gênero na sociedade brasileira.

3.1.3 Formas de participação política evangélic

Na tabela seguinte apresento os dados referentes às maneiras pelas quais os entrevistados responderam à seguinte pergunta: *como você participaria da vida política em seu país?*

TABELA 3 – FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Categorias⁷	Frequência	Grupos	Porcentagens
0	4	A	5,3% dos entrevistados não desejaram opinar.
1	19	B	25% dos entrevistados afirmaram que participariam somente pelo voto.
2	1	C	1,3% apontaram que somente participariam nas relações políticas através de manifestações públicas.
1 e 2	16	D	21,1% concordam que somente participariam pelo voto e manifestações públicas.
1 e 3	4	E	5,3% afirmam que somente participariam através do voto e campanhas políticas partidárias.
1 e 4	5	F	6,6% opinaram que participariam somente pelo voto e sendo candidato a cargo político.
1 e 5	1	G	1,3% afirmaram a participação somente pelo voto e de outras maneiras não listadas ⁸ .
1 e 2 e 3	4	H	5,3% indicaram a participação pelo voto, manifestações públicas e candidato a cargo político.
1 e 2 e 4	4	I	5,3% evidenciaram que sua participação aconteceria somente através do voto, manifestação pública e candidato a cargo político.
1 e 2 e 5	1	J	1,3% mostram que sua participação aconteceria pelo voto, manifestação pública ou de outras formas.
1 e 3 e 4	5	L	6,6% colocaram que participariam pelo voto, campanhas políticas partidárias e candidatos a cargo políticos.
1 e 4 e 5	1	M	1,3% indicaram que sua participação seria pelo voto, manifestações públicas e através de outras formas.
1 e 2 e 3 e 4	9	N	11,8% afirmaram que participariam pelo voto, manifestações públicas, campanhas políticas partidárias e sendo candidato a cargo político.
1 e 2 e 3 e 5	1	O	1,3% indicaram que participariam pelo voto, manifestações públicas, campanhas políticas partidárias e outras formas.
1 e 2 e 4 e 5	1	P	1,3% afirmaram que participariam pelo voto, manifestações públicas, ou sendo candidato a cargo político.
Total	76	Total	100%

Observa-se que a forma preferida de participação política entre os entrevistados foi ‘pelo voto’, com 25% das respostas obtidas. Em segundo lugar, GRUPO D, com 21,1% dos entrevistados respondendo que participariam da política utilizando como

⁷ Os respondentes poderiam responder mais de uma das alternativas:

- 1 = Voto
- 2 = Manifestações públicas
- 3 = Campanhas políticas partidárias
- 4 = Candidato a cargo político
- 5 = outra

⁸ Os entrevistados colocaram outras formas de participação político como: participar para o bem da família e combater a corrupção.

instrumento o voto e as manifestações públicas. A participação pelo voto aparece em 12 grupos. Já a opção ‘manifestações públicas’ aparece em 7 grupos. Vale salientar que a modalidade ‘sendo candidato a cargo público’ aparece em 6 dos grupos de respostas, o que indica uma representação positiva da inserção dos evangélicos em termos da disputa de cargos, o que pode se relacionar com o descenso da ideia de que política não é ‘lugar para crente’, que foi durante muito tempo partilhada por parte considerável dos evangélicos, na medida em que dominava a representação da esfera da política como um lugar de potencial degradação dos que nela adentrassem. Esse ponto apareceu quando fizemos a pergunta sobre razões pelas quais os evangélicos não deveriam participar da política.

Para alguns entrevistados, determinados espaços de manifestação pública, por exemplo: a política partidária e cargos eletivos, são definidos como contextos “impuros” para os evangélicos. Votar é como se constituísse em uma participação política isenta da possibilidade de ‘contaminação’, enquanto a vinculação partidária e o exercício de cargos fossem formas mais propensas à produção da degradação, sendo, por isso, objeto de menor positividade em termos de representações sociais do envolvimento dos evangélicos com a política. As entrevistas estruturadas apontaram como razões da não participação política: *corrupção, confusão, a política é um escândalo e o crente não deve estar neste espaço, pessoas falando mal um dos outros, muita sujeira*. Vejamos no trecho de uma das entrevistas realizadas como isso aparece:

Eu não vejo hoje com bons olhos um evangélico com a política partidária, porque ou ele se conforma com a política partidária, e atrás dela tá todo um bojo é... que maquina como se tivesse uma lama, que você entra ou você se afoga ou sai melado, tá certo? Eu acho mais que o cristão não deveria pleitear um cargo, porque ele talvez ele morra, morra literalmente, porque as pessoas não vão permitir que ele faça nenhum um tipo de mudança, ou ele vai ficar é...corrompido, manchado, ele sai, ele sai, no mínimo melado. (**Entrevistador:** se entendi, a percepção do senhor é a de que um evangélico poderia estar neste meio político, mas para ser diferencial. Na atual conjuntura ele não deveria participar. É isso?) Isso. Não é possível. Eu mesmo tenho muita vontade de ser, mas eu penso sempre por esse viés, atualmente não seria possível. Entrevista com ‘José’ (49 anos, casado, pertence a igreja Presbiteriana, e é pós-graduado)

Uma parcela de evangélicos elabora formas de representações de participação política, evidenciando que nem todas as formas de participar politicamente seria conveniente, isto porque estes espaços colocariam estes indivíduos em contatos com elementos que não seriam permitidos, por não estarem ajustados com seus princípios. Isso pode explicar uma expressividade na utilização do voto na transformação da vida social. Neste caso, a participação política através do voto protege em parte evangélicos de determinados espaços, afim de que eles não possam ser “contaminados”, por exemplo, como formas de corrupção. Participar de formas de política e outras não, corresponde a uma representação social do mundo que se baseia na separação de lugares e espaços em termos de ‘pureza’ e ‘impureza’, sendo a inserção na esfera da política na forma de candidatura vinculada a partidos representada em termos de possibilidade de degradação e de ‘perdição’..

Em pesquisa anterior nossa (CARVALHO, 2015) já havíamos observado o poder das normatizações bíblicas na ancoragem das representações sociais circulantes entre evangélicos a respeito de qualquer tema.

Em linhas gerais, a conversão do evangélico está pautada numa mudança de comportamentos em relação ao meio não evangélico. O discurso dos convertidos às religiões evangélicas, não raro, enfatizam que determinados comportamentos antes praticados, como o uso de bebidas alcoólicas ou tabagismo, desvio do dinheiro público, relação sexual fora dentro do casamento, não devem fazer mais parte da nova realidade do convertido. Também há bastante ênfase na busca pelo estabelecimento de relações com pessoas com os mesmos costumes. Ou seja, pessoas que aderirem à religião evangélica devem ser cautelosas em suas relações com pessoas que têm estilos de vida diferentes dos presentes no universo evangélico (CARVALHO, 2015, p. 35).

A partir desta forma de se perceber no mundo, com o pertencimento da identidade evangélica, busca-se não corromper com elementos que se tensionam com seu universo, não desejando se “contaminar” com elementos da política.

A conjuntura política recente no Brasil parece indicar uma fricção em relação aos discursos dos entrevistados. A presença de evangélicos na disputa e exercício de

cargos públicos no parlamento ou no âmbito do Executivo aponta para uma possível mudança, no que se refere ao cenário nacional do subcampo dos evangélicos, no que se refere à sua atuação política. É claro que esse campo é vário e, como afirmam Reich & Santos (2013) as representações sociais da relação entre religião e política é diversa. Por exemplo a Congregação Cristão do Brasil (CCB) rejeita formas de participação política, pois corresponde a uma potencial degradação que essa denominação não aceita (REICH & SANTOS, 2013). Já a Assembleia de Deus, a Univerção do Reino de Deus têm apresentado tendências de investimento massivo na inserção de seus membros no campo da política formal.

3.1.4 Orientações para participação política

Buscando compreender como são fabricadas as representações dos evangélicos de Juazeiro/BA a respeito da participação da vida pública, busquei levantar dados sobre os elementos de sua ancoragem, os quais as fundamentam. Para isso elaborei o seguinte questionamento aos entrevistados: *o que você considera importante para orientar a participação dos evangélicos na política?* Vejamos a tabela referente às respostas obtidas⁹:

⁹ Foram apresentadas as seguintes opções, podendo o entrevistado escolher mais de uma:

1. A Bíblia
2. Líderes da sua igreja
3. Pessoas evangélicas da sua igreja, não líderes.
4. Livros teológicos
5. Mídia
6. Outros

TABELA 4 – PELO QUE SE ORIENTAM PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Categorias	Frequência	Grupos	Porcentagens
0	3	A	3,9% dos entrevistados não responderam.
1	14	B	18,4% dos entrevistados afirmaram que são orientados para a participação política pela Bíblia.
3	1	C	1,3% afirmam que recebem suas orientações para participação evangélica de pessoas evangélicas de sua igreja.
5	3	D	3,9% apontam que são orientados para participação política pela mídia.
6	6	E	7,9% indicaram que são orientados por outras fontes ¹⁰
1 e 2	4	F	5,3% afirmaram que recebem orientação para participação política da Bíblia e de líderes da sua igreja.
1 e 3	1	G	1,3% dos entrevistados evidenciam que são instruídos pela Bíblia e pessoas evangélicas de sua igreja.
1 e 5	5	H	6,6% apontaram que são orientados pela Bíblia e pela mídia.
1 e 6	2	I	2,6% indicam que são orientados pela Bíblia e outros.
5 e 6	1	J	1,3% afirmaram que são orientados pela mídia e outros.
1 e 2 e 3	4	L	5,3 % informaram que as orientações para participação política são pela Bíblia, líderes da sua igreja e pessoas evangélicas de suas próprias igrejas.
1 e 2 e 5	2	M	2,6 % são orientados pela Bíblia, pelos líderes de suas igrejas e pela mídia.
1 e 2 e 6	1	N	1,3 % recebem orientações da Bíblia, de suas lideranças e outros.
1 e 3 e 5	2	O	2,6% são orientados pela Bíblia, pelas pessoas de suas igrejas e a mídia.
1 e 5 e 6	1	P	1,3% afirmam que recebem orientações da Bíblia, da mídia e outros.
2 e 3 e 5	1	Q	1,3% apontam que são orientados pelos líderes de suas igrejas, pessoas evangélicas da sua igreja e pela mídia.
1 e 2 e 3 e 4	3	R	3,9% afirmaram que recebem orientações da Bíblia, líderes e não-líderes de suas igreja e também livros teológicos.
1 e 2 e 3 e 5	5	S	6,6 % indicam que são orientados pela Bíblia, líderes e não-líderes de suas igrejas e pela mídia.
1 e 2 e 4 e 5	1	T	1,3% afirmam que são orientados pela Bíblia, por líderes de suas igreja, livros teológicos e a mídia.
1 e 3 e 4 e 5	1	U	1,3% indicam que são orientados pela Bíblia, por pessoas evangélicas de suas igreja, livros teológicos e a mídia.
1 e 4 e 5 e 6	1	V	1,3% evidenciaram que são orientados pela Bíblia, livros teológicos, mídia e outros.
1 e 2 e 3 e 4 e 5	12	X	15,8% são afirmaram que são orientados pela Bíblia, por líderes de suas igrejas, não-líderes de suas igreja, livros teológicos e mídia.

¹⁰ Foi evidenciada a *internet* como fonte de orientação para a participação política evangélica.

1 e 3 e 4 e 5 e 6	1	Z	1,3% indicaram que são orientados pela Bíblia, não-líderes de suas igrejas, livros teológicos, mídia e outros.
1 e 2 e 3 e 4 e 5 e 6	1	K	1,3% são orientados pela Bíblia, líderes e não-líderes de suas igreja, livros teológicos, mídia e outros.
Total	76	Total	100%

Observando a tabela 4, o grupo B, com 18,4% dos entrevistados, afirmam que a Bíblia, é o elemento de maior influência nas construções religiosas para a participação política. Ainda, diante dos 24 grupos, repete-se em 18 deles, a opção de a Bíblia ser o elemento norteador de suas formas de pensar sobre participação política. Porém estas construções de participação da vida social tem influências de todos os outros elementos. O grupo X, com 15,8% dos entrevistados apontaram que a Bíblia, líderes de sua igreja, pessoas evangélicas de suas igrejas, livros teológicos e a mídia são orientadores para suas formas de participar da política. Assim, podemos observar que as construções das formas de pensar sobre política partem de várias esferas, que influenciam na participação da vida pública.

Vejamos alguns trechos das entrevistas sobre esse ponto:

A base de qualquer evangélico é Bíblia. Se a Bíblia tá dizendo aquilo ali, ele deve fazer (...). Ela diz que deve respeitar as leis, acho também que deve influenciar, interferir ajudar. (**Cícero**)

(...) a igreja, o pastor, porque nós como fiéis, como ovelhas do pastoreado do nosso pastor, nós temos que ter obediência a ele, né? Então se surgir uma novidade, um caso novo, em termos de política, então a gente vai lá, conversa com ele, vê a forma certa, correta de agir. (**Francisco**)

(...) acho que Cristo teria a mesma consistência com as minhas ideias, se ele estivesse vendo isso, isso ou aquilo. Eu sempre me reporto ao que Cristo pensaria se tivesse no meu lugar (**José**)

Ele pode chegar lá e ganhar almas, ele pode fazer aquele ide, que fala lá no evangelho de Marcos, né? Ide por todo mundo e pregai o evangelho a toda criatura, então ele pode ir, trabalhar na política e evangelizar (**Maria**, em janeiro de 2018).

Os evangélicos evidenciam suas concepções sobre participação política. O ator social Cícero afirma que suas orientações para participação política partem da Bíblia. Sua percepção é que este livro se torna a base de elementos norteadores para as práticas políticas. O personagem assevera a influenciar do livro em suas interações políticas. Esta fala do entrevistado se afina com as respostas do grupo B, da tabela 4, o de maior frequência, apontando a Bíblia como critério orientador de suas *performances* políticas.

Observamos ainda outros elementos apresentados pelos atores sociais, nas entrevistas, que contribuem para as construções de participação política: os líderes. Neste caso, a liderança na igreja corresponde a um elemento de orientação para práticas políticas. “O alto grau de exposição às lideranças religiosas permite que essas lideranças apresentem um discurso estruturado no sentido de condicionar o voto dos fiéis, demonstrando que tal voto é o melhor dentre as posições existentes” (MAIA, 2006, p. 108).

Também apareceu nas entrevistas a menção aos discursos de Jesus, como os orientadores das formas de pensar sobre participação política dos evangélicos, o que também se soma à resposta de que a Bíblia seria o elemento mais importante para a definição das linhas de atuação/participação política dos evangélicos. Também apareceu o desejo de propagação de ensinamentos bíblicos, com foco no proselitismo como princípio orientador das práticas de participação política dos evangélicos. É como se fosse uma ação racional orientada para o fim de ‘possibilitar a chegada de missionários de Deus’ ao Congresso Nacional, o que permitiria o deslizamento do ‘tempo da igreja’ para o ‘tempo da política’ (e vice-versa) em diferentes espaços e tempos da política”. (DUARTE, 2012, p. 67).

Notabiliza-se, então que as representações sociais de participação evangélica são elaboradas, buscando as modificações das interações sociais. Procuram participar nas inter-relações políticas, focalizando transformações na vida social. Desejam melhorias

na vida pública, na evitação da corrupção e modificações nas inter-relações ético-morais. Observa-se também que a busca por estas transformações se efetiva por apropriação de formas de política. Utiliza-se dos mecanismos de participação política, como o voto, manifestações públicas, participações partidárias ou candidatura a cargos políticos para as mudanças sociais.

Verifica-se também que modos de participação política, objetivando as transformações sociais, são apropriados de maneiras diferentes, notabilizando significados distintos. Neste caso, as representações de participação política são construídas dentro de um mesmo universo com sentidos diferentes. Enquanto uma ala evangélica percebe o voto ou até manifestações públicas como elementos de transformação da vida comunitária, outro conjunto afirma que determinadas formas de participação política estão permeadas de corrupção, como filiação partidária ou candidaturas a cargos políticos.

Para uma ala, o evangélico deve estar em determinados espaços públicos como agente de transformação social, enquanto que outro conjunto defende a não participação de formas políticas, evitando a sua “contaminação”. Assim o voto, torna-se uma maneira de participar da vida política de forma relativamente protegida em relação ao que é representado como o perigo contaminativo do funcionamento da política, tanto como elemento de mudanças sociais, como artigo de proteção das formas de corrupção, que aponta também para transformações sociais, mas evitando que haja comunicação com maneiras de participação política não orientada pelos princípios evangélicos. Notabiliza-se que estas construções de formas de pensar, são orientadas pela Bíblia, pelos líderes religiosos, não-líderes, livros teológicos e recursos midiáticos, sendo a Bíblia o elemento de maior contribuição para as construções de participação política, a base para os evangélicos nortearem suas formas de pensar, construindo as representações de participação política.

3.1.5 Considerações finais sobre as representações sociais da participação política evangélica elaboradas pelos fiéis

Neste caso, quais os sentidos para estas construções das representações políticas? Quais as interpretações para estas formas de pensar dos atores sociais evangélicos sobre participação política? Como podemos interpretar estes sentidos na perspectiva de Moscovici (2015)?

Moscovici (2015) evidencia razões para as fabricações das representações coletivas. As representações são construídas com a finalidade de tornar o familiar algo não familiar, é procurar efetivar familiaridade a elementos desconhecidos. Assim, este conjunto de crenças, sentimentos, é fabricado para assegurar conforto diante do desconhecido, uma vez que este ameaça a estabilidade da ordem no universo dos evangélicos. As representações sociais têm a finalidade de tornar familiar, algo que não é familiar. Moscovici (2015) afirma:

O que quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição.(MOSCOVICI, 2015, pp.54-55)

As representações que os evangélicos constroem em relação à participação política, são fabricações que buscam estabilização diante do que o universo consensual das comunidades evangélicas define como “desajustes” na vida social, produzindo alternativas simbólicas, cognitivas que têm o objetivo de tornar familiar o que o grupo social define como anormal, abjeto. Suas construções de participação na vida pública ancoram-se em definições de direitos humanos, de normalidade que se definem em fricção com definições universais de direitos humanos, por exemplo, sintonizadas com o que se define no subcampo dos evangélicos em torno da heteronormatividade, da família tradicional nuclear e das definições padronizadas binárias de gênero. Sua atuação política para defender a moralidade nos seus termos, a normalidade de acordo com seus parâmetros se chocam com o definido, por exemplo, pelas ciências sociais, no que se refere à discussão sobre determinação biológica do sexo, mas cultural do gênero, sobre modelos diversos de família e sobre a dominação masculina e seus efeitos em termos de

violência contra a mulher, dentre outros pontos referidos à pauta da ligação entre atuação política evangélica em defesa da ‘ordem’ e ‘bons costumes’.

Os grupos sociais de evangélicos constroem universos simbólico-cognitivos que ganham plausibilidade para dentro deles, ancorando as representações sociais que nele circulam, orientando as objetivações das representações em termos de comportamentos eleitorais que adotam o discurso da defesa da moral e da família, mas nos termos definidos no espaço intragrupal.

As representações sociais sobre moral, ética, família e sociedade hegemônicas nos grupos dos evangélicos orientam as construções que eles adotam de sua relação com a esfera da política, produzindo um conjunto de consequências em termos de atuação parlamentar da bancada evangélica, que defendem direitos moral e ética como se fossem para todos, com base nas definições dos universos consensuais constituídos pela produção, circulação e plausibilização de conjuntos particulares de representações sociais dos evangélicos.

Assim, os direitos de minorias politicamente definidas tais como os dos LGBT+, mulheres, indígenas e de outros grupos que têm se colocado como atores de reivindicação por reconhecimento político, igualdade e garantia de direitos universais, não são os direitos definidos nos universos consensuais simbólico-cognitivos dos evangélicos, que ancoram suas definições deles em termos ‘bíblicos’, ‘espirituais’.

Estas construções de formas pensar sobre atuação políticas são modeladas pelas concepções religiosas, apresentadas como destinadas a produzir uma ‘estabilização na vida social’. A busca por modificações nas relações sociais evidenciam que elementos das interações entre os indivíduos – fora dos muros da religião evangélica - estão desalinhados com as formas de pensar evangélica. Construções sociais percebidas pelos evangélicos com em desacordo com suas concepções religiosas são vistas por eles como elementos abjetos, estranhos, destabilizadores da vida social, procurando os atores sociais religiosos intervirem nestas relações, almejando a ‘rearrumação’ do mundo e das definições de sociedade.

Na fabricação das representações de participação política evangélica privilegia-se a defesa de ‘valores tradicionais’, como representados no espaço intragrupal,

militando contra elementos que se desalinham com as elaborações de suas próprias formas de pensar. “A tradição opera a partir de fatos sociais que geram conforto, porque possibilitam previsibilidade, condição fundamental para o estabelecimento da vida social, (...)” (VITAL DA CUNHA, *et al.*, 2017, p. 112).

As representações sociais elaboradas e hegemônicas entre os evangélicos a respeito de sua participação política, estabelecendo como alternativas plausíveis o exercício do voto “em irmãos” – ou em candidatos indicados claramente pelas lideranças –, as manifestações públicas, a disputa a cargos eletivos são construídas almejando forjar um tipo de inserção pública guiada pelos interesses particulares estabelecidos de modo hegemônico no subcampo dos evangélicos, o que poderia apontar para um modelo de participação política que secundariza a abordagem do bem coletivo em termos mais gerais.

Segundo Machado & Burity (2014):

Os líderes evangélicos que mais enfatizam os aspectos positivos da inserção dos atores pentecostais nas instâncias de poder político e apresentam mais claramente a pretensão de interferir no controle do ordenamento social brasileiro são justamente aqueles que tiveram ou ainda apresentam vínculo diretos ou indiretos com o Poder Legislativo. (MACAHADO & BURITY, 2014, p. 617)

Assim, percebe-se a inserção dos evangélicos na vida pública, utilizando as formas de política com elementos de transformação da vida social, com o objetivo de produzir um ‘ordenamento’ e ‘moralização’ nas relações sociais, baseado em suas representações sociais ancoradas em bases bíblicas, teológicas, espirituais.

O que se observa ainda é um surgimento de um perfil evangélico que busca esse ordenamento da vida social, que Vital da Cunha *et al.* (2017) apontam como podendo ser definido enquanto *liberal conservador evangélico*, nos seguintes termos:

O *liberal conservador evangélico* seria, nesse sentido, uma espécie de tipo ideal de político, capaz de encarar o desafio de fazer um governo socialmente justo, economicamente competitivo e moralmente impecável, interferindo no que for necessário para conter as diferentes ‘anomalias’ que estaríamos vivendo na atualidade, tanto em um contexto nacional quanto internacional. Numa perspectiva evangélica,

esses problemas têm base na desestruturação da família, motivada, em grande parte, pela mudança em seu arranjo nuclear e pela mudança no papel da mulher na sociedade, causas da violência e do vício em drogas. (VITAL DA CUNHA *et al.*, 2017, p. 128)

É notável, por exemplo, como estão ausentes da pauta evangélica de transformação do mundo as variáveis relativas às desigualdade de classe, de distribuição de renda, de acesso a direitos considerados universais tais como os referidos à saúde, habitação, educação, dentre outros.

O conjuntos de distorções e perturbações da ‘ordem social’, nas representações sociais da maioria dos evangélicos se referem às relações de gênero, modelos de família, de sexualidade, ao aborto, elementos que são definidos como ameaças à estabilidade, conforto ou familiaridade. As representações sociais de participação política evangélica são fabricadas com o objetivo de construir um mundo estável, previsível, diante da diversidade que os indivíduos estão imersos, mobilizando um processo que busca a estabilização diante da ‘matéria fora de lugar’, definida em relação às variáveis acima citadas, criando um modelo de objetivação das práticas que se encapsula nas variáveis particulares definidas em termos de representações sociais da desordem social nas quais os aspectos moralizantes e relativos à reprodução da sua tradição religiosa são centrais.

3.2 As representações sociais da relação entre religião e política elaboradas pelos líderes

O levantamento de dados com o subgrupo dos líderes religiosos evangélicos foi feito da seguinte maneira: foram entrevistado 12 líderes, buscando conhecer a idade, estado civil, nível de instrução, quantidade de tempo que se percebe evangélico, bem como o nome da igreja que exerce algum tipo de liderança, função que atua na liderança da igreja e por fim, se participa da OMEC.

Focalizamos as representações dos líderes sobre a participação políticas dos evangélicos destacando os quatro grupos de motivações por eles enunciados: a

participação política evangélica como forma de produzir ‘melhorias sociais’; como elemento de ‘transformação social’; como ‘blindagem moral-religiosa e civismo’; e como elemento de visibilização e proteção das minorias evangélicas.

3.2.1 Melhorias sociais

Uma das tendências nas entrevistas como líderes sobre suas representações sociais da participação política evangélica foi o foco na ‘busca de melhorias na vida social’, como vemos, por exemplo no trecho da fala de Pr. João abaixo citado:

Como exemplo de ‘servos do Senhor’ que atuaram na vida públicas temos o de José, no Egito, que assumiu cargo político, que foi canal de benção, para aquela nação, para aquele império. Temos também o exemplo de Daniel, que foi um canal de benção também, no seu tempo, como um governador (...) (Pr. João, 37, casado, nível superior completo líder de uma igreja_Presbiteriana, não participante da OMEC)

O Pr. João¹¹, do segmento dos protestantes presbiteriano ¹², aponta como motivação para a participação política dos evangélicos a possibilidade de que os políticos evangélicos possam ser ‘canais de bênçãos’. A intervenção evangélica na política é representada pelos líderes evangélicos como capaz de ‘contribuir para a vida social’, como vemos no trecho de uma entrevista a seguir:

Nas cidades onde os empresários locais abraçaram a visão pastoral, a visão de reino, em obras sociais, obras de apoio às pessoas carentes, o evangelho cresceu e qualidade de vida melhorou. A criminalidade diminui, isso é fato. Eu dou como exemplo a cidade de Araçarugama, que eu conheço. Lá tem o ‘Vale da Benção’, e nome do bairro da cidade em que ela atua. É uma igreja cuja obra social se tornou tão ampla que hoje tem obras sociais na cidade, tem uma escola, que é reconhecida pela secretaria de educação local, que é referência no trabalho com crianças. (Pr. Lucas, casado, nível superior completo, pertence a Igreja Pentecostal Emanuel e participante da OMEC).

¹¹ São usados nomes fictícios, buscando resguardar a identidade dos entrevistados e suas igrejas.

¹² A classificação de protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais segue a proposta de Ricardo Mariano (1999).

Nessa fala, diferentemente do que encontramos nas entrevistas com a maioria dos fiéis, a atuação pública dos evangélicos é representada como possibilidade de produzir a modificação de elementos da vida social mais ampla, significando a atuação da igreja uma busca por melhoria sociais definidas em termos de diminuição da violência, melhores índices de educação, dentre outros elementos.

3.2.2. A pauta de transformação social de caráter ético-moralizantes

Também encontramos entre os líderes evangélicos entrevistados a representação da participação política como elemento de transformação da vida coletiva. Vejamos um trecho ilustrativo da entrevista com um pastor de uma igreja neopentecostal juazeirense:

Entrevistador: Além da corrupção, o senhor pensaria outro elemento que a igreja não aceitaria, por isso ela deve estar nessas relações políticas? Além da corrupção? **Entrevistado:** Sim, sim. Por exemplo, os princípios da família, que muitas vezes são banalizados na nossa nação, que muitas vezes são banalizados por ideologias que fogem dos princípios, eu diria cristãos. Se você for analisar numa visão humana, natural, você percebe que foge completamente dos princípios de uma nação justa, de uma nação sábia (...) nessa ideologia com relação a política de aprovação ao aborto, que numa visão cristã, nós acreditamos não é correto, não é correto (...) (Pr. Tiago, 26 anos, casado, superior completo, 5 anos que se percebe evangélico, pertence a igreja Internacional da Graça e não participa da OMEC)

Aqui encontramos uma aproximação entre as falas dos líderes e as dos fiéis, apontando como mudanças nas relações sociais, a luta contra a corrupção, mas principalmente em termos de relações de gênero, modelos de família, de sexualidade e contra o aborto.

Nossos dados confirmam os encontrados por Vital da Cunha *et al.* (2017, p.117), segundo os quais a legalização do aborto e da união estável homossexual

são identificados por evangélicos e por não evangélicos como cavaleiros a conter o apocalipse que estaria se aproximando com a demanda por avanços sociais que ameaçariam a tradição da família nuclear e do controle social sobre o corpo da mulher.

As implicações das representações sociais de ‘ordem’, ‘decência’, ‘normalidade’ fabricadas, disseminadas e hegemônicas no subcampo dos evangélicos apontam para o desejo de mudanças na vida coletiva, definidas como sendo possíveis pela presença na esfera públicas de “escolhidos de Deus, que verbalizam o religioso, promovendo efeitos na política e transformando a sociedade” (DUARTE, 2012, p. 66).

3.2.3 A apologia da não participação, como blindagem moral religiosa

Também observamos nas entrevistas com líderes religiosos evangélicos sobre suas concepções da participação política evangélica uma associação entre esta e uma estratégia de blindagem social religiosa. No caso, líderes buscam e enunciam representações negativas da política, argumentando contra a participação política de evangélicos, afim de não serem influenciados pelo contexto de corrupção nela por eles identificado. Vejamos trechos ilustrativos desse ponto:

Eu no meu modo de ver, eu não sou a favor no crente na política, devido o sistema de política brasileiro, que é um sistema corrompido, corrupto. Quando chega lá, o político chega lá, é eleito, abre um sistema que dita as regras do jogo, e aí, ou ele se corrompe ou não faz nada. A maioria deles para fazer alguma coisa se corrompe, e aqueles que não se corrompem praticamente não fazem nada (...). (Pedro, 52 anos, casado, nível médio completo, 2 anos de diácono de uma igreja Batista Regular, 8 anos como evangélico, não participa da OMEC).

(...) existem pastores que participam, mas eu, particularmente eu, o quanto mais distante da política, melhor. Na verdade é um mundo de sujeira, o quanto mais distante ficar, no meu caso, né? (Pr. Judas, 41 anos, ensino médio completo, casado, tem 27 anos como evangélico e 8 anos como pastor da igreja Mundial, não participa da OMEC)

Deus não precisa que um político, que um crente se envolva na política do jeito que ela está, pra resolver um problema que Deus pode resolver. Se ele quiser fazer isso, ele faz, mas eu acredito que dificilmente ele colocaria uma ovelha na boca do lobo, porque quando um evangélico, certo?, Ele se envolve com política, ele tem duas opções ou ele se ajusta ao meio, porque o meio é mais poderoso, porque vamos supor, são quinhentos (500) contra um (1)... ou ele se ajusta ao meio ou ele sai, por não concordar. Se eles já conhecem como nós conhecemos, mesmo o mínimo, a situação dos escândalos que a gente vive, e ele sabe que não vai ter como lutar contra aquilo,

por que ele vai? Não é melhor ele ficar cuidando do que Deus chamou ele pra fazer? Então a minha opinião é essa: não deve se envolver com política. (Mateus, 55 anos, ensino médio completo, tem 18 anos como evangélico, professor de uma igreja Batista Regular que não participa da OMEC, auxiliar a liderança)

Esta tendência observada entre os líderes se baseia na representação projetiva da impureza e da possibilidade de degradação para fora da esfera religiosa, o que apresenta uma funcionalidade dupla: a focalização do perigo no fora do campo religioso e a justificativa para uma aparente posição de neutralidade, o que tem sido instrumentalizado justamente por grupos e indivíduos que desejam exercer suas atividades políticas, por exemplo, sem uma possível crítica religiosa mais específica, menos generalizadora.

Rich e Santos (2013) comentam essa posição em sua tipologia das relações entre evangélicos e política, nos seguintes termos:

O primeiro modo é a rejeição explícita da política eleitoral, que surge de uma não aceitação, a partir da teologia, de normas e práticas da política moderna. Neste caso, qualquer vantagem organizacional que tem acesso ao poder político é derrotado pelos imperativos teológicos; em essência, a teologia produz imperativos que afasta da participação política. (Tradução livre feita pelo autor da dissertação)¹³

Convém observar que os trechos das entrevistas acima citadas se referem às representações sociais da participação política de evangélicos como candidatos a cargos parlamentares ou executivos. Entre os líderes religiosos entrevistados encontramos a representação positiva da participação política de outros tipos, como vemos no trecho de entrevista abaixo citado:

Eu não quero dizer que um, um evangélico, vou usar esse termo que o senhor está usando, não possa votar, conhecer os candidatos. Não é isso, certo? Eu acredito apenas que o meio, não é o meio ideal (...)

¹³ *The first mode is the explicit rejection of electoral politics, which arises from a theologically informed rejection of modern politics norms and practices. In this case, any organizational advantage that might accrue from access to political power is trumped by theological imperatives; in essence, theology makes organizational imperatives irrelevant. (RICH & SANTOS, 2013, p. 7)*

Mais uma vez voltando para questão, nós devemos obedecer as leis humanas, mas também, desde que elas não firam os princípios da Palavra de Deus. Então votar é contra a lei de Deus? Não! Então eu devo obedecer! (Mateus, membro da liderança de uma igreja protestante histórica)

Outra interpretação possível dos trechos das entrevistas acima citados é a de que o modo de enunciar a apologia da não participação política em termos de candidatura partidária de evangélicos, ao mesmo tempo em que se defende a obediência às leis – no que se refere ao exercício do voto – e mesmo a propriedade de ‘conhecer candidatos’, abre a possibilidade para o que tem se observado em várias conjunturas eleitorais, nas quais líderes religiosos evangélicos ‘apresentam candidatos’ às comunidades de fé, sendo frequente a admissão de barganhas políticas nas quais a moeda utilizada é a influência dos líderes sobre os fiéis em troca de favores políticos (GAMA & GUERRA, 2016). Os líderes religiosos não concordam em participar como candidatos a cargos parlamentares ou do executivo, mas aceitam o jogo do apoio a candidatos que lhes procuram.

A ancoragem das representações negativas do envolvimento dos evangélicos com a política no interesse em não se contaminar com o ‘jogo sujo’ nela observado e localizado se objetiva de modo ambíguo, na medida que, por um lado, resulta na justificativa simbólica do afastamento de pastores das candidaturas partidárias; e, por outro, na abertura para a negociação da influência que os líderes exercem sobre os rebanhos, observando-se a prática comum da apresentação/proposição de candidatos por eles às comunidades¹⁴.

3.2.4 A proteção de minorias evangélicas e a vitrinização de práticas

¹⁴ Cabe destacar que nas eleições de 2018, 313 candidatos inseriram seus títulos eclesiásticos (de ‘pastor’ ou ‘pastora’) à frente do nome. Em 2014, ano da última eleição presidencial, o número de pastores candidatos era 270, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. Em 2010, esse número somava 193 postulantes. (In: <https://noticias.gospelmais.com.br/eleicoes-2018-300-pastores-candidatos-101553.html> [acesso em outubro de 2018]).

Por fim, observa-se uma quarta e última tendência em termos das representações sociais da relação entre evangélicos e política construídas por líderes religiosos em Juazeiro/CE, a descrição da participação política como elemento de visibilização e defesa de participação de minorias religiosas evangélicas. Vejamos alguns trechos ilustrativos desse ponto:

(...) sou um servo, me converti para a causa evangélica. A causa evangélica, não a causa religiosa. Sou de uma minoria, eh..., mas eu tenho a causa evangélica como uma, como uma, eh..., bandeira, como uma bandeira de luta, e eu ver, um cenário político desse, onde a gente não é nada politicamente, então eu estou aqui para servir, tenho um entendimento pessoal, meu papel claro nisso aí tudo, claro, é um papel de servir, gerar uma visibilidade pra..., pra estes movimentos. (Antônio, 39 anos de idade, casado, tem 12 ano como evangélico, 10 anos como líder da OMEC, pertence a uma igreja pentecostal denominada Peniel)

Os atores evangélicos comentam ainda sobre sua percepção de exclusão dos evangélicos, diante do segmento católico:

Os movimentos evangélicos, eles são segregados, são apartados, eles são historicamente, historicamente, vivem historicamente à margem da sociedade. Na nossa cidade, na nossa região, historicamente é uma minoria sem articulação. Historicamente é uma classe sem acesso a entretenimento, sem acesso... (Pastor Antônio)

Como eu falei, a nossa cidade se desenvolveu através de um segmento religioso, e esse segmento religioso é priorizado. Então, nesse sentido, há uma injustiça na nossa cidade, porque como cidadão eu tenho direito como qualquer um outro, independente da minha religião. Então existe sim, lamentavelmente, uma tentativa de nos abafar, isto que eu estou falando. Agora, é muito perigoso até, porque eu não posso acusar ninguém, mas a gente sente. (Pastor Agostinho, Pastor da Igreja Batista da Convenção, líder da OMEC)

A participação política é apresentada nessas falas como uma estratégia de defesa e de visibilização das minorias evangélicas diante de um segmento religioso majoritário em Juazeiro da Bahia. Neste caso, destaca-se a Ordem dos Ministros Evangélicos do

Cariri (OMEC)¹⁵ que tem atuado na construção de formas de pensar sobre a participação evangélica na política na cidade em que fizemos a pesquisa, um espaço predominante católico e com forte oposição aos evangélicos no percurso histórico¹⁶. Em pesquisa anterior, observamos como um elemento importante da criação e atuação da OMEC, a defesa do delineamento de estratégias de articulação entre denominações do subcampo dos evangélicos em Juazeiro/CE, com vistas à inserção na esfera pública juazeirense, a fim de não serem “esmagados” pelo catolicismo, modelo de religiosidade hegemônico na cidade.

Um do exemplos da direção da atuação da OMEC em suas tentativas de maior interferência no contexto político local foi quando em 2012 organizou-se um evento¹⁷

¹⁵ A OMEC foi formada na década de 90, por volta do ano de 1994, com um ajuntamento de líderes, inicialmente com o propósito de criar uma maior aproximação entre algumas lideranças de igrejas já estabelecidas em Juazeiro do Norte, no caso, as igrejas Presbiteriana, Assembleia de Deus, Comunidade Cristo Vive e Congregacional. Esta instituição teve um propósito inicial de congregar líderes, ao mesmo tempo uma tentativa de fortalecimento das novas igrejas constituídas. Em seguida, houve os primeiros intentos de influência no contexto de Juazeiro do Norte, quando começaram a promover eventos na cidade, por exemplo, comemoração da Bíblia (CARVALHO, 2015). A Ordem dos Ministros Evangélicos do Cariri (OMEC) agrega uma diversidade de lideranças, compondo-se de pentecostais e protestantes históricos. Embora a OMEC contemple uma variedade de denominações, observa-se uma maior quantidades de pentecostais. É formalizada do ponto de vista jurídico, funcionando com uma diretoria executiva e um conselho fiscal, eleito em assembleia. Podem participar da diretoria, tanto homens como mulheres. Dentro deste universo feminino, há mulheres que exercem lideranças em suas igrejas. Algumas vezes são consideradas pastoras (CARVALHO, 2015).

¹⁶ A presença evangélica em terras juazeirenses foi evidenciada pelos protestantes presbiterianos, desde os primeiros anos do século passado. Não somente estando presente neste espaço, mas desde cedo tentando causar influência religiosa, através de mecanismos de evangelização. Os batistas regulares chegam a Juazeiro do Norte em Setembro de 1936, com a vinda do missionário americano Edward McLain, configurando o espaço juazeirense com intensos conflitos religiosos: “*Quando o vigário da cidade, Pe. Orlando, soube que havia um missionário hospedado em Juazeiro, ficou enfurecido. Dirigiu-se à pensão acompanhado de 300 pessoas para convencer o proprietário a expulsá-lo. Disse ao missionário, que ele era pastor da cidade e não havia lugar para outro. Sugeriu-lhe que se retirasse em poucos dias*” (LIMA, 1997, p. 41). Observa-se que há um palco de conflito com a chegada dos evangélicos, que já circulavam pelas terras do cariri desde o início do século passado. Os conflitos entre evangélicos e católicos em Juazeiro do Norte foram incisivos na primeira metade do século XX e também no início da segunda metade do século, apresentando uma diminuição dos tensionamentos no decorrer do século.

¹⁷ O evento aconteceu no hotel Verdes Vales em Juazeiro do Norte. Participaram evangélicos de denominações variadas, pertencentes aos segmentos protestantes históricos e pentecostais, também os candidatos a prefeito de Juazeiro: Manoel Santana Neto (PT), Raimundo Antônio de Macedo (PMDB), e Demontieux Fernandes (PSOL). Os candidatos expuseram seus planos de trabalho diante dos evangélicos. Cada candidato separadamente apresentou seus projetos com um tempo demarcado, respondendo a questionamentos. Perguntas foram realizadas no âmbito da saúde, saneamento, estrutura de tráfego de

público, com a finalidade de publicizar o posicionamento dos líderes evangélicos dela participantes e de suas reivindicações para os candidatos à prefeitura de Juazeiro. Os integrantes ficaram responsáveis de explicitar sobre a realidade evangélica no país e na própria região, do crescimento numérico dos evangélicos em nível nacional e sobre a impossibilidade de se ignorar a importância desse segmento em todas as escalas geopolíticas do país (CARVALHO, 2015).

Também foi destacada no evento citado a história dos evangélicos, em seu caráter de minoria perseguida por grupos religiosos majoritários, bem como do poder político local, desejando oportunidades nos eventos públicos, inclusive em termos de espaço das programações evangélicas na cidade. Na reunião foram apresentadas as seguintes reivindicações, por um líder da OMEC:

Em 2011 foi realizado o centenário do Juazeiro do Norte. Pastor Rubens Coutinho fez parte do conselho da cidade, junto com o pastor Pedro Filho. Na oportunidade foi realizada a semana do centenário, da qual, com muita luta, os evangélicos puderam participar com um dia na programação. Nos colocaram, nos deram um dia, nessa programação. Somos um povo, que historicamente, filosoficamente, ideologicamente, somos um povo separado, até pelas nossas convicções. Eu gostaria de um compromisso do senhor na sua fala. O senhor foi muito feliz, por firmar um compromisso diante da nossa comunidade, diante dos pastores aqui, que a gente possa como igreja evangélica, caso o senhor eleito seja, participar das programações festivas públicas do município. (Trecho do comentário feito por Antônio, na reunião entre evangélicos e candidatos à prefeitura de Juazeiro do Norte/CE, em 14.09.12, transcrito a partir de gravação feita pelo autor da dissertação)

Observamos na ocasião a intervenção de um segmento evangélico na vida política local, reclamando reconhecimento político e social. A OMEC foi neste momento representante dos evangélicos, reivindicando mais espaço na vida pública coletiva da cidade.

veículos e apoio aos evangélicos. A OMEC desejava saber quais eram os projetos destes candidatos a prefeito para a cidade de Juazeiro.

No caso de Juazeiro do Norte/CE, a participação política foi sendo construída no âmbito da OMEC em termos de uma reivindicação contra a exclusão observada historicamente na cidade.

No caso, a busca de contato com a esfera da política no nível local foi definida como um meio de defender a possibilidade dos evangélicos continuarem a efetivar suas formas de crenças, em contraposição ao observado na história. Participar da política constituiu-se, para os membros da OMEC, não somente em um canal para evidenciar suas crenças, mas como forma de não serem sufocados por outras identidades religiosas.

Vejam os mais um trecho de entrevista com um dos pastores participantes da OMEC, sobre as relações de conflito no espaço de Juazeiro do Norte/CE:

quando o presidente do comitê organizador do centenário mencionou, ah...ah, que íamos ter show com a Ana Paula Valadão, houve uma pressão de uma pessoa que representa um segmento forte aqui da nossa cidade: “Não. Isso não vai acontecer. Não pode haver aqui na cidade. A nossa cidade tem uma característica católica, e nós vamos comemorar o centenário da cidade com destaques para o Padre Cícero, então não pode haver manifestação evangélica”. Eu tive que refutar esta palavra, evidentemente com toda calma e paciência, sem qualquer tom de briga ou discussão. Mas eu pude dizer para ele: “meu querido, nós estamos tendo espaço para a manifestação da associação comercial, o Rotary está se manifestando, os maçons estão se manifestando, os espíritas estão se manifestando, os católicos estão se manifestando, por que a comunidade evangélica não pode também celebrar o centenário da cidade. Me dê razões pra isso!” E ali travamos uma conversa e o presidente do comitê disse àquela pessoa: “não, nós vamos ter sim. Precisa lembrar que isso não é uma atividade dos evangélicos, é uma expressão de mais um segmento da comunidade, comemorando o centenário da cidade”. e então, existe sim uma tentativa de suplantar de qualquer iniciativa da OMEC, ou dos evangélicos. Nós temos mesmo, isso é real. Não se pode acusar ninguém, não se pode indicar o dedo pra ninguém, pra nenhum segmento, mas existe uma pressão sim. Entendemos isso e estamos trabalhando, mostrando com serviço e com resultado que a nossa intenção é simplesmente sermos úteis a sociedade como um todo e oferecer o melhor para a cidade. (Pastor Agostinho)

Para garantir direitos relativos a exercício de modelos não hegemônicos de religiosidade no espaço público, as lideranças da OMEC utilizam a visibilização em

eventos locais, constituindo o que chamamos de ‘vitrines’ públicas. Estas “vitrines” constituem de modo afirmativo as identidades dos evangélicos, fazendo circular os seus símbolos, com o objetivo de combater a segregação por outras identidades religiosas. A mobilização da OMEC para garantir espaço de visibilidade no espaço público de Juazeiro pretende fazer frente à dominância dos símbolos católicos na cidade, a exemplo de cruzeiros, imagens de santos, os tipos de músicas, a liturgia das missas, da adoração aos santos e a Maria.

As representações da participação política dos evangélicos elaboradas pelos líderes religiosos vinculados à OMEC se relacionam com a positivação da espetacularização das identidades evangélicas, em um cenário de predominância católica. Intervir na política local torna-se uma forma dos evangélicos serem vistos, de demarcar seus espaços e conquistar reconhecimento social. Vejamos com um dos líderes dessa instituição comenta a função da OMEC:

(...)a OMEC tem a função de servir, no sentido de gerar visibilidade de forma ampla, pra uma instituição. De quem? De um grupo religioso? Não. Criamos uma associação de pastores, porque ela tem que estar na frente. Não são as batistas regulares que estão conduzindo isso, não é Assembleia de Deus. É uma associação de pastores (...) O próprio cenário político brasileiro nos mostra isso. Temos senadores evangélicos, senadores de dentro de grandes denominações, e também de denominações pequenas, que geram visibilidade nos seus projetos para os evangélicos. (Líder Antônio)

Estas construções de estratégias de visibilização, de construção das “vitrines sociais” dos modelos de religiosidade evangélicos, são formas de afirmação das identidades religiosas e de combate à discriminação no campo religioso local.

Isso que observamos na pesquisa da qual ora apresentamos os resultados foi também observado por Mariano e Pierucc (1992), em sua análise da conjuntura das eleições presidenciais de 1992. Segundo esses autores, os evangélicos votaram em sua maioria em Collor, com receio que a liberdade de suas manifestações religiosas fosse de algum modo suprimida, como um resultado da chegada ao poder da alternativa à

esquerda representada por Lula. Vejamos como os autores citados interpretam aquele momento:

Que havia um conluio entre o candidato petista e o clero católico para acabar com a liberdade dos cristãos não-católicos era mais que uma suspeita entre algumas lideranças pentecostais, era uma certeza. ‘Se Lula ganhar, a Igreja [católica] vai mandar no país, afirmou Edir Macedo. Na mesma ocasião ele definiu o catolicismo como ‘uma peste bubônica’. A fim de barrar, com o voto pentecostal, a ameaça católica-comunista, o bispo dizia-se diretamente inspirado por Deus em sua escolha eleitoral. (MARIANO & PIERUCCI, 1992, p. 101)

Birman (2001, pp. 79-80) também comenta como a participação política de instituições religiosas se constitui no exercício de estratégias de afirmação de identidades através da construção pública de visibilidade:

Quaisquer que sejam os sentidos religiosos dessas práticas, elas parecem guardar um ponto em comum: a apresentação de si no espaço público por meio de um pertencimento religioso que reclama por lugar social. Vemos, efetivamente, um crescimento da presença pentecostal nos espaços públicos, fazendo de certos princípios morais atributos identitários intensamente reivindicados.

As representações da participação política dos evangélicos, ancoradas em suas cosmovisões religiosas, configuram as fronteiras e espaços ocupados na esfera pública, revelando que diante de percepções de possibilidades e práticas de cerceamento as estratégias de proteção e de reivindicação de reconhecimento social serão ativadas. Nessas ocasiões, as perseguições do passado são rememoradas, ativando maneiras de visibilização identitária e de garantia dos direitos e espaços conquistados no espaço juazeirense.

As representações sociais da participação política dos evangélicos correspondem a maneiras das diversas denominações desse subcampo religioso se afirmarem na esfera pública, buscando através da ativação das “vitrines sociais”, chamar para si a atenção e o respeito do poder público.

As motivações para participação política deste segmento de lideranças dão forma às representações da inserção dos evangélicos no espaço público de Juazeiro do Norte/CE.

Entre as lideranças evangélicas as representações sociais da atuação evangélica na política apontam para quatro elementos: primeiro, os evangélicos acreditam que participar da vida pública significa trazer ‘melhorias sociais’; segundo, a participação política dos evangélicos corresponderia a sua busca por transformação social; terceiro, participar na política é um modo de ‘obedecer às leis do Estado, um mandamento bíblico, sendo uma maneira de se apropriarem do direito e dever ao/do voto, desobrigando-se de terem de se envolver com o exercício direto de cargos políticos, vistos como potencialmente corruptor; por fim, intervir na política para visibilizar suas crenças, afirmando-se em relação às outras identidades religiosas.

3.2.5 Orientadores para participações políticas de lideranças

Quando perguntamos o que orientam as lideranças nas formas de representar a relação entre religião e política e mais especificamente sobre o envolvimento dos evangélicos com a política, a fonte mais importante de elementos de ancoragem das representações sociais é a interpretação teológica bíblica. Vejamos como alguns dos pastores entrevistados falam sobre esse ponto, quando perguntados sobre sua opinião a respeito da participação de evangélicos na política em geral, em greves ou manifestações públicas contra o governo e sobre os parâmetros que guiam sua visão:

Olha isso é um pergunta que eu confesso que pra mim é muito difícil de responder. Tenho pensado muito sobre isso, tenho até tentado entender qual seria o nosso papel. Mas eu voltar pra Bíblia e vou pensar num seguinte ponto: Deus disse que nós devemos respeitar as autoridades constituídas. (Professor Mateus)

O primeiro ponto que nos guia é a Bíblia. Eu acredito que a Palavra de Deus, é o nossa maior peso de influência. Ali eu encontro a política, ali eu encontro é... a vida social. Enfim, eu acredito que dentro da Bíblia, que é nosso princípio maior, eu acredito que norteamos as áreas da nossa vida. (Pastor Lucas, de uma igreja pentecostal)

Eu uso um texto de juízes capítulo 9 pra falar sobre a questão, ali de Gideão. Então eu falo sobre aquele texto, pra que as pessoas tenham uma consciência política adequada. (Pastor Esdras, pertence a igreja Peniel, participa da OMEC)

É visível a alusão à Bíblia como a fonte principal que orienta as formas de pensar dos líderes sobre a participação política evangélica. As representações são construídas levando em consideração os discursos bíblicos, evidentemente mediado pelas interpretações construídas pelos que têm capital religioso para fazê-las.

Para pensar sobre política e outras questões que exijam posicionamento dos líderes e dos fiéis em questões polêmicas, a Bíblia foi citada como fonte fundamental tanto líderes quanto para os fiéis. Observamos que as orientações teológicas construídas no interior das denominações, bem como fora dela, através de atores sociais com os mais variados discursos religiosos, para a participação política, são objeto de várias publicações impressas no subcampo dos evangélicos. Esse material, sejam livros ou revistas religiosas, focalizam as relações entre religião e política, destacando, selecionando trechos da Bíblia que são interpretados em várias linhas, sendo apresentadas linhas de conduta de modo positivo e também aquelas a serem evitadas pelos ‘crentes’ em sua participação política.

Para Freston (2006), grupos religiosos evangélicos apresentam interpretações bíblicas que os orientam de modo diverso para a participação política. Assim, a mesma Bíblia pode fundamentar as práticas de apoio aos governos, pelo fato de eles são as ‘autoridades constituídas’, a quem o texto sagrado cristão recomenda obediência; bem como pode servir de inspiração para a crítica e o alinhamento à oposição a ‘governos injustos’. Observa-se, então que a fonte mais citada como orientação para a prática política dos evangélicos não é tão unívoca como os pastores entrevistados querem fazer parecer¹⁸.

¹⁸ Um texto recorrentemente utilizado por pastores e outras lideranças religiosas, e conseqüentemente, pelos fiéis comuns para orientar as práticas políticas é o capítulo 13 da Carta de Paulo aos Romanos. Grupos dentro da esfera religiosa utilizam este recorte bíblico para apoiar candidatos da situação do governo. Freston (2006) aponta para o dado de que no texto bíblico pode-se encontrar alicerces para uma obediência irrestrita ao Estado, mas uma obediência dentro de critérios, não se fechando a atuação

3.2.6 Tendências das representações da relação entre religião e participação política elaboradas por líderes evangélicos

Analisando os sentidos, as representações sociais da relação religião e política entre os líderes evangélicos entrevistados, duas tendências se destacaram: a primeira, a ênfase na funcionalidade da participação política dos evangélicos no sentido da trabalho social para a ‘estabilidade’ e a ‘ordem’. Ao normatizar e estabelecer parâmetros para a atuação dos evangélicos na política, tornam familiar o que em muitos casos foi colocado como o ‘fora’ das preocupações dos fiéis, da ordem da ‘matéria fora de lugar’ (DOUGLAS, 1991); a segunda, a ancoragem na atualização da memória do passado de intolerância sofrido pelos evangélicos, o que funcionaria como fonte motivacional para a participação política dos evangélicos.

3.2.6.1 Participação política como mediadora da estabilização social

Os líderes religiosos representam a participação política evangélica como um meio de buscar melhorias para os indivíduos, de reivindicar transformações sociais. Cabe especificar que a melhoria e as mudanças sociais a serem induzidas pela atuação política dos evangélicos se centram nos aspectos da moralidade e do civismo como definidos nos universos consensuais desse subgrupo do campo religioso..

As motivações para a participação política dos evangélicos apontam para seu potencial de plausibilização dos parâmetros da ética moral, sexual, dos padrões de família que conferem ordem ao mundo como definido em termos evangélicos/conforme sua interpretação da Bíblia. É para garantir a segurança e o conforto da adequação da sociedade aos princípios evangélicos que os evangélicos atuarão em termos políticos..

As representações sociais, sugerem a harmonização e a estabilização, uma vez

dos evangélicos na direção da submissão a todas as concepções e práticas do Estado. Ao capítulo d13 de Romanos se oporia, por exemplo, a narrativa sobre a resistência do profeta Daniel a Nabucodonosor, um imperador colonizador do povo hebreu (FREESTON, 2006).

que indivíduos operacionalizam seus símbolos, carregados de sentido, partilhando numa coerência lógica. Busca-se então, tendo como suporte um conjunto de elementos simbólicos-cognitivos estáveis, tornar o diferente/desconhecido familiar e ajustar o fora ao dentro do universo de sentido evangélico, produzindo assim o que se define como ‘estabilidade social’ (MOSCOVICI, 2015).

Do mesmo modo que a participação na política em termos de exercício do voto e mesmo envolvimento em campanhas de candidatos chancelados por serem ‘irmãos’ ou indicados pelos líderes religiosos como adequados se referem às iniciativas para o restabelecimento da ‘ordem’, da ‘decência’, da ‘normalidade’, no campo da moralidade e dos costumes, a prevenção em relação a candidaturas a cargos eletivos, à participação ativa em partidos políticos, que não devem ser procurados pelos evangélicos, pois correspondem a um ambiente de sujeira, com alto potencial de corrupção dos que nele adentram, pretende proteger a estabilidade social.

Como vimos na seção 3.1, na qual focalizamos os fiéis evangélicos, reproduzem-se entre as lideranças as representações da participação política dos evangélicos em seu caráter de mediação da estabilização do social.

A finalidade das representações sociais é dotar de familiaridade o que não se conhece, tornar compreensível aquilo que é encontrado como aberração, buscando evitar os desconfortos trazidos aos indivíduos pelo anormal, pelo desconhecido. “É por isso, que ao se estudar as representações sociais, devemos sempre tentar descobrir a característica não familiar/incomodativa que a motivou, que estas absorveram” (MOSCOVICI, 2015, p. 59).

3.3.7 Ativadores da participação política dos evangélicos

Como vimos acima um dos elementos que ativam a participação política dos evangélicos, na visão dos líderes religiosos, é o potencial de vitrinização das identidades religiosas evangélicas de modo que seus modelos de religiosidade não sejam sufocados pelos dominantes no campo religioso local, evitando que se atualizem os eventos de

perseguição e repressão do passado no presente Sobre estas conexões entre as representações do passado e presente, Moscovici (2015, pp.37-38) comenta:

Nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a clareza peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe.

A menção dos líderes a sua atuação política no caso das comemorações do centenário de Juazeiro do Norte, ocasião em que os evangélicos se sentiram excluídos do tempo cerimonial demonstram essa ativação do passado das perseguições no presente dos atores sociais entrevistados, atuando como um ativador dos seus movimentos de inserção no cenário público local.

Um outro aspecto destas construções de participação evangélica na vida pública é que estas representações gestadas no passado são mediadores entre causa e efeito. Elas geram causalidades, tecendo reações. As construções de participação política no presente são gestadas, a partir das representações do passado. Neste caso, as representações da história de Juazeiro do Norte, os elementos dominantes no imaginário local estimularam a atitude excludente dos católicos em relação aos evangélicos. Como afirma Moscovici, “as representações sociais determinam tanto o caráter do estímulo como a resposta que ele incita. Assim, em uma situação particular, elas determinam quem é quem” (MOSCOVICI, 2015, p. 100).

Identificamos aqui como são construídas as representações de participação política evangélica. Estas representações são construídas por segmentos evangélicos distintos, protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais. Pesquisa posteriores deverão dar conta das diferenças entre os segmentos dentro do subcampo dos evangélicos. Na nossa, encontramos como um dos elementos motivadores da participação política de líderes evangélicos a ‘busca de melhorias sociais’, dentre as quais se destacam as relativas à moralidade – a ênfase no ‘fortalecimento da família

tradicional, a condenação da homossexualidade, a criminalização do aborto também se repetiu nos dados que levantamos tanto com fiéis quanto com líderes religiosos entrevistados.

Também apareceu como ativador das representações sociais positivas da relação entre religião e política e da inserção pública dos evangélicos a ideia de civismo e a possibilidade de blindagem religiosa. As concepções elaboradas para participar da vida pública correspondem à ideia de obediência ao Estado, uma orientação remetida ao texto bíblico. A participação política em termos de voto é positivada, mas a candidatura filiação a partidos políticos e as candidaturas a cargos eleitos são vistas com desconfiança, já que o caráter partidário e o exercício de cargos eletivos é visto como potencialmente corruptores.

Verificamos que outro ativador das representações sociais positivas da participação política é seu potencial de vitrinização dos evangélicos, referido à rememoração de seu caráter de minorias religiosas, perseguidas no passado no campo religiosos local. Neste caso, participar da política corresponde a um instrumento que facilita a manifestações de cultos e práticas, diante de um cenário predominantemente católico. Buscar interferência nas formas políticas significa não serem sufocados por outros segmentos religiosos.

Considerações finais

Procuramos neste trabalho compreender como evangélicos – em suas posições de fiéis e lideranças – constroem representações da participação política, a partir de um conjunto de entrevistas realizadas em Juazeiro do Norte/CE. Não fizemos uma abordagem considerando as eventuais especificidades das denominações que compõem esse subcampo religioso, o que pretendemos fazer em pesquisas posteriores, buscando aqui entender como atores sociais evangélicos juazeirenses constroem representações do seu envolvimento na política.

Para o levantamento de dados definimos participação política em termos de comportamento eleitoral (voto), participação em manifestações públicas, afiliação partidária e candidaturas a cargos políticos.

Estratificando os sujeitos evangélicos em fiéis e líderes, fizemos entrevistas smiestruturadas com amostras não-aleatórias de sujeitos dos dois grupos, com os objetivos específicos de levantar dados sobre as motivações para participação na vida pública – os significados atribuídos, os ativadores; e sobre as fontes que fundamentam suas representações sociais sobre a relação entre religião e política e seu envolvimento na política – as matrizes de suas concepções.

No primeiro capítulo apresentamos uma revisão da literatura sobre a relação entre religião e política e mais especificamente sobre o envolvimento dos evangélicos na política, apresentando tipologias e hipóteses mais gerais e outras mais específicas, dentre as quais destacamos sinteticamente as seguintes:

Ellacuría (2000) propõe quatro tipos de posição e disposição adotados pelos cristãos e suas igrejas para tornar efetiva a libertação social e política que a fé exige. O primeiro tipo é o *moralismo ingênuo*; o *fanatismo fundamentalista conjugado simplismo messiânico*; o *reducionismo*; e o *realismo*. Apresentamos com esse autor define os três modelos-tipos, em torno dos quais se pode esquematizar uma série de comportamentos: o ‘modelo de substituição ou anulação’, o ‘modelo de prestação de serviço e de apoio’; e o ‘modelo de de colaboração social’.

Apresentamos também o modelo do voluntarismo cívico proposto por Sidney Verba, Kay L. Schlozman e Henry E. Brady, para analisar a relação entre religião e política, dentre eles *Voice and Equality* (1995), no qual desenvolvem o Modelo de Voluntarismo Cívico com a finalidade de explicar a participação política. Discutimos como esses autores propõem o entendimento do impacto organizacional das igrejas no engajamento político dos norte-americanos – pesquisando os grupos dos indivíduos vinculados a igrejas estratificados em afroamericanos, latinos e brancos.

Em termos de Brasil, apresentamos os modelos propostos por Freston (2006), para classificar o envolvimento dos evangélicos com a política: (1) o modelo institucional; (2) o modelo autogerado; e (3) o modelo comunitário.

Ainda em termos de modelizações e tipologias relativas à relação entre religião e política e mais especificamente à relação entre evangélicos e política, destacamos a proposta de Reich & Santos (2013), autores que apontam para a diversidade de representações da relação entre religiosidade e política entre evangélicos, resumindo-as em três principais direções: (1) rejeição, em sentido institucional; (2) participação e engajamento individual dos fiéis; e (3) engajamento enquanto projeto institucional da igreja.

No capítulo 2 apresentamos de modo sintético elementos da teoria das representações sociais, desenvolvida por Moscovici (2015), na medida em que pretendíamos entender as representações que evangélicos de Juazeiro do Norte/CE têm construído da relação entre religião e política e do seu envolvimento na política. Os conceitos de ancoragem e objetivação são centrais nessa abordagem e também o critério da funcionalidade das representações sociais, herdado diretamente do conceito de representações coletivas de Durkheim, a saber seu caráter de estabilizadores da ordem social.

Finalizamos com o terceiro capítulo, o de análise dos dados, focalizando as representações sociais da relação entre religião e política e do envolvimento político dos evangélicos, abordando as entrevistas com os dois grupos em que estratificamos os sujeitos do subcampo selecionado para a pesquisa: os fiéis e os líderes.

Dentre os aspectos da análise dos dados, destacamos os seguintes:

- (1) 85,5% dos fiéis entrevistados afirmaram participar de alguma forma de política no seu país – esse dado aponta inclusive para a compreensão do papel exercido pela religião nos resultados das eleições de 2018 no Brasil;
- (2) Dentre as motivações para atuar na política, destacaram-se as seguintes: o desejo de ‘transformar a sociedade e trazer vantagens aos evangélicos, com 25%; a busca de transformação da sociedade, com 22,4%, destacando-se os temas da luta anticorrupção, a condenação das relações homoafetivas, dos tipos heterodoxos de relações de famílias e a condenação do aborto.
- (3) As formas mais expressiva de participação política apontada nas entrevistas com fiéis foram: o exercício do voto (25% dos entrevistados); o exercício o voto participação em manifestações públicas.
- (4) Apareceu como uma tendência importante nas entrevistas com fiéis a rejeição da participação política na forma de candidaturas a cargos políticos e atuações partidárias, associadas com um potencial alto de degradação pessoal;
- (5) Em termos dos parâmetros fundadores de sua concepção da relação entre política e religião e de sua participação política, 15,8% dos entrevistados apontaram a Bíblia,, seguidos das recomendações dos líderes de sua igreja, pessoas evangélicas de suas igrejas, dos livros teológicos e da mídia.
- (6) Em termos do caráter geral das representações sociais da relação entre política e religião e da participação evangélica na política, destacamos que os fiéis apontam para uma ideia central que serve de ancoragem fundamental, a ideia de que o envolvimento políticos dos evangélicos tem como principal motivação a defesa das concepções relativas à moralidade e aos costumes, sua disseminação e hegemonização em termos simbólico-cognitivos, mas também em termos de objetivação na legislação e regulamentação formal da vida social. Neste caso, o perfil evangélico liberal instrumentaliza a política como forma de efetivar um ordenamento social, alinhada com suas cosmovisões religiosas. Buscam uma moralização das relações sociais, elaborando representações que focalizam uma estabilização social. Desejam manter um mundo estável, harmônico e confortável.

No que se refere às entrevistas com líderes – deveríamos ter pensado que isso aconteceria justamente pela vinculação entre os dois grupos – encontramos as mesmas tendências observadas entre os fiéis, com uma especificidade. Entre os líderes religiosos aparece um elemento motivador relativamente nuançado – eles ancoram suas representações sociais da positivação da participação na política na intenção de proteger os evangélicos, definidos enquanto minorias no cenário religioso local (reativando a memória das perseguições religiosas sofridas no passado); e no desejo de dar visibilidade simbólico-cognitiva às representações religiosas dos evangélicos, as quais estariam sob risco de serem sufocadas pela exarcebarção da circulação dos símbolos e modelo de religiosidade católica em Juazeiro do Norte/CE, um espaço majoritariamente católico, construído em torno de personagens tais como Pe. Cícero Romão Batista.

Para fazer frente desta possibilidade do retorno das relações conflituosas entre estes atores religiosos na histórica local, os líderes evangélicos ativam as representações positivadas da sua inserção pública local, instrumentalizando a política como uma trincheira de sua liberdade religiosa e da conquista de espaço no cenário religioso local. Nesse processo de construção da inserção política dos evangélicos na escala local, a articulação de líderes desse subcampo religioso no âmbito da OMEC.

A forma de pensar a participação política proposta pela OMEC aponta para uma instrumentalização da política como estratégia de sobrevivência dos evangélicos no campo religioso local, mobilizando a utilização de “vitrines sociais”, através das quais os evangélicos buscam visibilidade e reconhecimento social na cidade.

Cabe ainda destacar que tanto fiéis quanto líderes evangélicos apontam como orientador fundamental do imaginário evangélico relativo à sua participação política os princípios advindos da interpretação de passagens da Bíblia sobre o tema – quer seja na mobilização da visão paulina expressa no recorrentemente citado capítulo 13 de Romanos, no qual se defende a obediência às autoridades; quer seja na mobilização de passagens como as das histórias de resistência de José, no Egito e de Daniel, que questionou o rei Nabucodonozor, o imperador colonizador sírio.

Cabe destacar que a partir da teoria de Moscovici (2015) sobre as representações sociais, o caso das elaboradas pelos evangélicos sobre a relação entre religião e política

e sobre sua participação na política funcionam como modos de produção da estabilização social, sendo também um exemplo de comportamento ativado pela mediação da memória do passado – no caso a referida aos eventos de perseguição religiosa sofrida por parte do catolicismo.

Como teorizado por Moscovici (2015), as representações sociais da participação política evangélica, em suas objetivações em termos de comportamento eleitoral, inserção em manifestações públicas, afiliação partidária ou candidaturas a cargos eletivos, funcionam na direção da estabilização da vida social.

Como visto nas entrevistas com fiéis evangélicos em Juazeiro do Norte, eles buscam através da participação política o que definem como um ‘ordenamento’ das relações sociais, na direção dos modelos de moralidade hegemônicos e consensualizados no seu universo. Diante de construções de relações que fogem dos padrões éticos morais por eles partilhados, a partir da Bíblia e das interpretações que lideranças hegemônicas representam a política como meio de remoralizar a sociedade envolvente, sempre com o objetivo do que consideram harmonização do social.

Entre os líderes religiosos entrevistados, a participação política é representada como meio de luta contra a intolerância católica que eles enxergam na cidade em que realizamos a pesquisa. Assim, a fabricação de representações sociais da relação entre religião e política entre evangélicos ancoram-se na alusão a novas formas de perseguição, as quais estariam em curso na atualidade, reativando aquelas memórias do que aconteceu no passado configurado como de violência. Então as construções de representações no presente de envolvimento político são motivadas por intolerâncias, servindo de reativadores de representações do passado que estão vivas nas memórias, esculpidas pela segregação de minorias evangélicas pelo catolicismo dominante.

Referências

ALMEIDA, A. M. O. A Pesquisa em Representações Sociais: Proposições teórico-metodológicas. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida (Orgs.). *Diálogos com a Teoria da Representação Social* pp. Recife: EDUFPE/EDUFAL, 2005, pp.117-160.

ALMEIDA, A. M. O. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico-metodológicos. *Ser Social*, Brasília, 9(1), 2001, pp.129-158.

ALMEIDA, R. **A Igreja Universal e seus demônios**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

ALMEIDA, R. Le pentecôtisme brésilien: expansion, variation, invention. In: **Brésil(s) sciences humaines et sociales**, v. 9, 2016.

AQUINO Júnior, Francisco de. Teologia e política. In: **Revista de Estudos da Religião** março / 2008 / pp. 92-118.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2005.

BENEDETTI, Luiz, Roberto. **Templo, praça, Coração**: articulação do campo religioso católico. FFLCH-USP – CER. São Paulo FAPESP, 2000.

BÍBLIA SAGRADA. **Revista e Atualizada no Brasil**. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BIRMAN, Patrícia. Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: SANCHIS, Pierre (Org.) **Fiéis & Cidadãos**: Percursos de sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, pp.: 59-86.

BOAS, T. & SMITH, A. Religion and the Latin American Voter. In: CARLIN, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. (orgs.). **The Latin American Voter**. Michigan: University of Michigan Press, 2015.

BOFF, Clodovis. **Comunidade Eclesial, comunidade política**: ensaio de eclesiologia política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994.

BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. In: **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, 2004, pp.: 288–338.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. *In Revista Perspectivas*. São Paulo, v. 35, jan/jun 2009, pp.: 149-171.

BRAGA, M ; VEIGA, L. & MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, 2009, pp.: 25-40.

BRAGA, M. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *In Opinião Pública*, v. 14, n. 2, 2008, pp.: 454-485.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *In Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 2, novembro, 2008, pp.: 83-111.

BURITY, Joanildo. Religião e política na fronteira: Desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *In Revista de estudos da religião*, São Paulo, v. 12, n. 1, Jan/Jun, 2001, pp.: 27-45.

CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CAMPBELL, David E. Acts of faith: Churches and political engagement. *In: Political Behavior*, v. 26, n. 2, p. 155-180, 2004.

CARNEIRO, Leandro Piquet. A Igreja como Contexto Político: Cultura Cívica e Participação Política entre Evangélicos. *In: Congresso Internacional da Lasa*, 1997, Guadalajara, México. Instituto de Estudos da Religião e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ: Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, José Erivan Lima de. *Voz Profética: a relação de lideranças evangélicas integradas à Ordem dos Ministros Evangélicos do Cariri (OMEC) com o contexto sociopolítico de Juazeiro do Norte. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais* apresentada à Universidade Regional do Cariri/URCA, Crato-CE, 2015.

CORRÊA, A. M. H., GONTIJO, M. C. L., ASSIS, L. B., CARRIERI, A. P, MELO, M. C. O. L. Soldadinhos-de-Chumbo e Bonecas: Representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. *In: RAC*, v.11, n.2, Abr./Jun. 2007, pp.:191-211.

CORTEZ, Natanael. **A sagrada peleja**. A atuação multifacetada de um pastor presbiteriano no Ceará. Ceará: UFC, 2001.

COSTA, Emerson Roberto da. Aproximações entre religião e política: estratégias de dominação e táticas de sobrevivência. *In: Estudos de Religião*, v. 27, n. 2, jul.-dez. 2013, pp.: 312-316.

DJUPE, Paul A.; GRANT, J. Tobin. Religious institutions and political participation in America. *In: Journal of Scientific Study of Religion*, v. 40, n. 2, p. 302-314, 2001.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUARTE, Tatiane dos Santos. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Ação política e (in)vocação religiosa. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 2014, n.17, pp.53-76, Jul/Dic 2012.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2014.

ELLACURÍA, Ignacio. Teología de la liberación frente al cambio socio-histórico en América Latina. *In: ELLACURÍA, Ignacio. Escritos Teológicos I*, San Salvador, UCA, 2000, pp.313-345.

ELLACURÍA, Ignacio. Fe y justicia. *In: ELLACURÍA, Ignacio, Escritos Teológicos III*, San Salvador, UCA, 2002, pp.307-378.

ELLACURÍA, Ignacio. *Filosofía de la realidad histórica*. San Salvador, 1999, UCA.

ELLACURÍA, Ignacio. Recuperar el reino de Dios: desmundanización e historización de La Iglesia. *In: ELLACURÍA, Ignacio. Escritos Teológicos II*. San Salvador, UCA, 1999, pp.307-316.

ELLACURÍA, Ignacio. Relación teoría y praxis en la teología de la liberación. *In: ELLACURÍA, Ignacio. Escritos Teológicos I*, San Salvador: UCA, 2000, 235-245.

FILHO, Elio Roberto Pinto Santiago. **Entre crentes e homens: um estudo dos evangélicos a partir da participação política**. 2009. 37 págs. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, UFJF, Juiz de Fora, MG.

FRESTON, Paul. **Religião e política sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**. MG: Ultimato, 2006.

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

GAMA, Monalisa Robeiro & GUERRA, Lemuel Dourado. A nova classe 'C' e os novos pentecostais: reconfigurações das relações entre o pentecostalismo tradicional e a política. *In: Anais do 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, GT SPG28: Religião, política e direitos humanos, 2016. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/spg-3/spg28/10110-a-nova-classe-c-e-os-novos-pentecostais-reconfiguracoes-das-relacoes-entre-o-pentecostalismo-tradicional-e-a-politica/file>

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Wilson. A Política de Imagem. In GOMES, Wilson. **Transformações da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

GUERRA, Lemuel Dourado. As influências da lógica mercadológica sobre as recentes transformações na igreja católica. *In Revista de estudos da religião – Rever*, n.2, 2003, pp.: 1-23.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

IBOPE. **Retratos da Sociedade Brasileira – Perspectivas para as Eleições 2018**, Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), 2018.

JODELET, D. La Representación Social: Fenómeno, Concepto e Teoria. *In: MOSCOVICI, Serge. (Org). Psicología Social*. Buenos Aires: Paidós, 1986.

JONES-CORREA; Michael, LEAL, David. Political participation: Does religion matter? *In: Political Research Quarterly*, n. 4, p. 751-770, dez. 2001.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural: as molas da ação**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LANGDON, E. J. *Performance* e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. *In: Antropologia em Primeira Mão*, 94. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2007, pp.: 27-38.

LIMA, Jaime Augusto. **Que povo é esse?** História dos Batistas Regulares no Brasil. São Paulo: Batista Regular, 1997.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo? *In: LÖWY, Michael. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.*** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

MACHADO, Maria das Dores Campo. “Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *In **Revista de Estudos Feministas.*** Florianópolis, 13 (2): 256, maio-agosto/2005, pp.: 35-40.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *In **DADOS – Revista de Ciências Sociais,*** vol. 57, n. 3, 2014.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. Os evangélicos e a política. *In: **Tese, revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC,*** vol. 2 (4), agosto-dezembro/2006, pp.: 91-112.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. *In: **Civitas,*** Porto Alegre, V.16, Nº 4, out-dez, 2016, pp. 710-728.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais- Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** 2º edição. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.

MARIANO, Ricardo, PIERUCCI, Antônio Flávio. **O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor.** *In: Novos Estudos,* n.34, nov. 1992, p. 92-106.

MATEUS, Marília Gabriela de Sousa. O voto dos evangélicos na América Latina: A influência da Religião na determinação do voto. *In: **V Congresso Uruguayo de Ciências Políticas.*** Uruguai, 2014.

MAUSS, M. 1974. As Técnicas Corporais. *In **Sociologia e Antropologia, Vol. II.*** São Paulo: EPU/EDUSP. [1934].

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *In: **Religião e Sociedade,*** Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais, investigações em psicologia social.** RJ: Vozes, 2015.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: um domínio em expansão. *In: JODELET, D. (Org.) **As representações sociais.*** Rio de Janeiro: UERJ, 2001, pp.: 17 – 44.

NORRIS, P. & LOVENDUSKI, J. *Political recruitment: gender, race, and class in the British Parliament*. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1995.

PRANDI, Reginaldo. A religião do planeta global. In: ORO, Ari Pedro, STEIL, Carlos Alberto (orgs.). **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PUTNAM, Robert. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, USA: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival on American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

REICH, Gary; SANTOS, Pedro dos. The rise (and frequent fall) of evangelical politicians: organization, theology, and church politics. In: *Latin American Politics and Society*, Volume 55, Issue 4, Winter 2013, pp.: 1–22.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido & WALTER, Alice Vila Nova Procopiuk. Religião e participação política: instituições religiosas e o desenvolvimento de habilidades cívicas. In: **Revista DEBATES**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 137-158, jan.-abr. 2017.

SCHECHNER, R. O que é *performance*? In: *Performance studies: an introduction*. New York & London: Routledge, 2006.

SCHUEFELE, Dietram A.; NISBET, Matthew C.; BROSSARD Dominique. Pathways to political participation? Religion, communication contexts, and mass media. In **International Journal of Public Opinion Research**. vol.15, n. 3, 2002, pp.: 300 – 324.

SCHIEFFELIN, E. *Performance and the Cultural Construction of Reality*. In **American Ethnologist**, 12 (4), 1985, pp. 37-49.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. In: **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, jan.-jun. 2013, pp. 177-201.

SMITH, A. *The Bully Pulpit: Church Influence on Political Socialization in Brazil*. In: **XXIX Conference on Latin American Studies Association**, 2010, Toronto, Canadá, 2010.

STEIL, Carlos Alberto. “Pluralismo, modernidade religiosa e tradição. Transformações do campo religioso”. In: **Ciências Sociais e religião**. Porto Alegre, ano 03, n.3, out de 2001, pp.: 115-129.

TANAKA, Marcela. O voto da fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais Evangélicos em São Paulo (2002-2014). Poster apresentado no **41º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 2017. In: https://www.researchgate.net/publication/320717373_O_VOTO_DA_FE_COMPORTEAMENTO_ELEITORAL_E_RECRUTAMENTO_PARTIDARIO_DOS_DEPUTADOS_ESTADUAIS_EVANGELICOS_EM_SAO_PAULO_2002-2014 (Acesso em fevereiro de 2018).

TIMMER, Patrik. Religião e Movimentos Sociais: Os evangélicos no movimento de moradia de São Paulo. In **XII Simpósio da ABHR**. Belo Horizonte-MG, 2011.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010. In **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, Nº. 15, jan/2013, pp. 58-74.0

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry E. *Voice and Equality: Civic Volunteerism in American Politics*. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1995.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & Instituto de Estudos da Religião, 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In COHN, G. (org.) **WEBER/Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

ANEXOS

1 . ROTEIRO-BASE DAS ENTREVISTAS COM FIÉIS EVANGÉLICOS

QUADRO 1

NOME FICTÍCIO	INFORMAÇÕES SOBRE O ENTEVISTADO	MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
Maria	62_anos, separada, é da igreja Assembleia de Deus Bela Vista, é crente há 9 anos e tem ensino médio completo.	<p>Entrevistador: A senhora acredita que um evangélico, ele pode ou deve, assim, participar da vida política, da vida política, da cidade, do Estado, do Brasil? Entrevistada: Com certeza (<i>enfático</i>), desde que não seja mais um corrupto, que ele trabalhe, não se corrompendo, nem, eh... como é que se diz, eh... se escondendo atrás das corrupções que a gente vê hoje em dia, né?</p> <p>Entrevistador: Porque que a senhora pensa, que um evangélico deve participar da vida política? Por que ele deve fazer parte? Ou pode fazer parte? Entrevistada Eu acho que ele pode fazer parte, porque..., bom, prá nós seria bom se toda a bancada fosse evangélica, a gente ia vê muita coisa mudar, porque tem coisas absurdas acontecendo, esse negócio. Entrevistador: Então a senhora acha que um evangélico fazendo parte, haveria melhorias? Entrevistadora: Melhorias, com certeza, (<i>enfático</i>) porque olhe, esse negócio de Bíblia gay, esses negócios desses gays atuando aí, abertamente, casando, esse é um absurdo contra Deus. Esse negócio da família, agora vou falar da família. A família é constituída por Deus: homem e mulher. Aí hoje tá homem com homem, mulher com mulher. Aí pega uma inocente dessa, adota, eh...,(...) Hein? E aí mais tarde vai ser um prejuízo na mente dessa criança, né? Entrevistador: Então a senhora acha que um evangélico deveria entrar na vida pública para nortear, orientar, a partir de regras morais? Entrevistada: isso! Para melhorar, não para piorar!</p>
José	49 anos, casado, pertence a igreja Presbiteriana, e é pós-graduado.	Como eu faço política hoje? Eu quando vejo uma injustiça, eu quando vejo, eu quando vejo um buraco na rua, uma lama, uma água, opa, alô 0800, tal venha aqui, ou então vou no hospital, eu tenho indignação de vê aquela ruma de gente ali abandonado, eu vejo fulano de tal que precisa de uma cirurgia, eu num mínimo tenho um senso de indignação de revolta, eu acho que nós, como cristãos que somos sensíveis, ou devemos ser sensíveis a estas causas, que elas são políticas, elas não só de cunho humanitário, tá certo? Elas são de cunho social, e tal, e tal. Quando eu vejo

		essas pessoas drogadas na rua, isso é política, por que que não tem uma política de emprego? De educação? Por que é que tem um drogado? Por que é que tem a prostituta? Por falta de educação. Isso é política. Entrevistador: Então o senhor percebe, acredita, então a forma que o senhor ou que um evangélico deveria fazer política, ou seja, é tendo uma voz ativa, e ai, talvez, vamos colocar assim, vamos colocar um termo, incomodando outras pessoas que podem fazer alguma, a fazer alguma coisa. Entrevistado: Exatamente. Entrevistador: tipo como fosse uma manifestação individual. Entrevistado: Exatamente.
Cícero	63 anos, casado, é da igreja Batista Regular, crente há 20 anos e tem nível superior incompleto.	então o senhor acredita que um evangélico pode fazer parte da política, como deve fazer parte da política? Entrevistado: Deve, para influenciar, porque acredito que alguns evangélicos, eh..., mesmo lá dentro do congresso, tem tanta gente fazendo coisa errada, mas eles tem uma visão diferente, eu acredito que uma palavra pode mexer com alguma, né? Com as estruturas (não entendido) não porque ser um deputado que está falando, porque é Palavra de Deus, ela que transforma, né?
Francisco	Tem 49 anos, casado, é da igreja Internacional da Graça, crente há 22, anos e tem segundo grau completo	Eu não vejo problema nenhum, não. Só que assim, um exemplo, se fosse, tipo uma obrigação eu participar, ou se eu tivesse um irmão que fosse político, um parente meu que fosse político, e ele quisesse me encaixar na política, também não via problema não, porque cada um tem que, eh..., ser firme e fiel até o fim, então tem político corrupto tem, mas tem político de boas ações, fiel, tem também.

QUADRO 2

NOME FICTÍCIO	INFORMAÇÕES SOBRE O ENTEVISTADO	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
José	49 anos, casado, pertence a igreja Presbiteriana, e é pós-graduado.	Eu não vejo hoje com bons olhos um evangélico com a política partidária, porque ou ele se conforma com a política partidária, e atrás dela tá todo um bojo é... que maquina como se tivesse uma lama, que você entra ou você se afoga ou sai melado, tá certo? Eu acho mais que o cristão não deveria pleitear um cargo, porque ele talvez ele morra, morra literalmente, porque as pessoas não vão permitir que ele faça nenhum um tipo de mudança, ou ele vai ficar é...corrompido, manchado, ele sai, ele sai, no mínimo melado. (Entrevistador: se entendi, a percepção do senhor é a de que um evangélico poderia estar neste meio político, mas para ser

		diferencial. Na atual conjuntura ele não deveria participar. É isso?) Isso. Não é possível. Eu mesmo tenho muita vontade de ser, mas eu penso sempre por esse viés, atualmente não seria possível
--	--	---

QUADRO 3

NOME FICTÍCIO	INFORMAÇÕES SOBRE O ENTEVISTADO	PELO QUE SE ORIENTAM PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
Cícero	63 anos, casado, é da igreja Batista Regular, crente há 20 anos e tem nível superior incompleto.	A base de qualquer evangélico é Bíblia. Se a Bíblia tá dizendo aquilo ali, ele deve fazer (...). Ela diz que deve respeitar as leis, acho também que deve influenciar, interferir ajudar
Francisco	Tem 49 anos, casado, é da igreja Internacional da Graça, crente há 22, anos e tem segundo grau completo	a igreja, o pastor, porque nós como fiéis, como ovelhas do pastoreado do nosso pastor, nós temos que ter obediência a ele, né? Então se surgir uma novidade, um caso novo, em termos de política, então a gente vai lá, conversa com ele, vê a forma certa, correta de agir.
José	49 anos, casado, pertence a igreja Presbiteriana, e é pós-graduado.	(...) acho que Cristo teria a mesma consistência com as minhas ideias, se ele estivesse vendo isso, isso ou aquilo. Eu sempre me reporto ao que Cristo pensaria se tivesse no meu lugar
Maria	62_anos, separada, é da igreja Assembleia de Deus Bela Vista, é crente há 9 anos e tem ensino médio completo.	Ele pode chegar lá e ganhar almas, ele pode fazeR aquele ide, que fala lá no evangelho de Marcos, né? Ide por todo mundo e pregai o evangelho a toda criatura, então ele pode ir, trabalhar na política e evangelizar

2 . ROTEIRO-BASE DAS ENTREVISTAS COM LÍDERES RELIGIOSOS EVANGÉLICOS

NOME FICTÍCIO	INFORMAÇÕES SOBRE O ENTEVISTADO	
Pr. João	37 anos de idade, casado, nível superior completo, pastor de uma igreja_Presbiteriana, não participante da OMEC.	José no Egito, que assumiu cargo político, que foi canal de bênção, para aquela nação, para aquele império, nós temos o exemplo de Daniel, que foi um canal de bênção também, no seu tempo como um governador.
Pr. Lucas	Casado, nível superior completo, pertence a Igreja Pentecostal Emanuel e participante da OMEC	<p>2. Sua função na diretoria da OMEC.</p> <p>Presidente. Hoje presidente, fui conduzido ao cargo de presidente, na última eleição agora, em novembro do ano passado, em 2013.</p> <p>3. O que lhe motivou a fazer parte da diretoria da OMEC este ano de 2014. Estar encabeçando a OMEC este ano?</p> <p>Olha, na verdade, nós começamos um trabalho ainda como vice-presidente, no ano passado, o então presidente, teve que se afastar, eu assumi a presidência interina, com uma visão de agregar pastores que estavam afastados do nosso convívio, por causa de problemas pessoais, por causa de enfermidade, até problemas entre irmãos mal resolvidos. Não queriam mais agregar, nem pra sentar no café da manhã para conversar, então vi isso como um fator muito negativo pro o desenvolvimento do evangelho, Deus tocou no meu coração e me senti motivado a continuar, me candidatei a presidência, e... o que eu estou fazendo hoje e que eu estava fazendo desde o ano passado, tentar agregar os irmãos.</p> <p>4. Esta agregação continua como carro chefe?</p> <p>Continua, é a mesma coisa. E esse projeto, esse projeto, é uma visão simples, mas não é simplista. Não é. Porque você agregar, às vezes denominações, de irmãos de denominações reformadas históricas, com pentecostais, neopentecostais, né?, eventualmente, isso não é tarefa fácil, porque a OMEC, o conselho de pastores, você tem encontrar uma linha, de pensamento, de abordagem, que não fira as linhas de pensamento dos irmãos, que não provoque problemas, em vez de ajudar, então, eu sei que neutralidade, é um negócio difícil de se conseguir, mas nós procuramos adotar essa linha de não tocar nos pontos que causam polêmica entre os irmãos. Não, agente procura o consenso doutrinário, baseado na escritura. Que é a visão de trabalho é esta: agregar os valores. Né? Naquilo que se possa discutir, sem causar polêmica, que é comum aos evangélicos, as denominações evangélicas, agente tá por essa</p>

		<p>área. Vai nesse sentido. Graças a Deus, a visão me parece correta. Porque os pastores estão vindo. Estão se agregando. Estão se unindo ao trabalho. 5. Na sua concepção, qual a importância da OMEC para os evangélicos em Juazeiro? Veja, eu estive agora viajando para o exterior, Estados Unidos e existe um conselho de pastores da cidade de Orlando. Eles tem um jornalzinho. Eles divulgam as matérias de interesse da igreja local. É muito interessante. O líder desta entidade é uma pastorea. Existe uma diretoria. Bem semelhante a nossa. E o que eles fazem lá para receber os pastores é rigorosamente a mesma coisa que fazemos aqui. Um café da manhã mensal, numa igreja, cada mês é uma igreja diferente, no final do ano um jantar com um parceiro de confraternização. E eles divulgam isto num jornalzinho pra a comunidade brasileira. Então que é que um conselho de pastores, na maioria dos lugares faz, não é um órgão fiscalizador de igrejas, e isso cada igreja faz no seu ministério, ele é um órgão consultivo, deliberativo, de apoio, de aconselhamento (entrevistador: agregador), agregador dos pastores, em torno de uma mesa de café, de jantar, é um conselho ágape, vamos dizer assim, entre aspas. (entrevistador: então seria agregação, não só da OMEC, não só, agregador de líderes, mas agregador das igrejas.) De igrejas também, a nossa última reunião da OMEC em Saboeiro, nos estávamos de portas abertas, foi interessante, porque enquanto agente estava orando uns pelos outros, entrou uma senhora que é membro de uma igreja, ficou sentada olhando a reunião e no final ela pediu a oração aos pastores. Então a reunião dos pastores, acima de tudo, na minha visão, tem que ser uma reunião, tem impacto pra comunidade, reunião de poder, pra curar as pessoas, pra orar pelas pessoas, que as pessoas digam assim: os pastores da cidade vão se reunir, e aquilo tenha um significado diferenciado para a comunidade. 6. Qual a importância da OMEC para Juazeiro do Norte? Eu creio que é importante alguns colegas que vem de fora, assim que chegam aqui, inclusive, investidores, patrocinadores de cruzadas, quando chegam aqui em Juazeiro, a primeira pergunta que eles fazem é: quem é o presidente do conselho de pastores? Então, comecei a perceber, que a pergunta se tornou mais frequente nos últimos anos, porque muita gente tem chegado aqui em Juazeiro com o bolso aberto para investir no evangelho aqui. E eles perguntavam. Eu queria falar como presidente da Ordem do Conselho dos Pastores, eu queria pedir a benção dele. E dos pastores que fazem parte do conselho, para abençoar a minha cruzada, eu quero a presença dele aqui, pra eu por as mãos sobre ele, agente fazer aliança espiritual, ou seja, eu comecei a perceber que o conselho, não é apenas um órgão a mais, não é apenas um órgão a mais, mas ele é algo que faz parte de uma visão abrangente. Uma visão focada no crescimento do reino, de</p>
--	--	---

		<p>uma cidade. Um Conselho de Pastores é fundamental. (Entrevistador: Então pessoas com uma situação financeira mais abastarda estariam procurando a OMEC porque eles, esse investidores, querem investir financeiramente em Juazeiro?) Em Juazeiro. (Em programas, dentro da estrutura de Juazeiro, ou estrutura evangélica?) Estrutura evangélica, em missões, missões evangélicas, cruzadas, pequenas igrejas locais que estão precisando de um templo para funcionar. Interessante, eles me procuram, perguntando assim: qual a área que o senhor acredita que está mais necessitada, qual a cidade que o senhor acredita que esteja menos evangelizada? Eles procuram a conselho de pastores como um órgão de apoio logístico, de estratégia. Eles querem ver no conselho de pastores, um órgão de apoio a visão pastoral, apostólica, o que fazer na região, eles falam assim pra mim: o senhor conhece a região. Vamos começar. Recentemente veio um rapaz da Bahia, ele o representante de uma missão. E vai fazer uma grande cruzada aqui em Juazeiro, em João Cabral, no mês de maio. Eu estive com ele. Ele me levou até o local, e disse assim: pastor, vamos orar juntos, porque o senhor é presidente do conselho de pastores e precisamos da sua benção, através do Espírito Santo, da sua concordância com esse evento, e também precisamos do seu apoio, de divulgação, chamar os pastores para trazer suas igrejas para participar do projeto. Então do ponto de vista do evangelho, a OMEC, ela é, necessária, é sempre requisitada (entrevistador: o senhor acredita, como é que os líderes políticos, líderes econômicos, pessoas que fazem parte da estrutura sociedade juazeirense vêm a OMEC?) Eles ainda não vêm, porque a OMEC, a OMEC ainda não impactou a sociedade em muitos aspectos, ela está ainda no âmbito da economia doméstica, no meio evangélico, no ambiente evangélico. Qual o meu pensamento que alguns pastores que vieram de fora me alertaram quanto a isso. Você tem muitos relacionamentos com comerciantes, com empresários, então, dê visibilidade a OMEC para esses setores. Pra que a sociedade civil organizada, CDL, meio empresarial. Pessoas que tem condições em investir, veja a OMEC, o trabalho dela, se interesse, não só empresários evangélicos não. Mas todo tipo de empresários. Que vejam na OMEC uma possibilidade de investir em algo viável, que tem igrejas que tem pequenas ONGs, pequenas fundações, né? Mão de obra sendo formada nestas pequenas fundações. Jovens precisando de empregos. Jovens precisando de oportunidades. (entrevistador: O senhor tem pretensão de ampliar nestes aspectos?)No sentido de chamar conosco e discutir os problemas da cidade. Que a OMEC, ela seja, não apenas uma coisa para os pastores. Seja também, mas que os pastores juntos se unam e chamem pra sentar na mesa com empresários. Como ADONEP faz, ADONEP faz isso muito bem. E ela tem feito isso aqui em</p>
--	--	--

		<p>juazeiro. E a OMEC faz isso também. Chamar professores, pessoas que são do nosso relacionamento, mas que não são pastores. Não propriamente. (entrevistador: nem são evangélicos) poderiam ser, poderiam não ser, mas que discutam com a gente, cara a cara, debatam com agente os problemas da cidade. O que entendo que os pastores, nós fomos eleitos por Deus profetas sobre a cidade. E o livro de Jeremias me diz, se profetizava paz e segurança sobre a cidade, quando não havia, então os profetas não haviam, não estavam cumprindo seu papel social, eles não estavam vendo o problema.</p> <p>7. Quais os projetos da OMEC para 2014? Primeiro, continuarmos agregando o máximo de pastores possível, em Juazeiro, só em Juazeiro temos mais de cem igrejas, entre pequenas e grandes denominações. Na cidade de Crato, já temos um pouco menos, mais são muitas. Em Barbalha um pouco menos, mas são muitas. Temos ido a outras cidades. Já fomos a Caririçu, onde as igrejas estão unidas em oração. Pastor Mario Lucio, da igreja evangélica de Caririçu tem sido um líder nas igrejas pequenas de lá. Eles tem orado juntos por unidade. Na cidade de Missão Velha, há um grupo de dez igrejas, estão orando unidas, juntas, também buscando unidade. A cidade de Saboeiro visitamos agora a igreja do Pr. Cléber. Eu estive no aniversário da igreja do Pr. Cléber, de um ano. Foi uma festa maravilhosa. As igrejas locais estavam todas reunidas lá, praticamente, então Deus está promovendo unidade nas reuniões. Nós queremos aproveitar isso. (Entrevistador: está se colocando como um elemento agregador, não só aqui da região, mas também em torno da região) Em torno. (Entrevistador: de evangélicos) De evangélicos (Entrevistador: então a OMEC, aqui em Juazeiro um centro convergente) Um centro convergente. E eles tem vindo, nós temos recebido ocasionalmente, em nossas reuniões, até pastores de outros estados. Na última reunião que agente fez, onde houve a eleição, o senhor tava presente, com o pastor Valnei. Lembra? Valnei? Roque. Pr. Roque do Seminário. Professor de grego. Naquela oportunidade, agente recebeu o pastor de Sergipe. Estava conosco na reunião. E ele ficou apaixonado pela a OMEC. Disse: eu me sinto hoje em casa. É este é o sentimento. Me parece, onde a um conselho de pastores, né?, já sedimentado. Reconhecido, no futuro a sociedade reconhece. Eu tive a oportunidade de entrar contato, não direto, mas vi com conselho de pastores da cidade de Barretos, São Paulo. Um homem sério, de igreja tradicional. E tamanha a repercussão do trabalho de conselho de pastores na cidade de Barretos, que eles conseguiram lá que a gravação do DVD diante do trono, um dos últimos DVDs fosse feito no Parque de Eventos, na aquele negócio lá do rodeio de Barretos, do maior do Brasil,</p>
--	--	---

		<p>nunca tinham sido feito isso. Nunca uma reunião evangélica tinha sido feito no parque de eventos de Barretos. Naquele ano, Deus deu ao conselho de pastores de lá, o relacionamento com o prefeito, uma compressão, e eles conseguiram que o DVD do Diante do Trono fosse gravado lá. Eu vi quando eles lançaram as pedra fundamental do projeto, eu estava na Igreja Batista da Lagoinha, quando o conselho de pastores se reunião diante da igreja para se declarar isso. Isso é muito forte. 8. Além desta agregação o senhor colocaria algum projeto no âmbito político-econômico da cidade?</p> <p>Político não. (Entrevistador: politico não.) Não. Eu sou meio..., eu sou meio..., tradicional, eu sou meio ortodoxo quanto a esta questão de envolvimento de um líder pastoral com o segmento político. Não que seja ruim de (não entendido). Mas eu prefiro que o líder fique à vontade, por exemplo, eu mesmo, particularmente, não poderia projetar pra mim uma carreira política. E o objetivo da OMEC não é esse. (Entrevistador: certo! Nenhuma uma interferência política, o senhor descartaria?) Olha, se é interferência política para denunciar, digamos assim, prática políticas partidárias erradas, que estão prejudicando o povo, nós faríamos (Entrevistador: por exemplo.)Especifica mais (Entrevistador: o senhor acredita que a OMEC poderia ser um elemento, poderia construir líderes políticos para estarem atuando dentro de Juazeiro) Não. Por vocação ela não poderia. (Entrevistador: por exemplo, houve uma reunião uns dois anos atrás, então, a presença do Siralan, alguns candidatos a vereador, que eram evangélicos que estavam lá. Houve até uma certa influência,um incentivo que os evangélicos votassem naqueles que estariam lá na câmara. O senhor acha que a OMEC tem essa, pode ter essa perspectiva, ou ela tem essa perspectiva.) Olha de acordo com nosso estatuto, a OMEC é um órgão de incentivo as inciativas pró-evangélicas. Crescimento do reino. Qualificação de líderes para o exercício do ministério, aperfeiçoamento teológico de um líder. Isso tudo nós temos, até a obrigação, o dever de apoiar. A questão política partidária. A questão política de formação de futuros prefeitos ou vereadores que sai no meio evangélico. Particularmente, eu não vejo isso, como um dever da OMEC. É uma possibilidade? É uma possibilidade. Supõe que um conselho de pastores bem formado tenha voz e vez de conversar com as igrejas abertamente. Uma igreja quer lançar um candidato, querem apoio do povo evangélico, pode-se pensar. Mas eu lhe digo, como plataforma de trabalho, e dever de casa, de acordo com nosso estatuto, com nosso objetivo original da entidade, não seria essa a (não entendido) isso não é prioridade pra nós. Até falei uma certa vez, me incomodava um pouco, quando um colega</p>
--	--	--

		<p>evangélico, tomava assento nas nossas reuniões pra falar de uma candidatura política partidária, eu não gosto particularmente, eu não gosto, porque os pastores estão ali para serem edificados na Palavra, é a Palavra de Deus que edifica, e não projeto político partidário, ele é importante, mas as vezes um projeto apenas pessoal. E eu não sei a motivação do coração do irmão. E num sei se isso incomoda os demais. Como essa unidade é muito delicada, a Bíblia diz que agente tem que se esforçar diligentemente pra mantê-la, as vezes uma questão política partidária, num âmbito da OMEC pode destruir a unidade, eu quero evitar isso. Eu já vi isso acontecer, sabe? Alguns pastores ficarem insatisfeitos, chateados, porque o ambiente de comunhão foi tratado um assunto que não estava num contexto. Era uma época de eleição, ah eu vou me candidatar, fulando vai se candidatar e quer o apoio, não. Pra mim o evangélico vota em quem ele quiser. Tem toda a liberdade, democracilidade, essa liberdade, de votar em quem ele quiser. É uma questão de liberdade de consciência, como dizia Calvino, né? Calvino lá na Suíça, foi um defensor ardoroso da liberdade de consciência. Não obrigava ninguém a votar. Há uma regra mínima de convivência, que tem que ser obedecido. O crente tem que ser um bom cidadão, mas nós orientarmos em que ele deve votar, ou não votar, eu não sei. Como pastor, eu faço isso, na minha igreja. E quando eu sou perguntado o que eu penso sobre determinado partido político ou determinada doutrina política. Eu digo. Mas como presidente de um conselho de pastores, não é possível fazer uma coisa dessa, não seria um ambiente, na minha visão não. Fui claro? 9. Por que um redirecionamento externo, internamente no começo da sua gestão, com uma atuação mais externa? Ah, o senhor até colocou que devemos ir ao gabinete do prefeito e orar? Nesse sentido sim, veja! Eventos agente não tá realizando. O irmão lembra que na época eu falei muito claro ,agente ainda nós não temos ainda recurso para fazer nenhum evento de grande porte, da OMEC, patrocinado pela a OMEC. Nós não temos ainda o patrimônio, não temos um lugar pra ficar ainda. Já temos, graça a Deus. Ganhamos uma sala. (Entrevistador: onde?) Lá no prédio dá..., onde funciona o Movimento Nacional de Evangelização. (Entrevistador: Na INBOP) Na INBOP. Possui endereço provisório. Durante algum tempo vai ser lá. Até que agente consiga recursos e contribuição efetiva dos pastores pra poder alugar um imóvel próprio. Enquanto não, ganhamos uma sala de gentileza do Movimento Nacional de Evangelização. Dos proprietários deram essa sala, muito boa. E uso das estações geral. Quer dizer, a OMEC vai funcionar junto, não trabalhando no mesmo sentido, mas trabalhando utilizando as mesmas instalações que o Movimento Nacional de Evangelização. Então veja, aquele mesmo propósito inicial de permanecer trabalhando interna,</p>
--	--	--

		<p>agregação, apoio aos pastores. A comunhão entre os irmãos continua. Isso se ampliou no âmbito geográfico. Nós saímos de Juazeiro fomos pra Crato, fomos pra Barbalha, Missão Velha, Caririaçu, Saboeiro. E a idéia é agregar o maior número possível de pastores. Neste sentido. Mas continuaremos sem fazer evento, pelo menos até o final do primeiro ano da gestão, continuaremos porque não temos patrimônio ainda. O recurso ainda vai chegar. Né? (Entrevistador: é uma questão de prioridade, não que o senhor não queira fazer futuramente) Não que não queira, mas uma questão de prioridade. Se Deus me der a condição de implementar a visão da nossa sede. Nossa sede, com telefone, com computador, com a secretária trabalhando todos os dias. De segunda a sexta, pelo menos meio expediente e os pastores saibam que existe um conselho de pastores no local, trabalhando em favor deles. Pode ser atendido naquele lugar. Ele pode ser recebido naquele lugar. Ele tem para quem ligar e compartilhar, marcar um horário com um pastor mais experiente, que possa aconselha-lo. Essa continua sendo a idéia. O quê ampliou. Ai o irmão observou muito bem. O quê que ampliou dessa visão no âmbito geográfico. E outra nós estamos associando em parceria com outras instituições. O Movimento Nacional de Evangelização é um. Visitação de Deus, é outro. Hoje mesmo vou conversar com o líder da ADONEP, (não entendido) aqui. Tendo um pouquinho de visão empresarial. Se empresários se juntarem como patrocinadores da OMEC, mantenedores da OMEC, essa ajuda é bem vinda. Empresários evangélicos que tenham uma uma visão de reino, se juntarem esta visão e adotarem um pastor, para adotar aquele pastor em alguma área da sua vida que eles tenham necessidade, adotarem a OMEC como fonte de recursos, isso é bem vindo. Isso é bem vindo. Então a visão se ampliou nesse sentido, mas o propósito ainda é o mesmo. (Entrevistador: para uma clareza, para eu entender, então a OMEC, ela agrega, ela tá agregando, procurando parcerias, mas o senhor acredita que a OMEC tem uma importância, então tem uma importância política-econômica em Juazeiro) Ela poderá ter, porque nós vamos...(Entrevistador: como?) Eu vou lhe dizer como. Pode ser meio interpretado como uma coisa muito espiritualizada, mas não é. Agente observa que cidades onde o evangelho cresceu e o meio empresarial compreendeu a visão de reino, a cidade prosperou, eu dou como exemplo cidades, cidades em torno de Goiânia. Nós sabemos que Goiás é um estado bastante evangelizado, e nas cidades onde os empresários locais abraçaram a visão pastoral, a visão de reino, em obras sociais, obras de apoio as pessoas carentes, o evangelho cresceu e qualidade de vida melhorou. A criminalidade diminuiu, isso é fato. Eu dou como exemplo a cidade de Araçariguama por exemplo, eu conheço, pois tem o Vale da Benção, o Vale da Benção é uma igreja, mas se</p>
--	--	--

		<p>tornou um bairro da cidade. Veja, uma igreja, cujo a obra social se tornou tão ampla que hoje tem obras sociais na cidade, tem uma escola, que é reconhecida pela secretaria de educação local, que é referência no trabalho com crianças. Ela se tornou parte do itinerário da cidade. Parte da geografia da cidade, é um bairro. Ta certo? E a prefeitura local investe no lugar, em parceria. (Entrevistador: em parceria com a instituição evangélica lá?) Com a instituição evangélica lá. Não só la não, em uma outra cidade chamada de Torre de Pedra, que é uma cidade pequeninha, parece que é 80 km, 32 e poucos km de Araçarugama, existe uma outra propriedade, pertencente ao mesmo ministério que a prefeitura local cavou um poço artesiano, que dele jorra milhões litros de água. E a comunidade do em torno é atendida por este poço artesiano. Quer dizer, a igreja está no mundo, mas não não é do mundo, os pastores estão no mundo, mas não são do mundo. Mas eles podem influenciar. Se a prefeitura de Juazeiro, por exemplo abraçar a visão de reino de Deus e ouvir os pastores, eles vão ouvir a necessidade de muitas comunidades e vão saber que ali tem força humana para trabalhar, para modificar, é nesse sentido que a igreja tem, a OMEC, ela tem importância política, na pólis, na cidade. E economia, não tem dúvidas, se você for contar o monte de evangélicos que são trabalhadores honestos, fieis, dizimistas, que não dão trabalho pra patrão. Se essa visão é abraçada pelo meio empresarial. A economia cresce. Deus abençoa. Dizimista é um cara organizado. Não é uma pessoa destrutiva. A tendência é que ele não beba, não fume, não dê trabalho ao patrão (risos) (Entrevistador: eu já ouvi vários relatos) Então é verdade. Se o meio empresarial bem compreendesse a importância do evangelho pra formação do bom cidadão, seria algo diferente. (Entrevistador: Esse influência o senhor consideraria a “voz profética”? Algo que é muito falado, a “voz profética é isso”) A voz profética é isso. (A atuação evangélica no vários setores, políticos, econômico) Também. Nós sabemos e o senhor sabe muito bem disso, que nós dispensacionalistas clássicos. A gente sabe que, o futuro da humanidade vai caminhar pra uma dificuldade necessária, afim de que Deus faça juízo, e isso é bíblico, mas também Deus disse que também abençoa a caminhada da humanidade em meio em todo esse contexto de dificuldade. Você vai ver o poder de Deus e o evangelho funcionar, mesmo, mesmo nós sabendo que nós vamos alcançar o tempo profético de Deus resolver todas as coisas ao seu modo. Enquanto isso não acontece, vemos a “voz profética” se realizar na vida do profeta. Interessante que Jesus, quando caminhou entre nós, ele não era a palavra profética apenas, ele era a profecia cumprida. Então essa é a visão, o crente no Senhor, o evangélico, o pastor, o líder, ele é a profecia cumprida no meio da sociedade. Ele é a promessa de Deus, uma pessoa transformada,</p>
--	--	--

		<p>regenerada, uma pessoa que na sua vida, é capaz de influenciar a vida de alguém que está ao seu redor, então essa é a minha visão. Eu não sou muito de profetizar aquilo que não vivo. E se isso acontece, a minha esposa é a primeira a me dizer, você tá errado. Então eu acredito numa vida coerente com aquilo que se prega, e esta é a visão da OMEC. A visão da OMEC é isso, agregar pastores, é uma visão bíblica, é uma visão social. Agregar as igrejas, numa visão comum. Que visão é essa. Unidade, não falar mal uns dos outros, amar os pastores, investir no Reino, essa é uma visão de unidade, chamar parceiros, sentar à mesa com publicanos e pecadores, essa é a visão de Jesus, apresentar o evangelho numa mesa de jantar. A ADONEP faz isso, a associação de empresário, homens de negócio do evangelho pleno, é o mesmo objetivo, tem juiz federal, tem juízes estaduais, tem promotores de justiça. Tem escritores de livros. Evangélicos, que estão influenciando o meio jurídico brasileiro, vou citar o doutor, é Roberto Greco. Doutor Greco, o nome dele. Ele é procurador de justiça do ministério público de Minas Gerais. Homem de Deus. O prefácio do livro dele é uma apologética cristã. E é um livro de direito penal. É um escritor de direito penal. Nós temos outro, Dr. Willam Douglas, né?, que é juiz federal. Então tem uma editora Impetus que edita livro de evangélicos e não evangélicos, tá influenciando o meio jurídico. Uma coisa boa de qualidade, né? Então, quantos e quantos outros. Dr Guilherme (não entendido), procurador da república, Senador Magno Malta, também lá no Congresso Nacional, enfim é possível viver isso e ser um evangélico? E agregar valor? É possível. (não entendido). 10. Como o senhor ensina a “voz profética” na sua igreja? Como ela é repassada pelo o senhor?Muito bem. “Voz profética” é o que digo para o nosso povo. Que a profecia, ela foi revelada, o conteúdo profético, já foi revelado, o passado respeito de Israel, foi revelado e o futuro da humanidade, se queremos conhecer o que vai acontecer, né? Em linha gerais com a humanidade já está escrito e nós podemos ficar tranquilos, porque aquilo que era passado já foi cumprido, e o que vai acontecer vai se cumprir, porque Deus não vai deixar de cumprir. Mas eu vejo a “voz profética”, como os profetas da cidade. Todos os evangélicos. Todas as lideranças, que tenha uma vida com Deus eles tem a autoridade pra denunciar o pecado, em todos os níveis. Na sua família, na sua escola, no seu trabalho, eles tem a autoridade de Deus, pra dizer que Deus não se agrada de determinados comportamentos. Tem autoridade para dizer o que Deus requer de nós. Com base na Bíblia, unicamente na Palavra. Aquilo que Deus revelou na Palavra, nós temos autoridade pra dizer: olha, Deus requer assim. Há um texto sintomático, que eu quero citar aqui nessa entrevista. É um texto de Isaias, capítulo 10, que é uma voz profética para o passado e para o futuro. Eu entendo</p>
--	--	---

		<p>“voz profética” como atualidade da doutrina de Deus para o presente. Deus falou no passado, posso aplicar no presente. Em certas ocasiões. O texto que Isaias fala, profeta Isaias reclamando os que decreta leis injustas. Isaias 10 e um, diz assim: “Ai dos que decretam leis injustas, os que pregam leis de opressão para negar a injustiça aos pobres, para arrebatam o direito aos aflitos do meu povo”, afim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos, esse texto é muito atual, a “voz profética” do passado sendo para o presente. Nós estamos vendo os poderes da nação, proclamarem leis injustas. Estão atendendo a interesses de grandes grupos e deixando o povo em dificuldade e isto precisa ser mudado, e Deus quer isso. Nossa “voz profética” é esta, para o tempo presente. 11. Na sua concepção o que estar faltando para ter uma atuação maior, mais incisiva, na questão da “voz profética”. Há um desejo muito grande, eu converso com os pastores, com os evangélicos, há um desejo grande, mas até então. Na minha concepção, pode me corrigir se eu estiver errado, mas ainda é muito embrionário. Faltaria algo. O que estar faltando para ter essa amplitude? Uma ação mais incisiva?Eu poderia até ser acusado de ser ortodoxo ou tradicionalista. Mas creio que nós precisamos, nós todos, nós precisamos pregar contra o pecado. E dá nome a ele. Pecado é transgressão contra as leis morais de Deus e uma coisa eu sei. É que Deus não vai mudar a sua opinião sobre nada que ele planejou (não entendido) São princípios, a princípios de Deus que a igreja estar dizendo de dizer ao povo. Com medo ou com receio de desagradar. Não podemos fazer isso. Se fizermos isso. Nós contemporizando com o pecado. Estamos pecando. A igreja não pode temer de ser acusada de retrograda, anacrônica, fora de época, ultrapassada, obsoleta e coisinhas deste tipo. Não tenhamos receio disso, eu não tenho medo disso. Pecado é pecado. Adultério é pecado. Homossexualismo é pecado. Roubar é pecado. (entrevistador: fornicação) Fornicar é pecado. Tomar drogas é pecado. Roubar o dinheiro público é pecado. Deus vai condenar tudo isso, ele fará juízo e justiça contra isso. A mesma palavra antiga de muitos séculos atrás é a mesma palavra de hoje. E a igreja não foi levantada pra mudar esse contexto, ela não foi, ela não foi erquida por Deus para proclamar outra coisa. Deus exige arrependimento. Ele exige, não é uma opção pra nós. É um direito de DEUS, que ele é o dono das coisa. Que a igreja foi levantada pra isso. Creio que a OMEC da sua maneira pra isso, também foi levantada pra isso. Até mesmo para ao receber um pastor que pecou. Que caiu, que está mal. Ela ser usada por Deus, pra restaurar esse homem, essa mulher e colocar nas veredas da justiça, por amor do nome de Deus, como diz no Salmo 23, verso 4, veredas da justiça. Deus quer um povo justo. Deus reclama justiça. Pessoas justas. Pessoas que tem a cada um o que é devido.</p>
--	--	---

		<p>Pessoas que tenham lisura nos negócios. Pessoas que paguem seus impostos sem roubar. Empresários que sejam honestos a todo custo. Então a igreja continua, e tem que continuar dizendo a mesma coisa. Eu vejo por ai, alguns comentários, alguns apologetas que falam de um evangelho que vai mudar o mundo. Ele não vai mudar o mundo. Ele vai mudar as pessoas. Ele vai mudar as pessoas. Aquele que crê e desejar, ele vai mudar, ele vai ser restaurado, vai ser regenerado no poder Deus e influenciará outros. Isso é inevitável. Mas a história, de acordo com a Bíblia, vai caminhar pra o seu fim do jeito que tá lá. Eu creio que a OMEC neste contexto vai ser muito importante. Primeiro pra mim, porque a OMEC foi uma benção na minha vida. E alguns pastores tem me dito. Pastor, eu estou muito feliz, que meus colegas estão aqui comigo. E isso que eu quero. Tenho também ouvido que pessoas falarem que a reunião da OMEC foi uma benção. Eles não são evangélicos. Uma reunião nossa. Tinha o vice prefeito lá. E o vice prefeito ficou impressionado. E o poder de Deus manifestado ali naquele lugar. É isso que eu quero ver. E isso que Deus quer. Pelo menos neste momento que tamos passando, Deus quer expressar isso, seu amor pela comunidade. Que ele tem a capacidade de mudar a vida de uma cidade. Que ele pode atingir qualquer pessoa com sua bondade, com sua misericórdia, é esse o objetivo.</p>
Pr. Tiago	<p>Tem 26 anos, casado, superior completo, 5 anos que se percebe evangélico, pertence a igreja Internacional da Graça e não participa da OMEC</p>	<p>Entrevistador: Além da corrupção, o senhor pensaria outro elemento que a igreja não aceitaria, por isso ela deve estar nessas relações políticas? Além da corrupção? Entrevistado: Sim, sim. Por exemplo, os princípios da família, que muitas vezes é banalizado na nossa nação, que muitas vezes são banalizados por ideologias que fogem dos princípios, eu diria cristãos, mas se você for analisar numa visão humana, natural, você percebe que foge completamente dos princípios de uma nação justa, de uma nação sadia (...) nessa ideologia com relação a política de aprovação ao aborto, que numa visão cristã, nós acreditamos não é correto, não é correto (...)</p>
Diácono Pedro	<p>52 anos de idade, casado, nível médio completo, 2 anos de diaconato de uma igreja Batista Regular, 8 anos como evangélico, não participa da OMEC.</p>	<p>Eu no meu modo de ver, eu não sou a favor no crente na política, devido o sistema de política brasileiro, que é um sistema corrompido, corrupto. Quando chega lá, o político chega lá, é eleito, abre um sistema que dita as regras do jogo, e aí, ou ele se corrompe ou não faz nada. A maioria deles para fazer alguma coisa se corrompe, e aqueles que não se corrompem praticamente não fazem nada (...).</p>

Pr. Judas	41 anos, ensino médio completo, casado, tem 27 anos como evangélico e 8 anos como pastor da igreja Mundial, não participa da OMEC	(...) existe pastores que participam, mas eu particularmente eu, o quanto mais distante da política, na verdade é um mundo de sujeira, o quanto mais distante ficar, no meu caso, né?
Professor Mateus	55 anos, ensino médio completo, tem 18 anos como evangélico, professor de uma igreja Batista Regular que não participa da OMEC, auxiliar da liderança.	<p>Deus não precisa que um político, que um crente se envolva na política do jeito que ela está, pra resolver um problema que Deus pode resolver, e se ele quiser fazer isso, ele faz, mas eu acredito que dificilmente ele colocaria uma ovelha na boca do lobo, porque quando um evangélico, certo? Ele se envolve com política, ele tem duas opções ou ele se ajusta ao meio, porque o meio é mais poderoso, porque vamos supor, são quinhentos (500) contra um (1) , ou ele se ajusta ao meio ou ele sai, por não concordar, se eles já conhecem como nós conhecemos, mesmo o mínimo, a situação dos escândalos que agente vive, e ele sabe que não vai ter como lutar contra aquilo, por que que ele vai? Num é melhor ele ficar cuidado do que Deus chamou ele pra fazer? Então a minha opinião é essa: não deve se envolver com política.</p> <p>Eu não quero dizer que um, um evangélico, vou usar esse termo que o senhor está usando, não possa votar, conhecer os candidatos. Não é isso, certo? Eu acredito apenas que o meio, não é o meio ideal (...) Mais uma vez voltando para questão, nós devemos obedecer as leis humanas, mas também, desde que elas não firam os princípios da Palavra de Deus. Então votar é contra a lei de Deus? Não! Então eu devo obedecer! Olha isso é um pergunta que eu confesso que pra mim é muito difícil de responder. Tenho pensado muito sobre isso, tenho até tentado entender qual seria o nosso papel. Mas eu voltar pra Bíblia e vou pensar num seguinte ponto: Deus disse que nós devemos respeitar as autoridades constituídas.</p>
Lider Antônio	39 anos de idade, casado, tem 12 anos como evangélico, 10 anos como líder da OMEC, pertence a uma igreja pentecostal denominada Peniel.	<p>2. Qual o seu estado civil? Sou casado, a doze anos.</p> <p>3. Tem filhos? Tenho dois filhos, graças a Deus, Mateus de oito e Júlia de seis.</p> <p>4. O senhor é evangélico a quanto tempo? Eu tenho doze anos de conversão, é..., doze anos de conversão, mas que milito mesmo assim, acho que uns dez anos na causa evangélica.</p> <p>5. Qual a sua idade? Trinta e nove anos.</p> <p>6. Como o senhor o vê o seu papel, que é um papel de grande importância aqui, como articulador entre evangélicos e políticos, nesta articulação, nestes dois campos?</p>

	<p>Ser evangélico é acima de tudo servir, meu papel é muito claro, eh... nisso aqui, primeiro eu tenho uma concepção prática do que é política, eu acho que..., não é um pecado, não é um crime, um cristão se envolver em política, pelo contrário, eu acho que se você tiver uma postura ética moral e um caráter firme, capaz de suportar o meio político, nós temos que está, até que porque agente vai ser um instrumento de justiça para governar, então primeiro entendendo esta questão política, meu papel de servir, é... eu moro no Juazeiro do Norte, numa cidade, num grande centro, apesar de ao ser daqui, mas numa cidade que um centro histórico, aqui é um centro histórico-religioso, e historicamente eu acredito que agente viva no século..., talvez, início do século XX, no que se refere a articulação política, como assim? As últimas eleições, eh..., as municipais para Juazeiro Norte, as últimas eleições, é..., o prefeito municipal daqui na última semana, poderia ser visto, me perdoe a expressão, mas ele poderia ser visto dentro de um prostíbulo com três prostitutas e dois litros de cachaça em cima de uma mesa, embriagado e ele não perderia voto, mas se ele fosse visto dentro de uma igreja evangélica ao lado de um pastor, num culto, ele perdia voto, isso talvez seja século 19..., isso talvez seja início do século 20..., talvez ano 50, não sei nem lhe precisar, que data do nosso contexto seria isso, tô lhe falando experiência de 2000, nós estamos em 2012, estou lhe falando de 2008, essa campanha, esse momento aqui; nós fizemos um congresso nacional recente, de evangelização do sertão nordestino e tivemos um convite, foi realizado em Barbalha, e nós fizemos um convite público, eh..., ao prefeito de Barbalha e o prefeito de Juazeiro, nem um dois teve a possibilidade de ir, não pelas suas questões pessoais e convicções pessoais, o prefeito de Barbalha tem um filho crente, o prefeito de Juazeiro transita muito no nosso meio, mas se eles comparecessem neste momento em um evento evangélico, geraria uma retaliação política, então você imagina o que isso pra uma realidade do século 21, para uma realidade de 2012, onde movimentos religiosos, especialmente, o evangélico decidiu uma eleição para presidente, então Juazeiro é isso, então eu sou um servo, me converti pela a causa evangélica, a causa evangélica, não a causa religiosa, é uma minoria, eh..., mas eu tenho a causa evangélica como uma, como uma, eh..., bandeira, como uma bandeira de luta, e eu vê, é, um cenário político desse, onde agente não é nada politicamente, então eu estou aqui para servir, tenho um entendimento pessoal, meu papel claro nisso ai tudo, claro, é um papel de servir, gerar uma visibilidade pra..., pra estes movimentos. 7. Gerar visibilidade, então desse universo evangélico? Quando o Senhor fala em servir, gerar essa visibilidade, mas tem outras maneiras de servir, também que o senhor está pensando? Não, quando eu me refiro a servir, eh..., o</p>
--	---

		<p>ministério...., (PESANDO, PROCURANDO CONCEITUAR O TERMO MINISTÉRIO) eu vou tentar fugir um pouco dos jargões religiosos, vou tentar falar, fugir um pouco do crentes, para entrar num lado mais científico, talvez seja sua proposta, então eu não estou aqui falando com um pastor, com um co-pastor, estou falando com um acadêmico, então do ponto de vista acadêmico, eh..., filosófico, sociológico, os movimentos evangélicos, eles são segregados, são apartados, eles são historicamente, historicamente, vivem historicamente à margem da sociedade na nossa cidade, na nossa região, historicamente é uma minoria sem articulação, historicamente é uma classe, sem acesso a entretenimento, sem acesso..., fala de homossexuais, fala de outros grupos, de outro nichos, é sócio-econômico, mas o evangélico por convicção (ênfase no termo convicção), por questões pessoais, ideológicas, subjetivas, eles vivem a margem, a sociedade o margeia, e eles mesmo se margeiam, se é que exista esta expressão, então é uma minoria, quando eu me refiro ao servir neste sentido, neste sentido, primeira uma articulação interna, é você ter um contato com cada pastor, porque nós somos maiores do agente acredita, se agente tiver uma capacidade articulação local aqui, agente faz grande coisa, então trabalho individual, mas o servir mesmo que eu falo, é você poder dar uma consciência em termos políticos, em termos políticos, servir, eu não tou diante de um pastor no ministério, num diaconato, no presbitério, num tô, servir nesse sentido, num contexto político, do qual se refere a sua pergunta e sua motivação em esta aqui, é primeiramente agente entender que culto não é palanque, primeiramente agente entender, que igreja não é massa de manobra, onde política vem de quatro em quatro anos, e você troca o voto de sua igreja por vinte, trinta cadeiras, ou por um som, ou pelo o telhado da igreja, é compreender que nosso papel, enquanto cristão é ser sal e luz, é ser tempero, é poder, eh..., é fazer com que agente cumpra a comissão daquilo que Deus nos chamou, então esse é o papel do, então essa é uma articulação interna que agente tem no dia a dia, com cada pastor, numa conversa de mesa, e tem que se res..., e tem que se, e tem que se, eh..., convergir, eh, tem que se, tem que terminar, num ato externo, num ato público, então vamos lá, eu preciso aqui agora, esse é o nosso conceito, eu não tô aqui pra vender, talvez a quatro anos atrás, talvez ainda hoje, tenha pastores que, que... estimulem seus membros a vender votos, mas pela nossa disciplina, a maioria das pessoas, que essas conversas em reuniões, aquela reunião pra sair que você esteve, teve várias outras que acontece uma vez por mês, num (PENSANDO TERMO), e são temas que são tratados em relação a isso, então enfim, pra resumir sua pergunta, pra, pra..., servir num contexto político aqui, é você, primeiro, como pessoa entender, não é uma questão política partidária, as igrejas</p>
--	--	---

		<p>hoje não tem condição de assumir uma bandeira política partidária, espero que um dia tenha, nós temos força de ter um prefeito em Juazeiro do Norte, eh..., vereadores em Juazeiro do Norte, em toda região, mas assim uma questão refere-se a todos a todos em Juazeiro do Norte e toda região, mas assim, uma questão de consciência, servir no sentido de articular, individualmente, pra despertamento de uma consciência política, e servir no sentido de gerar visibilidade, de forma ampla, pra uma instituição, quem? Um grupo religioso, não, mas criamos uma associação de pastores, porque ela tem que está na frente, num é as batistas regulares que estão conduzindo isso, não é uma assembleia de Deus, é uma associação de pastores. 8. O senhor colocou na sua fala algumas maneiras, mas poderia explicitar o que o senhor tem feito, tem havido dificuldades, quais, por quê? Vamos lá, eu acho que, quando você me passou essas perguntas ai, talvez agente, vá falar com ela ainda, eu não me recordo de todas, mas vou dizer como começou isso aqui, em 2004, nós estamos em 2012, eh....teve 2008, 2004 teve eleição, campanha municipal em Juazeiro do Norte, surge a Ordem de Ministros Evangélicos em 2003. A OMEC surge com uma iniciativa de algumas lideranças de igrejas, independentes, são igrejas independente, apesar de algumas ligadas as suas convenções, nacionais, igreja batista da convenção, a Assembléia de Deus, ligadas as suas convenções, mas no contexto municipal, eh..., em Juazeiro, houve a necessidade de ter uma instituição de representação, como a OAB, como um sindicato de classe, pensamos em criar uma associação, pensamos em criar um sindicato, sindicato não funciona, pensamos em criar alguns coisas, decidimos criar uma ordem, estabelecemos os parâmetros, os padrões, e essa ordem surgiu, em 2003 para 2004, logo em seguida surge, vem as eleições municipais, com as eleições municipais, surgiu a primeira idéia, em 2004 fizemos esse evento, semelhante aquele que aconteceu agora na semana passada, nós convidamos todos os candidatos a prefeito a Juazeiro do Norte, na oportunidade Raimundo Macedo, fazia parte, concorria, Carlos Cruz era candidato, Dr Félix, então promotor de Justiça, era candidato, Dr. Santana era candidato, eram quatro candidatos, eh...e ele, lá nesse momento, nós tivemos essa idéia, vamos fazer uma reunião para mostrar que agente existe, nas vésperas de um eleição, aquela mesma dinâmica, elaborávamos cinco perguntas, aquilo foi dado uma origem uma ata, essa ata, nós encaminhamos as igrejas para termos uma noção de seus votos, e ao mesmo tempo gerar uma visibilidade de uma instituição que estava nascendo, fomos muito felizes, cada prefeito, cada candidato que..., esteve presente se comprometeu conosco em participar de um culto para abençoar o seu mandato, e isso é em 2004, a realidade do contexto evangélico era ainda mais fragilizada que hoje, te dei um exemplo</p>
--	--	---

		<p>de 2008, te dou um exemplo de 2012, recente, agora, meses atrás, então em 2004, 2003, para 2004, 2008, 2012, 2004, eh..., nesse meado aí, eramos ainda bem menores, e era muito menos articulados que somos, então, mais fomos, foi a primeira ação política da comunidade evangélica na história, de 50 anos de evangelho em Juazeiro, desde o nascimento das primeiras igrejas batistas que surgiram com os missionário norte-americanos, que aqui vieram, a primeira intervenção política de forma organizada, e fomos muitos felizes, o prefeito eleito daquela oportunidade foi o Dr. Raimundo Macedo, o qual esteve conosco num culto de ação de graças que tivemos na quadra do SESI, oportunidade que ele recebeu uma Bíblia, oportunidade de ele pegou a bandeira do Juazeiro, e nós como pastores lá na época, abençoamos seus mandatos, e..., e assim geramos aquilo que agente tem como convicção, do principal papel, de um pastor, de uma igreja, orar para que ele governe com justiça, ele não precisa governar para nenhuma linha, nem pra nós, nem pra ninguém, mas com justiça, não tivemos nenhum tipo de influência política, nenhum tipo, não fomos convidados para participar do governo, nem de comunidades, é..., conselhos comunitários, comissões de, de, em pro da cidade, nada, tivemos uma solicitação formal na época para fazermos um evento e nem recursos direito teve, estima-se que Juazeiro gaste em dois milhões oitocentos por ano em romarias, e nós fizemos um evento em 2005 e a prefeitura nos deu 500 reais, foi o que ela nos deu, mas quem éramos, ninguém, éramos totalmente desarticulados e pequenos, deixa eu te dar uma esmola, foi o sentimento que nós tivemos na oportunidade, então esse primeria ai, começou nossas ações, isso começou a ser discutido, então o primeiro momento que surge a ação política propriamente dita, esse, foi em 2004, não sei se to..., 2004, eu acho que ele assumiu, a campanha foi em 2003, se eu não me engano, 2004, 2008, aí Santana assume, 2008, 2012, num é isso, então foi 2003 para 2004, então foi mais ou menos isso. 9. A sua maior dificuldade foi por causa da influência de um grupo religioso? Exatamente. 10. Como o senhor vê a influência do grupo na questão política? Não, hoje, hoje, nós avançamos, e é inevitável que avancemos, Juazeiro do Norte tem, segundo o IBGE, 2010, 20 mil evangélicos, em torno de 21 mil evangélicos, o poder de influência desse grupo, ele é pequeno e desarticulado, nós não convergimos, ainda, porque se nós convergíssemos, se as denominações, se os grupos evangélicos, que são diversas denominações convergissem para uma proposta desse tipo, agente já decidia diretamente uma eleição, mas agente não tem articulação ainda (ÊNFASE NA PALAVRA AINDA) para isso, Mas ainda há um pensamento para se ter cada vez mais esta articulação? Claro, é inevitável que tenhamos, porque, porque, um dos</p>
--	--	---

		<p>principais, um dos principais características do nosso meio é a disciplina, foi falado lá naquela reunião que tivemos, nós somos disciplinados, quando agente cresce, quando agente cresce, o próprio cenário político brasileiro nos mostra isso, nós temos senadores, hoje evangélicos, senadores de dentro de grandes denominações, mas senadores de denominações pequenas, que geram, é que se..., geram visibilidades nos seus projetos e são eleitos por votos de maioria, não são um grupo específicos, de evangélicos, nós crescemos, o prefeito hoje senta conosco, para se ter uma idéia a praça da Bíblia, que hoje é uma realidade, em Juazeiro do Norte, foi discutida com os pastores, isso é, um... marco, nós tivemos em 2011 um evento no cenário financiado pelo o poder público, onde nós trouxemos, fizemos um evento com mais de 30 mil pessoas, no parque de eventos Padre Cícero, durante uma semana de programação de município, isso foi uma conquista, porque dois pastores fizeram parte do conselho da cidade, historicamente numa conquista, mas nunca fizemos parte de nada, a igreja, nunca buscou esse papel, não é uma questão somente política, nós achamos que nós não precisamos fazer parte disso, estamos na nossa igreja, está tudo bem, mas quando a igreja se abriu e foi buscar o poder público, nós queremos participar, eles se abriram pra nós, então nós fizemos parte do conselho de cidades, discutimos um orçamento, discutimos toda uma ação para o centenário, participando de uma programação pública. Pela primeira vez na história, o município nos financiou, eh... um evento e foi um marco, eh..., a questão da praça da Bíblia e outras questões mais que nós temos de proximidade, (ATÉ AQUI) 11. Há uma proposta de trazer essa confluência, há projetos? Tem. Eh...,tudo é um processo, um processo lento, mas um processo, eu vou dá alguns exemplos, Seminário Batista do Cariri, nós temos uma luta em 2006, que iniciamos para reconhecimento do curso de teologia do seminário, 2006 iniciamos um processo, uma saga, tínhamos uma dificuldade de transitar dentro do MEC, até porque, não tínhamos parâmetros definidos no curso de teologia, mas questões técnicas do que propriamente, eh..., mas por barreiras filosóficas, de diferenciação de nós, mas técnicas, não tínhamos os parâmetros, mas nós entramos, em 2008, mais ou menos, agente lutou de mais, junto ao MEC, pra termos um projeto aprovado, pagamos taxas e não conseguimos, quando foi em 2010, nós tivemos a vinda aqui do senador Magno Malta, e na vinda do senador Magno Malta pra cá, pra participar de eventos conosco, e magno Malta é um senador, estivemos em Brasília, eu, o senador Magno Malta, e o Pr. Paulo, e então diretor do Seminário Batista, e fomos com o ministro Adade, hoje concorre a prefeitura de São Paulo, nenhuma audiência, ele nos recebeu e nos deu aval político, deu a força política necessária, e a Faculdade Batista do Cariri foi</p>
--	--	--

		<p>credenciada, a Seminário do Batista do Cariri hoje, é uma faculdade batista credenciada, Adade saiu do governo lá, mudou um pouco e agente tá lutando agora para autorizar o curso de teologia. Mas isso é uma questão política, exclusivamente política, porque infelizmente no ministério da educação do Brasil, eh..., tem quem indica, tem essas questões políticas, infelizmente, você tem que ter, sendo o Pr. Paulo hoje, um dos líderes do meio Batista Regular, com esse entendimento, mas a frente, agente pode começar um diálogo, Assembléia de Deus é um outro grupo forte, já tem essa veia política, vamos começar a conversar, precisa somente de alguém que transite nesse meio, que tenha habilidade de poder falar os idiomas, porque aquilo que nos une é maior que nos separa, mas infelizmente o que nos separa é uma barreira absurda para que agente transponha para poder conversar. 12. Precisaria então de uma sensibilidade entre estes grupos para uma convergência? Exatamente. 13. Finalizando aqui, o senhor fez uma colocação, naquela última reunião com o candidatos. Que o Padre Cícero também atrai crente, o que senhor poderia melhor evidenciar isso, o que significa isso? Essa frase não é minha, estava numa reunião, eu, o senador Magno Malta, e o prefeito de Juazeiro, Dr. Santana. E o senador, eh... , disse esta frase, o senador Magno Malta chegou pra o Dr. Santana, prefeito e disse assim: olha, vocês gastam aqui milhões em romarias e o turismo religioso, ele é uma mola propulsora da economia de Juazeiro, isso é inevitável, e não tem como questionar, eh..., mas o apelo religioso de Juazeiro do Norte atrai também evangélicos, o Pe. Cícero também atrai crente, quando ele disse essa frase, na realidade, pelo contexto que estávamos tratando, é o seguinte: Juazeiro do Norte é vocacionado a fé, isso é uma realidade, nós somos vocacionados a fé, então toda essa vocação de fé que o município já tem, é o maior centro de romarias do Nordeste brasileiro, gera na comunidade evangélica um despertar de vim pra cá, de vir prá cá, a primeiro momento pela sua necessidade, de propagação das suas concepções ideológicas, daquilo que eles acreditam, a primeiro momento, segundo momento por causa de toda mesma, esse contexto, eh..., cultural religioso, que Juazeiro tem no seu DNA, então Padre Cícero atrai crente, atrai, porque, eh..., os movimento religiosos evangélicos são despertados por conta dessa dinâmica das romarias, pra que está no desenvolvimento de seus projetos de evangelismo, na busca é..., da, da evangelização do Sertão Nordestino. 14. A evangelização do Sertão Nordestino é uma evidência de que Padre Cícero atrai crente?Exatamente. Essa frase quer dizer isso. Padre Cícero atrai crente também, porque quando a gente fala do Brasil, porque quando agente viaja o mundo, que agente conversa com pastores americanos, pastores da Europa, eles olham pra o</p>
--	--	---

	<p>Brasil e vê o Nordeste, primeiro pelo social, da pobreza, da seca, todos os fenômenos do nordeste, segundo, pela questão da religião, pela questão religiosa, pela necessidade de ser um campo missionário, para propagação das doutrinas que essas igrejas, essas instituições acreditam e vivem e são cobradas a pregar...., Seminário Batista do Cariri, as próprias igrejas do Cariri, chegaram aqui a 50 anos atrás, mais ou menos, motivadas por isso, eles olham o mapa do mundo e veem o Nordeste, e hoje é ainda mais em evidência, porque isso aqui é uma África, então uma semana de evangelismo numa romaria em Juazeiro do Norte, equivale a anos de evangelismo, no Sertão do Nordeste, então Padre Cícero atrai crente, não pra o embate religioso, a intenção de disso, não é promover nenhuma guerra santa ou religiosa, muito pelo contrário, é incabível em 2012 qualquer tipo de, nós somos aqui Irlanda, mas temos hoje muito uma democracia consolidada, é inconcebível, mas o campo está aí, para propagação das doutrinas de quem, é... trabalhar, existe até um fundamento, que grande é a ceifa, pouco são os ceifeiros, então esta frase girou, gira nessa órbita, o Pe. Cícero atrai crente, porque a própria vocação religiosa de Juazeiro do Norte, é tempero a mais, é um desafio a mais pra os movimentos religiosos, virem dos grandes centros, fora do país, pra atuar nessa região. 15. A ainda esse crescimento evangélico, como o senhor vê então, se há realmente uma influência econômica de evangélicos de Juazeiro do Norte? Como o senhor vê isso de alguma maneira?Tenho. Vejo e lhe digo assim, eu não tenho dados, isso é empírico, não é um dado técnico, não existe um levantamento, de nenhum meio, que me dê um indicador preciso, mas a maior indústria hoje, eh..., o pólo calçadista brasileiro, o pólo calçadista de Juazeiro, hoje é o terceiro do Brasil, em negócios, emprego diretos, em renda, estima-se, acredita-se que ele é o segundo, em alguns segmentos, se você segmentar isso, porque o mercado de calçado é enorme, ele é do sapato a sandália feminina, a sandália de borracha, mas se você segmentar isso, que em alguns segmentos, Juazeiro do Norte é o primeiro do Brasil, o fato dos, o fato da economia daqui ser informal dificulta um pouco essa projeção, estima-se mais de duzentas fábricas de calçados em Juazeiro do Norte, mas dessas, talvez tenha 70 são formalizadas, então o grande número é informal, desse pólo calçadista hoje, nessa expressão que eu tou falando, as principais industrias são de cristãos, são de crentes, eh..., nessas industrias, não só a questão econômica, a geração de emprego, são empresas com 300, 400 funcionário, são empresas que..., é... que emprega diretamente, mais indiretamente, empresas que faturam dois, três milhões de reais por mês, então posso dizer que nós temos dentro deste pólo calçadista, seis grandes empresas dessas, de irmãos crentes, de pessoas de dentro de igreja, de pastores sentados em cadeiras de</p>
--	--

		<p>executivos, para administrar empresas, mas eu amplio isso, então vamos sair do segmento polo calçadista, vamos aqui pra distribuição de alimentos, distribuição de alimentos, você teve conversando com um empresário hoje, que, eh..., quando chegou o Atacadão aqui, que é concorrente direto, disseram que ele iria quebrar, chegou o Maxi, dissera que ele iria quebrar, e ele hoje ele vende mais do que vendia, e ainda fornece para o Atacadão e o Maxi, porque acima de tudo, e ainda é uma questão de crê e ter fé, quem dá e quem toma é um Deus que agente acredita, isso não é tema acadêmico pra ser tratado, é um conceito filosófico, mas agente acredita nisso, então Deus vai dá pra os filhos, saindo do setor de alimento, vamos entrar no setor de papel, um evangélico atuante, porque hoje num se diz só crente, porque crente todo mundo é, mas pessoas que agente vê a disciplina, e você vê seu compromisso com seu voto de fé, foi responsável, foi o maior vendedor de ripax, que é uma marca de papel do Brasil, em Juazeiro do Norte, vendendo pro Nordeste, eu vou tirar você, vou sair da atmosfera do meio empresarial, vamos para o setor acadêmico, quem coordenou a faculdade Leão Sampaio, foi uma evangélica, quem hoje no meio jurídico, você tem dentro dos operadores de direito, você promotores, você tem juízes, você tem médicos, todos nessa, nessa linha, então agente interfere, você está dentro de uma empresa, esta entrevista está acontecendo dentro de uma empresa aqui, nossa empresa aqui são seis industrias de borracha, aqui em Juazeiro, é..., sete, quatro são de crentes, e os outros já estão quase se convertendo também, que começam andar com agente, então é ... agente influencia diretamente, esse empresário que eu tô falando, no ramo de sapataria também de calçado de varejo, aqui, você tinha Marter Center calçados, que é de crentes, interessante, que somente pra resumir sua pergunta e encerrar ela, no prêmio, que o governo do Estado dá pra empresas que mais arrecadam ICMS no município de Juazeiro do Norte, tinha cinco empresários, dos cinco empresário dois eram crentes, e o que mais arrecadou era crente, então hoje era uma realidade, hoje é uma realidade. Fim</p>
Pastor Agostinho	Pastor da Igreja Batista da Convenção, líder integrante da OMEC.	<p>2. Qual a sua função na OMEC?</p> <p>Hoje eu sou presidente na OMEC, que é Ordem do Ministros Evangélicos do Cariri.</p> <p>3. Quando a OMEC foi criada?</p> <p>Bem alguns anos, já oito anos atrás, ela foi criada, mas ela é fruto de um trabalho que já vinha acontecendo em reuniões informais, vários pastores, como o pastor Pedro Filho, e outros pastores, pastor...(pausa:lembrando) Fernandito, também, um dos batalhadores, e eu estou aqui há quatro anos e meio, e já pequei a</p>

		<p>OMEC funcionando, não é?; por bondade deles, hoje eu estou na presidência.</p> <p>4. O Senhor falou que eram reuniões informais e hoje reuniões mais formais. O que o senhor quer dizer com isso?</p> <p>Isso, as reuniões informais, porque tem um registro da entidade, ela não tinha sido criada formalmente. Se reuniam, se entrelaçavam, tinham comunhão, já começaram a criar um relacionamento, para que a comunidade evangélica agisse na cidade de maneira organizada, então esse desejo natural que surgiu aqui nos pastores da cidade, culminou na criação da OMEC, no seu registro, no estabelecimento do seu estatuto, seu registro nos órgãos públicos. 5. Há uma legalização jurídica?</p> <p>Há, há toda uma legalização jurídica. Ela funciona com uma diretoria executiva eleita pela assembléia, tem conselho fiscal, tem todo parâmetro pra uma entidade funcionar, atendendo toda necessidade da nossa legislação.</p> <p>6. Qual a finalidade da OMEC? Quando ela foi criada qual era o propósito dela? Esta finalidade continua ainda? Ela mudou? Como o senhor vê?</p> <p>Ela, ela tem atendido a sua finalidade e o propósito da existência da OMEC é promover o relacionamento entre as igrejas evangélicas de diferentes denominações, diferentes estilos de cultos, e promover ações em benefício da cidade, por exemplo, nós fazemos algumas ações, ah...algumas ações, dia da Bíblia, por exemplo, segundo domingo de dezembro é o dia da Bíblia, então nós fazemos um evento, normalmente numa praça pública, e aí a OMEC trabalha antecipadamente isso, faz distribuição de bíblias gratuitas pra o povo, então ela mesmo compra, ela mesmo subsidia, (não entendido), A outra coisa que ela também faz, é o que nós chamamos de cruzada evangelística, que é uma junção de todos os evangélicos da cidade, ou quase todos né? Eu tenho que admitir que nem todos participam, mas a grande maioria, e aí fazemos uma espécie de show gospel, não é? Os dois últimos meses foram na praça Padre Cícero, mas aquilo é um momento pro povo vê, só que eles não sabem que por trás disso, há todo um movimento pra levantar gêneros alimentícios, e suprir necessidade do povo, que fazemos distribuição de cestas básicas como resultado, da junção e do trabalho do povo, pra suprir necessidades da cidade, porque nós nos entendemos que qualquer igreja, precisa ter esta visão, que ela é uma entidade a serviço da cidade, a serviço do povo, e não trabalho só pra atingir seus objetivos internos, mas ela é uma organização espiritual, com organização jurídica, pessoa jurídica pra servir a comunidade como um todo, a OMEC contribui, e ela serve de elemento catalisador da força evangélica aqui no Cariri.</p> <p>7. Quantas igrejas são filiadas a OMEC?</p> <p>Hoje nós temos 101 igrejas. Ah..., inscritas na OMEC, porque há</p>
--	--	--

		<p>dois parâmetros, pessoas se escrevem, tem desejo de participar, mas existem algumas normas, e o pastor da igreja, a liderança da igreja, precisa preencher estas normas, que são normas de regulamentações, por exemplo, ah..., um pastor para ser ordenado, ele tem que ter curso de teologia, ele tem que ter passado por um concílio eliminatório, e ele tem que ter sido ordenado por uma ordem de pastores, cada denominação tem suas ordens, e esta documentação é necessária, então alguns estão inscritos, mas ainda não são membros, desses 101 são inscritos, mas membros mesmos nós temos, aí em torno de 50 e 60 igrejas devidamente inscritas na OMEC. Então quer dizer que a título de teologia, ele pode ter um reconhecimento da igreja, pode ser o pastor da igreja, mas não se não tiver havido uma ordenação então ele não pode ser membro da OMEC? Exatamente.</p> <p>8. Quais igrejas são filiadas a OMEC? (Há protestantes, há pentecostais, neopentecostais?)</p> <p>Muito boa essa pergunta. O universo evangélico, é muito heterogêneo, extremamente heterogêneo, nós temos algumas denominações, que como nós colocamos, ah..., batista, presbiteriano, metodista, ah..., são denominações antigas, que datam aí mais de quatrocentos anos de história, essas são consideradas as denominações históricas, ou, ah..., mundialmente reconhecidas, presentes no mundo inteiro, outras foram surgindo posteriormente, por exemplo os pentecostais, nós temos aí a Assembléia de Deus, que acabou de completar 100 anos no Brasil, veio de fora também, e algumas outras, e temos as mais recentes, chamadas de neopentecostais, que são essas denominações mais novas, ah..., como a Igreja do Evangelho Quadrangular, ah..., Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça, Mundial do Poder de Deus, elas são chamadas de neopentecostais, porque elas são mais novas nesse segmento, muito bem, a OMEC está aberta a todas indistintamente, nós temos outros dois segmentos, um grupo tradicional, e um grupo pentecostal, a OMEC atinge e alcança a todos eles, então nós temos igrejas, históricas e tradicionais como Batistas, como Presbiterianos, membros da OMEC, e temos também gente da Assembléia de Deus, Igreja Cristo Vive, também todos, a OMEC abraça a todos, já algumas denominações que por suas normas internas não se tornam membros da OMEC, por critérios deles, mas eles é que não querem, mas quando agente chama, até que eles trabalham juntos, se mobilizam, mas oficialmente não são membros, por isso agente entrega a ficha de inscrição e também de membros. Então está aberto a todos os segmentos, protestantes, pentecostais e neopentecostais. Todo segmento conhecido como evangélico, então pode fazer parte da OMEC. O senhor falou deste universo heterogêneo, como tem sido pra conviver com estas diferenças? ...é fácil, nós batistas, ah..., no meio Batista há uma idéia de um culto mais formal, mais quieto, menos barulhento, ah..., onde nós entendemos que o estudo da Bíblia ocorre pra o nosso conhecimento, e o Espírito Santo vai usar este conhecimento pra falar ao nosso coração e aí nossa mente nos levar a uma mudança de postura, de comportamento, então ele</p>
--	--	---

		<p>é muito voltado para a questão intelectual e racional, trabalha-se muito nisso, sem negar as experiências, não se nega, no segmento pentecostal de modo geral, há uma ênfase numa experiência, por exemplo é muito comum as pessoas gritarem, pularem, então há uma manifestação física muito maiores em busca desta manifestação do Espírito Santo, então o que distingue é isso, muito bem, se eu respeito, que o pentecostal entende que é desta maneira, e ele respeita que eu na minha quietude também vou ser tocado pelo o Espírito Santo, nos respeitamos e trabalhamos juntos, então toda a vez que nos reunimos para fazer um trabalho, cada um respeita o jeito de ser do outro, e trabalhamos para um fim comum, se é por exemplo distribuir a Bíblia no dia da Bíblia, ora é uma ação que não precisa falar dos meus pontos doutrinários e nem ele falar dos dele, nos unimos e trabalhamos assim, então é como respeito, com a característica pessoal de cada um e assim trabalhamos juntos.</p> <p>9. Quais os assuntos são discutidos nas reuniões? Há assuntos mais discutidos ou não?</p> <p>Muito boa, também esta pergunta, vejam só, nós temos reuniões mensais, onde nos encontramos, os pastores vem, e tomamos um cafezinho juntos, e aí conversamos, primeira coisa que agente faz, nós oramos pela a cidade, como um todo, sem qualquer... (não entendido) denominacional, oramos pelo o povo da cidade, onde estamos, que Deus se manifeste, que Deus abraque o coração das pessoas, notadamente aquelas mais inclinadas a violência, uma prática de vida desonesta, como o roubo, como o engano, nós oramos para que estas pessoas sejam transformadas por Deus mesmo, oramos também por pessoas em áreas difíceis, os que estão viciados nas drogas, no álcool, e até na prostituição que acaba se tornando um vício também, do sexo, e outro segmento, pessoas enfermas, doentes, acometidas por moléstias de todas as formas, então nós temos um tempo de orar pela cidade, ah..., clamamos a Deus por uma manifestação dele na cidade, cuidando do povo, atuando na vida do povo, oramos também para que esta cidade, de modo geral tenha um entendimento espiritual do plano de Deus para sua vida, infelizmente muita gente acha, que cada um pode decidir como buscar a Deus, isso não é verdade, Deus estabeleceu na Bíblia como cada pessoa deve buscar a ele, quando a pessoa estabelece, ela vai buscar do jeito dela, ela acaba eh..., provocando Deus, ela acaba fazendo coisa que Deus proíbe, pensando intencionalmente que ela está agradando a Deus, mas não está porque ela não conhece a Bíblia, então nós oramos por isso também, pra que o povo tenha um entendimento sobre plano de Deus pra suas vidas, e aí nós estudamos, temos sempre uma palestra, cada reunião temos uma palestra, diversas pessoas trazem esta palestra, aí nós estudamos sobre o caráter do obreiro, do pastor, uma ética comportamental em todos os segmentos, em todas as áreas da sua vida, nós estudamos também sobre uma atualização teológica, nós vivemos num mundo em constante mudanças, e a Bíblia é um livro antigo, que data os primeiros escritos de 3500 anos, nos últimos escritos de 2000 anos atrás, a</p>
--	--	---

		<p>Bíblia demorou 1500 anos para ser escrita, mas é um livro atual, e este texto atual, ele pode ser aplicado no contexto hoje contemporâneo, então nós estudamos a teologia no momento em que vivemos, e aí contextualizamos, chamamos a atenção dos pastores para terem sua mente aberta pra olhar a nossa realidade, nosso momento pós-moderno, como é a mente do homem pós-moderno, é diferente do moderno, é diferente de todas as outras épocas que vivemos, e aí contextualizamos a teologia aplicada a este homem, toda a questão de vida de comércio, de relações humanas, de situação dos países, a fome, as guerras, a globalização do mundo, e o quê que o evangelho tem a ver com isso, então nós estudamos estes pontos pra manter cada pastor atuando na época em que ele está e não tentando agir como agia a 50 anos atrás por exemplo, eu fiz meu seminário a 30 anos atrás, e eu fui orientado a fazer coisas, mas se eu não estiver, me atualizando ano, a ano, eu acabo me tornando arcaico, então nas reuniões da OMEC, nós trazemos atualizações teológicas, e contemporâneas no momento de hoje da vida do obreiro, da igreja, e pra sermos uma resposta pra as necessidades do mundo hoje.</p> <p>10. O senhor acredita que OMEC tem sido uma influência no cenário político e econômica no Juazeiro?</p> <p>Acredito, nós temos tido uma postura aqui, ah..., isso aconteceu nos outros mandatos, mas agora também quando o atual prefeito foi eleito, nós fomos lá em comitiva, nos apresentando a ele sem pedir nada, queremos orar, queremos que seu tempo... (não entendido) partidária, sem qualquer outro interesse, nós o reconhecemos como uma autoridade na nossa cidade, nós queremos orar, porque a Bíblia diz que nós devemos orar pelos que estão colocados em posição de autoridade na cidade, no país, no mundo, então nós fomos no gabinete do prefeito, e ele bondosamente nos recebeu, oramos por ele, e esta tem sido uma prática comum, nós clamamos pela direção de Deus, que ele tenha sabedoria, que ele tenha integridade, em todos os níveis moral, físico, emocional, na suas ações, nas suas decisões, nós oramos para que haja, saúde em todas as áreas, nas vidas dele, para que no exercício da função de autoridade municipal, ele faça o melhor para o povo, que ele tenha o temor de Deus, e dessa maneira nós temos feito isso constantemente, constantemente e..., por exemplo no centenário, a OMEC reivindicou um dia para que a comunidade evangélica também expressasse sua gratidão a Deus pelo o aniversário da cidade, e tivemos isso, foi até interessante, que foi no sábado, trouxemos aqui uma cantora de renome nacional e também internacional, Ana Paula Valadão, com um som maravilhoso com quarenta mil pessoas, e foi nossa manifestação para dizer olha: nós também evangélicos celebramos o centenário de Juazeiro do Norte, e fizemos várias ações, várias, né?</p> <p>11. Há outras influências que a OMEC pretende fazer?</p> <p>Sim. Nós temos várias ações de âmbito social, por exemplo agora mesmo nós estamos com um projeto, que a OMEC participa disso, nós estamos trazendo para Juazeiro do Norte, uma equipe,</p>
--	--	--

		<p>segunda-feira agora, foi embora um engenheiro que veio de São Paulo, nós estamos já alguns meses trabalhando com a prefeitura, e vamos trazer aqui um grupo de empresários, que tem desejo de fazer obras sociais, pra conseguir casas pra quem não tem mesmo, e já temos dois terrenos, indicados pela prefeitura como lugares prováveis, pra nós construirmos casas, já é um projeto agora, ele vai começar bem tímido, no seu primeiro momento, vai construir dez casas e oferecer pra pessoas, já fomos algumas pessoas... (não entendido), eu fui com algumas pessoas, inclusive com o secretário da habitação nos acompanhou nisso, ah... uma senhora que mora numa casa, que está com menos de 1,60m de altura, porque o teto está descendo, as paredes estão estourando, ela não tem como morar, mora ela e o marido com mais de 65 anos de idade neste lugar, num tem parente, num tem filhos, e não tem onde recorrer, então esta pessoa está inscrita, caso estes empresários, de fato aprovelem o projeto, e enviem os recursos, nós vamos construir estas casas, a intenção existe, o projeto está em andamento, mas eu preciso do recurso, que vem de fora, e já colocamos a disposição do prefeito, com seu secretariado, dizendo que a comunidade evangélica quer ajudar a prefeitura nesta questão da habitação, e ele...(barurulho), e nós estamos caminhando nesta direção, uma outra área que nós queremos ajudar é a área da educação, já existe aqui, o Colégio Batista, conhecido na cidade, está aqui a décadas trabalhamos, nós temos outros segmentos, ainda ontem mesmo conversamos com uma pessoa, nós vamos começar ajudar também na questão da educação do povo, com cursos, ah..., pra adultos, alfabetização de adultos, já fizemos isso em outros lugares, e minha esposa é pedagoga especializada em alfabetização de adultos, e ela tá trabalhando nisso, acabamos de trazer um casal com várias formações, professores universitários, que estão aqui a nosso serviço, que vão trabalhar neste segmento de educação, dando aula de português, alfabetizando o povo e atendendo, então nós, temos muitos projetos na área educacional. A influência da OMEC, não seria com recursos, seria com idéias? Seria sim, a idéia assim, não é nem mesmo, pra chegar lá e..., catequizar o povo, não é essa idéia, a idéia é ser um braço de Deus ajudando o povo, a Bíblia diz que nós devemos trabalhar para que a pessoa inteira, espírito, alma e corpo da pessoa esteja completo, sejam completo, então uma igreja, seja ela qual for, ela deve trabalhar pela pessoa inteira, ah..., e não tem como eu pensar numa pessoa de forma inteira, se ela não tiver uma alimentação boa, vestuário, se ela não tiver a oportunidade do conhecimento intelectual, acadêmico, então agente tem que suprir todas as necessidades, da sociedade, da comunidade, de forma geral, então nós temos isso, por exemplo, aqui nós temos uma escola de futebol, só pra meninos que não tem oportunidade nenhuma, (não entendido), noventa alunos, a igreja subsidia isso, nós temos gente, nós temos professores de educação física, nós temos quatro pessoa que todo o sábado de manhã trabalha com estes meninos, das 7:30 da manhã às 11:00 da manhã, e agente serve algum lanche de vez em quando, recebem prêmios, recebem incentivos, mas uma das coisas que fazemos, pra se matricular na nossa escolinha de futebol ele tem que trazer o boletim escolar, e quando ele só se... (não</p>
--	--	---

	<p>entendido), de notas, ele é retido, se você teve uma perda de nota no próximo final de semana você não joga, você fica no banco, e ele não querem isso, então é uma espécie muito sutil e leve de punir entre aspas o menino, incentivando a manter suas notas boas na escola, então se ele falta na escola, perde a oportunidade de jogar, então são várias coisas que, de certa maneira eu entendo que agente tá ajudando, influenciando, suprimindo necessidades da sociedade geral.</p> <p>12. A praça da Bíblia foi também intervenção da OMEC?</p> <p>Foi, foi, foi um pedido formal e claro da OMEC, Juazeiro do Norte é uma cidade interessante, ela é uma cidade que se desenvolveu envolta de um ícone da história do nosso país, que foi Cícero Romão Batista, um padre que muito trabalhou, que desenvolveu, desenvolveu a cidade, ele transformou um vilarejo numa grande cidade que é hoje Juzeiro do Norte, então isso precisa ser reconhecido, e nós reconhecemos, o grande cidadão que foi, ah..., Cícero Romão Batista, agora veja, (pausa: se distrai e tenta voltar a linha de raciocínio), então por causa deste ícone, tudo em Juazeiro do Norte gira em torno de uma religião, e de uma, de um segmento religioso específico, que com todo respeito a gente reconhece que é a igreja católica, então as portas aqui em Juazeiro, por causa deste contexto histórico elas estão plenamente aberta para a igreja Católica, e não tão aberta ao segmento evangélico de modo geral, mas nós entendemos que há espaço pra todo cidadão, independente da sua crença, e por falta de um marco, ah..., evangélico também na cidade, nós solicitamos isso, não só pra ser uma espaço evangélico, mas porque a Bíblia é um livro de todos, a Bíblia é o livro do católico, do espírita, do evangélico, é o livro até do ateu, porque o ateu, se ele quiser, ouvir, ou ler, ou conhecer alguns aspectos da história geral, principalmente da história antiga, ele vai encontrar informações é na Bíblia, então a Bíblia é um livro de todos, então termos um espaço para a Bíblia, não é só, ah,ah, não é só um espaço evangélico, ele foi uma reivindicação da OMEC, e o projeto que ali na praça da Bíblia, que o projeto não está completado, a prefeitura ainda vai, ela não está pronta, há uma segunda parte de construção que deve acontecer agora em março, talvez em abril, mas ali nós teremos um centro de distribuição de literatura e distribuição de Bíblia a precomunidade, e a OMEC vai cuidar disso, há inclusive o comprometimento da OMEC, de que a prefeitura não precisará está gastando no futuro com a manutenção da praça da Bíblia, a própria OMEC assumiu a responsabilidade, quando a prefeitura entregar o projeto completo, de zelar pra que a praça seja bem em ordem, limpa, bem preservada, conservada a serviço do povo, num é do serviço do segmento da comunidade evangélica, mas a serviço da cidade. O senhor falou que ainda há uma estrutura para ser construída? São dois quiosques que serão construídos ainda, um deles vai ter este lugar, essa loja com...ah..., acesso a Bíblia, a disposição de todas as pessoas, isso vai acontecer ali, e o outro, um pequeno espaço, pra administração da própria praça, onde nós teremos gente ali o tempo todo, servindo, informando a cidade, à disposição de todo o povo, e</p>
--	---

	<p>observando e cuidando da própria praça, né?; algumas outras áreas, foi escolhido uma equipe da OMEC, direção da OMEC, eu estava junto nas reuniões, o prefeito, o seu secretariado, engenheiros, e nós até decidimos plantar na praça várias árvores, e o...juazeiro foi a árvore escolhida, e dois pastores evangélicos, que tem em suas propriedades várias árvores, já autorizaram tá certo?, falta só a prefeitura ir a lá, retirar, já em tamanhos bons, de cultivo pra serem colocadas na praça, então houve um projeto, houve uma solicitação, mas tem também a cooperação pra que a praça seja mais proveitosa, vou lhe dar uma idéia, que não estar no projeto, mas que eu enxerguei e a cidade está num cruzamento dinâmico, numa via expressa da cidade, e nós vamos falar com o prefeito nos próximos dias agora, pra fazer uma barreira de proteção, para caso uma eventual, um eventual, ah..., descontrole de um algum carro, do jeito que está ali ele facilmente atinge a praça, e pelo menos ali, ah... no lado, esquina da São Paulo com a Castelo Branco, e na frente da Castelo Branco, fazer uma mureta de proteção, pra que nossas crianças possam ali brincar tranquilamente, e se houver qualquer incidente, qualquer acidente, esta barreira pode segurar impedindo...(não entendido) e alcance as pessoas e as machuque, então isso não foi contemplado no projeto, mas agora que..., já está em funcionamento, tenho visto ali as pessoas fazendo seus exercícios na academia popular que ali foi implantada, então enxerguei isso e vou conversar com o prefeito pra acrescentar isso no projeto.</p> <p>13. O senhor colocou diversos aspectos porque a OMEC deveria intervir no cenário político-econômico, inclusive por uma questão social, mas há outras questões além desta?</p> <p>Dia 19 de novembro, último agora de 2011, nós oferecemos à cidade o que nós chamamos de ação na cidade, ah..., e nós divulgamos na cidade e nós divulgamos em vários meios de comunicação, carro de som, televisão, nós fomos à televisão falar sobre isso, rádio, soltamos panfleto pela cidade, oferecendo, por uma iniciativa da comunidade evangélica, serviços essenciais à comunidade, então nós atendemos 700 pessoas naquele dia, ah, dezenas de atendimentos médicos, psicológicos, jurídicos, nós temos aqui vários médicos, ah..., como por exemplo, Dr. Raimundão, Dr. Santana, eles estiveram aqui e outros médicos também estiveram aqui, psicólogos, tivemos um juiz, tivemos um promotor de justiça e vários advogados dando atendimento ao povo pra questões jurídicas, várias situações, nós tivemos aqui montada uma farmácia, e a pessoa saia do atendimento médico com a receita, já passava na farmácia retirava a medicação, nós tivemos aqui aula de orientação de artes maciais, tivemos cortes de cabelo, unha, limpeza de pele, várias ações foram feitas, e essa é uma outra iniciativa, fizemos e atendemos 700 pessoas, mas queremos repetir isso de maneira cotidiana, por exemplo, sábado agora aconteceu numa praça, num terreno baldio da cidade uma ação com a criançada ensinando trabalhos manuais, pinturas desenho. Tudo isso com a direção da OMEC? Tudo isso, tudo isso como a ação, por que? Que a OMEC faz é o seguinte, nem</p>
--	---

		<p>sempre o nome dela aparece, mas ela cria situação, ela sugere aos pastores e às vezes é só uma igreja que tá fazendo, mas estas sugestões, elas são incentivadas nas reuniões da OMEC. 14. Como os evangélicos se vêem nesta influência? Os evangélicos estão vendo esta influência? Ah estão, ainda é tímido por causa de uma situação nossa, agente não divulga o que faz, neste sentido pra adquirir alguma honra, ou alguma homenagem pra nós, não, nós simplesmente queremos servir, ma já há com muita clareza uma percepção de que nós estamos fazendo uma coisa útil pra cidade, por outro lado, já há um reconhecimento em vários segmentos, segmento empresarial, ah..., até o governamental, de que a comunidade evangélica está interessada no bem estar da cidade, então nós temos sido ouvidos e temos sido procurados, e..., nós comparecemos em vários setores, e aqui e acolá, ah..., já se menciona atos que estão sendo manifestos pela a OMEC, Ah..., existe já o interesse, por exemplo, e eu recebo ligações de empresários solicitando, ah..., pessoas para trabalhar, olha, tem alguém na igreja, estou precisando de gente nesta área. Empresários evangélicos? E não evangélicos, por quê? por uma questão de princípio bíblico de obediência a Deus, de temor de Deus, de que nós vamos prestar contas, os próprios princípios bíblicos ensinam que toda a pessoa deve ser honesta, que todo trabalhador deve trabalhar, à vista do patrão, ou longe da vista do patrão e produzir corretamente, há um ensinamento bíblico diz que se o empregado, porque ninguém tá olhando, se ele cruzar os braços por dez min, aqueles dez minutos ele roubou o patrão, então ele é ladrão, então esse princípio bíblico é ensinado nas igrejas evangélicas de modo geral, então nós ensinamos (não entendido) que cada evangélico deve dar um bom exemplo, de postura, de honestidade, de produtividade, de caráter, né?; e alguns empresários já estão enxergando isso, que é uma postura diferente no evangélico, no homem, na mulher que teme a Deus, que segue os ensinamentos de Deus, então eles (não entendido) e pedem, e nós encaminhamos, e várias pessoas são colocadas em várias empresas aí, por solicitação dos empresários. Então a OMEC tem trabalhado neste segmento? Trabalha, por exemplo, ela promove encontro de empresários, e aí ela coloca à disposição, por exemplo, nós promovemos aqui..., (não etendido), nós promovemos aqui, numa, ah..., junção, onde a OMEC trabalhou, e uma grande ação, a idéia inicial foi até da Primeira Igreja Batista da Convenção, aqui em Juazeiro do Norte, um encontro de empresários para falar sobre inteligência financeira, de como eles agem, ah, ah, falência financeira, e nós colocamos aqui, (não entendido), no nosso espaço, e,e empreendedor de renome internacional, um homem que é um assessor empresarial e orientador nessas áreas, veio, arcamos com toda despesa, cobramos uma taxa simbólica de R\$10, quando uma palestra dessa aqui na cidade, promovida por alguns segmentos nessa área custa R\$85,00 R\$90,00 essa é média de preços, nós cobramos R\$ 10, porque nós queríamos o grande empresário que poderia pagar R\$ 1000,00 se cobrássemos, mas nós queríamos também o vendedor de tapioca, o vendedor de caldo de cana, o vendedor de tapioca, que é um empresário também, então cobramos R\$ 10,00 apenas, 800 pessoas vieram aqui e</p>
--	--	---

		<p>receberam, e esse ano nós vamos promover de novo, essa palestra, ela passou a três anos atrás, ah..., nós vamos promover de novo para ajudar o povo, então a OMEC tem essas iniciativas, então estamos aí à disposição.</p> <p>15. Nesses objetivos, a OMEC tem encontrado dificuldades? A OMEC tem dificuldade por quê? Como eu falei, a nossa cidade se desenvolveu através de um segmento religioso, e esse segmento religioso é priorizado, então nesse sentido há uma injustiça na nossa cidade, porque como cidadão eu tenho direito como qualquer um outro, independente da minha religião, então existe sim lamentavelmente uma tentativa de abafar, isto que eu estou falando agora é muito perigoso até, porque eu não posso acusar ninguém, mas agente sente, você me perguntou se agente tem dificuldade, agente sim dificuldade, é..., eu estava numa reunião da comissão pró-centenária eu fiz parte da comissão e o gabinete do prefeito ligava pra mim informando olha, tal dia tal hora vai ter reunião, eu ia, houve uma ou outra que eu não pude ir, por causa das minhas viagens e atendimentos em outras partes do país também, e do Cariri, eu rodo bastante por aqui, nós temos ações em várias cidades aqui do Cariri, ah..., então não pode ser, mas numa delas, e foi quando o presidente do comitê organizador do centenário mencionou, ah...ah, que íamos ter show com a Ana Paula Valadão, houve uma pressão de uma pessoa que representa um segmento forte aqui da nossa cidade, não isso não vai acontecer.</p> <p>Segmento religioso? É, segmento, é não pode haver aqui na cidade, a nossa cidade tem uma característica católica, e nós vamos comemorar o centenário da cidade com destaques para o Padre Cícero, então não pode haver manifestação evangélica e eu tive que refutar esta palavra, ah evidentemente com, com toda... calma, com toda... paciência, sem qualquer tom de briga ou discussão, mas eu pude dizer pra ele, meu querido, nós estamos tendo espaço para a manifestação, ah...da associação comercial, o Rotary está se manifestando, os maçons estão se manifestando, os espíritas estão se manifestando, os católicos estão se manifestando, por que a comunidade evangélica não pode também celebrar o centenário da cidade, me dê razões pra isso, e ali travamos uma conversa e o presidente do comitê disse aquela pessoa, não, nós vamos ter sim, precisa lembrar que isso não é uma atividade dos evangélicos, é uma expressão de mais um segmento da comunidade, comemorando o centenário da cidade, e quando me foi né?; então existe sim uma tentativa de suplantar de qualquer iniciativa da OMEC, ou dos evangélicos, nós temos mesmo, isso é real, não se pode acusar ninguém, não se pode indicar o dedo pra ninguém, pra nenhum segmento, mas existe uma pressão sim, mas nós entendemos isso, e nós estamos trabalhando, mostrando com serviço e com resultado que a nossa intenção é simplesmente sermos úteis a sociedade como um todo e oferecer melhor pra cidade. É muito interessante toda esta influência, todos estes objetivos, na sua experiência o senhor alcançou ou viu em outras localidades algo parecido como a OMEC? Já, existem convenções, associações e fundações em todas as cidades do Brasil, que são expressões da comunidade evangélica como um todo sem qualquer cor denominacional, isto existe em todas as cidades, eu sou uma pessoa que trabalhou no</p>
--	--	---

		<p>estado de São Paulo, no estado do Paraná, no estado de Minas Gerais e no estado do Amazonas, eu morei em todos estes estados trabalhei, eu tenho 35 anos como pastor, então essa, essa, ah..., esse período longo, me deu o privilégio de trabalhar em vários estados do nosso amado Brasil e agente já viu isso em outros lugares sim, ah..., nós temos alguns lugares, ah...onde isso é mais forte, por exemplo no sul do país, existe uma pressão, ah..., inicialmente cultural, então há suas características, também as dificuldades, lá tem as associações, as ordens de ministros evangélicos que atuam e prestam serviços, ah..., de grande relevância pra toda a cidade, só pra te citar, por exemplo em Pato Branco, no Paraná, que é uma cidade que se tornou conhecida no Brasil por causa de um programa humorístico na televisão, ah..., é uma cidade fantástica, trabalhei alguns anos naquela cidade e o segmento religioso, a igreja em que eu trabalhava, especificamente aquela igreja que eu trabalhava, depois da minha saída comprou uma grande propriedade, ah..., que era inclusive, ah, ah, usada e ela era de propriedade dos médicos da cidade pra ter seu tempo de lazer, mas eles colocaram à venda, e aquela igreja comprou, e transformou aquele espaço de lazer dos médicos, no centro de recuperação de drogados, e acontece, né?; eu voltei lá, fui visitar, conhecer, numa das vezes, naquela igreja, onde eu já tinha trabalhado antes me convidou pra eu voltar lá e pregar a Palavra de Deus em data comemorativas da igreja e eu fui conhecer, então sempre há um trabalho relevante da comunidade evangélica, sem qualquer cor denominacional.</p> <p>16. O que o senhor como presidente da OMEC planeja fazer na sua gestão? O que o senhor tem como foco maior. Ah..., (pensando), nós queremos nos tornar relevantes enquanto comunidade evangélica, queremos melhorar, ah..., o nosso serviço pra cidade, e isso é palco até inclusive, sábado agora nós teremos a nossa primeira reunião do ano, a nossa primeira assembléia geral com os pastores e nós vamos discutir sobre como nós podemos melhorar o nosso serviço pra cidade, esse nosso serviço vai alcançar o povo nas áreas que já mencionei, tanto na área acadêmica, como escolas, alfabetização de adultos, como área social, com vários serviços repetidos, como também, dando nossa ajuda com o conhecimento que temos, com pessoa que nós temos, de alto nível, com várias formações, nós temos no nosso ambiente, nós temos doutores em várias áreas, nós temos gente que está no segmento evangélico formado em MBA e outros níveis acadêmicos, na área de administração, na área de finanças, nós queremos oferecer isso a sociedade de um modo geral, por exemplo, a OMEC promover um encontro dos micro empresários, e fazer isto gratuitamente, e dizer pra eles, olha (não entendido), e colocar ao alcance deles, então de um modo geral, várias ações desse dois anos que tenho estado presidente, 2012 e 2013, nós queremos oferecer várias ações pra ajudar a sociedade, pra mostrar pra toda ela que a comunidade evangélica está aqui pra servir, evidentemente que em a tudo isso, nós iríamos distribuir a literatura evangélica e compartilhamos com as pessoas que elas precisam conhecer melhor a Deus, que a falta de conhecimento de Deus leva as pessoas a um erro na própria busca de Deus, Jesus Cristo mesmo falou assim, errais não conhecendo as escrituras,</p>
--	--	--

		então nós queremos dar à cidade o conhecimento da Palavra de Deus como está contido na Bíblia e pra isso teremos várias ações.
Pastor Esdras	Pertence igreja pentecostal Peniel, participa da OMEC)	<p>2. Qual a igreja que senhor lidera atualmente? Igreja Missionária Internacional Peniel</p> <p>3. Qual a sua função nesta igreja? Pastor</p> <p>4. O senhor, então não tem função na diretoria da OMEC? Atualmente o senhor é um participante? Sou associado a OMEC.</p> <p>5. Qual foi a motivação do senhor em fazer parte da OMEC? A motivação porque, desde a fundação da OMEC, aqui em Juazeiro do Norte a um desejo da diretoria da OMEC que todos os pastores, todas as igrejas, missões (não entendido) poder atuar nesse campo missionário, aqui na região do Cariri. E isso nos atraiu, e isso que me levou a fazer parte (trabalhando palavras) os antecessores, os pastores que dirigiam a OMEC era amigo nosso, estamos também apoiados, foi isso que nos levou (entrevistador: uma maior motivação de?) De unidade da igreja. (entrevistador: de uma unidade, para uma maior expansão de outras igrejas) Isso.</p> <p>6. Qual a importância da OMEC para os evangélicos em Juazeiro do Norte? Na verdade a Ordem dos Ministros é um órgão mais de mobilização. De agregação e mobilização. A OMEC hoje, a função dela mesmo é juntar, agregar essas pessoas para juntos, para unir forças para poder fazer algum trabalho para o Senhor e também atender aqueles pastores, ou missões que tem uma necessidade afim, essa é a OMEC, na sua diretoria, na sua organização, está assim junto, pra tá ajudando e cooperando com estes pastores, com essas missões. (entrevistador: Então o senhor vê que a importância da OMEC é nesse primeiro momento é uma agregação dos evangélicos em Juazeiro do Norte) isso (entrevistador: manter uma unidade) isso.</p> <p>7. E a importância da OMEC pra Juazeiro do Norte? Contexto social? Contexto político? A OMEC, como ela tá se organizando, ainda não tem um movimento direto neste contexto político, porque a função primeira dela é organizar as igrejas, as missões para estarem juntos com um propósito de evangelizar essa região, como um grupo de pessoas, para estar, atuando força política ou pra ter uma força social, isso pode até acontecer no futuro, mas hoje isso é secundário para a OMEC, a OMEC está mais buscando esse ajuntamento espiritual, apesar de ser importante, isso não houve nenhuma mobilização no sentido, de dizer olha, nós temos uma força, nós temos milhares de pessoas que estamos juntos, e...usar disso pra nossa tipo de força social ou política, por enquanto isso num tenha acontecido, embora isso possa vir a acontecer (não seria uma função primária, mas seria algo, mas seria um pensamento de fazer isso?) Isso é natural porque o povo de Deus, os evangélicos, são na maioria dos lugares eles são um pouco discriminados político e socialmente, no Brasil infelizmente as pessoas respeitam pela força, então se existe uma força, se existe uma massa aí um respeito maior, mas esse não é o momento da OMEC, o momento da OMEC é ajuntamento, tá orando, tá buscando o crescimento espiritual das igrejas, se fortalecendo, se consolidando, para é tá evangelizando, para tá gerando vidas para o Senhor.</p> <p>8. O senhor tem conhecimento dos projetos da OMEC para 2014? A OMEC, esse ano de 2014, ela</p>

		<p>tá mais voltada para a oração, para essa coesão, essa, digamos assim, esse ajuntamento de pastores, de líderes, presbíteros, tudo, no sentido de fortalecer. O presidente, o discurso dele, pelo o menos o que eu entendo, é que ele viu que a OMEC não deve fazer os mega projetos, antes de tá todo mundo junto, tem a mesma visão, quando as coisas vierem acontecer neste sentido. Ela venha de fato acontecer, então o objetivo de 2014 da OMEC é esse ajuntamento, tá orando, todo mundo junto, tá buscando essa unidade, é a unidade, para o próximo ano, 2015, talvez, porque agente fazia alguns projetos, macha pra Jesus, é programação de massa, com cruzadas e outras coisas também, mas agente não tinha essa unidade bem sustentada, e o presidente, o pastor Germano, ele tá buscando mais isso, tanto é que a frequência tá melhorando, dos pastores, o que que é tá fazendo, hoje agente junta pra orar, pra conversar um pouco sobre isso, nas reuniões que tive, alguns exemplos, (não entendido) dá muita oportunidade para alguém falar sobre alguma coisa, mostrar um projeto, mas esse não é o foco agora, tanto é que tirou o pé do acelerador, não, vamos nos unir melhor, amanhã, 2015, talvez começar a retornar os projetos.</p> <p>9. Então o senhor esboçou aí como é que é filosofia da diretoria esse ano, mas na sua concepção, o senhor acho que essa seria a forma mais adequada, o senhor acha poderia caminhar junto, tanto com a questão de coesão, unidade, de forma paralela também, com essas programações, como o senhor veria isso? A questão é. Se não existir unidade concordância, e também disponibilização de recursos, porque a OMEC, não tem recursos, os recursos vem da própria igreja, pelas contribuições da igreja e tudo mais, e se não tiver com esse desejo de fazer, todo o projeto, que ela pode se levantar pra fazer, ela pode não atingir os objetivos. Então é melhor as pessoas encontrarem primeiro essa forma de tá junto que une ao foco de juntar, pessoas que pensam diferente, igrejas com denominações diferentes, através da oração, através da visão de conquista junto de algum objetivo, quando isso tiver acontecendo isso fica mais fácil, de andar estes outros passos, de fazer movimentos na cidade, na região do Cariri, foram feitos muitos movimentos, mas o resultados não foram satisfatórios, não foram aquilo que se esperava pelo o investimento que foi feito, que as vezes não tinham apoio de uma ala, ou de outra ala, e objetivo do pastor Germano, (não entendido) e justamente isso, é de juntar o povo, pra depois juntar a força, pra fazer as coisas bem feitas, organizadas, bem preparadas.</p> <p>10. O senhor ainda consegue ainda pelo menos identificar de maneira inform, algum projeto na situação política de Juazeiro. Eu lembro que na última reunião, por exemplo, o pastor Germano falou que havia um desejo então de está no gabinete do prefeito, orando por ele e mantendo essa, essa relação mais próxima. O senhor acha que tem outros projetos, pode-se ver (não entendido) ambiente político? Deixo eu dizer, na verdade, a OMEC, ela não tá encabeçando um projeto, ela parceira, por exemplo, do movimento Nacional, da visitação de Deus, das igrejas, como um todo, quando ela vai fazer alguma coisa, mas ter uma cruzada, no dia 23, 24, uma grande cruzada com um evangelista, Rubens Cunha, ela se torna parceira, ela na verdade, não toma a frente, agora, porque</p>
--	--	--

		<p>essa coisa de tá buscando, mas a OMEC nunca foi omissa nessa área, por exemplo, na gestão do passado, ela foi presente, ela foi no gabinete, foi orar, foi para, várias vezes, os pastores foi orar em nome da OMEC, também em nome do movimento, foram lá oraram, (não entendido) o prefeito e tudo, ela, ela sempre, sempre se mobiliza nesse sentido, mas nesse ano, essa nova gestão, que pastor Germano tá, mas nesse sentido, dessa coesão mesmo. 11. Eu falei da importância pra Juazeiro, o senhor veria também, sei que já falou nesse primeiro momento de unidade, mas eu também quero fazer outra pergunta, o senhor já respondeu também, mas o senhor acredita que há uma importância política-econômica-social para Juazeiro? Aí, eu vou falar um pouco por mim. Eu não posso falar pela OMEC, porque primeiro eu não sou diretor da OMEC. (entrevistado: exatamente). Segundo, não existe assim uma fórmula, algo que tá se preparando pra isso. Eu particularmente, eu acho que Deus fez as coisas perfeitas, fez essa região aqui do sul do Ceará, do Cariri, particularmente, essa região, Juazeiro, Crato, Barbalha, geograficamente, um dos lugares mais bonitos do Nordeste, ou talvez do Brasil (entrevistador: estratégico?) estratégico, eu acho, que a igreja, ela tem que tomar posse disso. Primeiro, espiritualmente, é porque a igreja tem que falar do amor de Jesus, pra que as pessoas, tem um comportamento diferente, e as pessoas possam governar segundo a vontade de Deus, esse é o meu desejo, a questão política, ela é muito complicada, mas se pode também trabalhar com isso, ensinando as pessoas a votar corretamente, eleger as pessoas corretas pra aquele lugar, esse é um pensamento pessoal meu, embora não me envolva tão diretamente, política, mas eu creio quem deveria ter um governo, seria pessoas que estão comprometidas como o Senhor, isso é que a igreja deve mobilizar as pessoas, que realmente tá seguindo o Senhor, que tem um chamado pra isso, tenham uma vocação, que tenha uma força administrativa, também tenha essa carisma, de tá lidando com as classes, na visão, quem deveria tá governando seria essas pessoas, primeiro porque, elas iriam errar menos, erraria, pelos menos tinha o temor de Deus, essa questão da corrupção seria diminuída bastante. Eu acho que as igrejas que deveriam está também orientando a sua membresia nesse sentido, para que dentro da própria igreja se levantam pessoas que possam está com esse desejo, ou então tá entrando na política partidária, pra esse fim, então, um corretivo porque infelizmente os nossos políticos de hoje não são confiáveis, eu não posso, claro que tem pessoas e pessoas, mas a igreja deveria fazer isso, a igreja deveria, isso é um pensamento pessoal, particular, embora eu envolva isso muito pouco dentro da igreja, mas são coisas que são consciente que possa vir acontecer talvez no futuro. Mas quanto a OMEC, eu não sei se isso é plano, mas eu creio (não entendido) vai ser natural acontecer, por que? O evangelho cresceu bastante e Juazeiro também cresceu e a tendência de crescimento, o quê que acontecia antigamente. As outras massas que não valorizavam, não ouvia, mesmo que tivesse alguma coisa boa, algum talento, não tinha nenhum interesse. As pessoas não queriam votar em evangélicos, algumas delas são (não entendido) então nós somos desarticulados, embora dentro das igrejas, as pessoas é que deveriam estar no</p>
--	--	--

		<p>poder executivo, no poder legislativo, enfim em todos esses poderes, mas é uma questão de tempo, é uma questão do trabalhar de Deus, e ao longo do tempo, os evangélicos não quis se misturar com isso, não quis se misturar, achando que poderiam desagradar o Estado, lutando com uma massa tão complicada, difícil, mas essa aí, mas essa é minha visão pessoal.</p> <p>12. O que o senhor entende por “voz profética”? Assim (pensando), se for olhar pelo lado teológico. O que eu entendo uma voz profética, pra mim é tudo aquilo que Deus estabeleceu na sua Palavra, que eu a comunico, isso, se Deus me deu voz para eu comunicar a tempo, a fora de tempo, nos lugares, essa voz, ela pode ser chamada de voz profética, eu tô trazendo...Eu tô no bairro, eu vou levar a Palavra do Senhor, eu entendo isso como uma voz profética.(Entrevistador: o senhor entenderia também é, é essa influência evangélica dentro do contexto econômico-social de Juazeiro?) também, também.</p> <p>13. Que textos, o senhor pensaria, textos bíblicos, que daria maior envergadura pra essa atuação evangélica dentro desse cenário, desse contexto político-social-econômico de Juazeiro. Tem um texto muito forte, Deuteronomio, capítulo 17, que ela bem contundente, quando se deve governar a cidade, procura um filho da cidade pra o governo, e que esse não venha se multiplicar bens, nem mulheres e que deve se colocar uma cópia dessa lei em sua mesa todos os dias. Então é deuteronomio 17. O Deus é tão poderoso que na própria sua Palavra tem resposta para todas as coisas entre vários textos é o mais forte que tem. Deus sempre diz que aquele que vai governar em favor de todos que pense em si mesmo. Então nem todas as pessoas, tem condição de governo de governar a massa, porque todo aqueles que Deus colocar a frente, estas pessoas devem se desprover de si mesmo e pensar exclusivamente na massa, isso até acontecia no passado, mas hoje pessoa tá pensando em si mesmo, se fortalecendo e usar a massa para a manutenção de seu fortalecimento, esse que é o problema. Então como aquelas pessoas que vão a frente pra governar, o primeiro ponto até atenção inicial é essa, depois que vem o poder, vem o financeiro. Aí mudam, porque as pessoas tem uma tendência de mudar, mas a Bíblia é clara, que nós devemos anular nós mesmos pelos outros, então nós temos que ir, todo aquele que se levantar para ajudar uma máxima, tem que se esquecer de si mesmo, se o próprio Deus que prover sobre todas as coisas, mas politicamente falando, um dos textos mais forte que eu encontro na Bíblia é Deuteronomio capítulo 17, que fala muito claro evidente se você vai botar um rei, algum governo sobre a cidade, essa pessoa teria que ser isso.</p> <p>14. Então o senhor acredita que os evangélicos deveriam ter uma participação, uma influência muito incisiva no contexto em que vivem, social, político e econômico? Sim</p> <p>15. Aqui em Juazeiro, então, não seria diferente? Não, não. A questão é mais de organização, nós não devemos, é..., lutar contra nós mesmos. Eu que eu quero dizer com isso. Se eu não estou preparado pra ir. Pra fazer isso. Eu não devo ir tentar fazer isso. Então, eu acho que o problema maior está em ter... da questão do caráter, da coisa certa, conforme os princípios de Deus. Isso, muitas vezes tem pessoas que não estão preparadas pra isso. Porque lá a dificuldade, quando</p>
--	--	--

		<p>você vai preparar pra situação não é fácil. Não apenas teórico, você tem..., digamos assim...um ator muito forte por trás de tudo isso, né? O Brasil já vem de muitos anos, na sua concepção, na corrupção, tirar proveito, eu dei a minha vida por isso, o que é que tenho? Só que agente acha até graça e sente pena, olha aquele homem tá trinta anos na política e ele não tem nada, outros estão tudo rico, e visto como um sofredor. Não, ele apenas fez a coisa certa, nós devemos ser honestos, independente de sermos cristão ou não. O dever de cada ser humano é ser honesto, mesmo que ele não confesse, é..., Jesus como o Senhor, é um dever de todas as pessoas, porque existe leis espirituais e leis naturais, ele pode aplaudir porque um se destacou por fazer aquilo que tem que ser feito. Todos nós devemos fazer aquilo que deve ser feito. Então isso é um problema, gigante, que nem todo mundo tá preparado para lutar contra ele. 16. O que então, eu sei que o senhor já tem, é..., esboçou isso, se eu fosse colocar, o evangelho que precisa ter essa influência porque ele tem a Palavra de Deus, e ele erraria menos, o que o senhor pensaria desta voz profética, desta forma mais específica, econômica e Juazeiro, não quero ser incisivo nesta pergunta, mais de uma forma mais específica nisso...Eu penso pro futuro que, se as igrejas tiverem organizadas e se o veículo for isso que a Ordem de Ministros, isso, tiver esse entendimento, eu não sei, que é no dia a dia que as coisas vão acontecer. O que eu penso que as igrejas deveriam ser organizadas para quando, realmente, entrar com essa voz profética, ele tenha uma força sustentadora disso tudo. O problema que muitas vezes, nós somos divididos. Nós temos muitas coisas diferentes. Só que os líderes, muitas coisas diferentes e nunca vão conseguir, a identidade de cada um, num se deve mudar, mas nós temos um alvo. E esse alvo é, essa proposta, leva todos pra aceitar o Senhor, buscar o Senhor, então se não tiver uma visão parecida com isso, possa respeitar o pensamento daquele que é mais progressista, enfim respeitar isso, mas todos, com suas diferentes, entender que aquela pessoa, indicada por todas, eles precisam dessa máxima, pra conduzir, fortalecer, diferentemente, não vamos a um lugar nenhum, então nós primeiro temos que ter essa concepção, que nós não vamos mudar nossa identidade, nós nascemos em ambientes diferentes, com famílias diferentes, criado diferente, cada um tem essa forma e Deus assim aceita, porque Deus fez diferente, tanto é que nossa digital, nenhuma é igual, e se agente for olhar, juntar uma massa, vai perder tempo e nunca vai encontrar o caminho correto, o certo entender que todos nós somos diferentes, o que que agente quer, quer que essa voz profética, vem ecoar em Juazeiro do Norte, quando política-socialmente, quer que a igreja do Senhor, a denominação quer, que tipo de trabalho, quer fazer nesta cidade, e de repente as coisas podem dar certo, se nós tivermos essa compreensão. O problema que nós ainda somos ainda somos desorganizado. 17. Então a solução seria primeiro, então uma coesão? É..., e talvez faça isso através da OMEC, trazer esse entendimento, eu estou aqui desde 98, só veio desarticular essa ordem, por exemplo, a questão política. Muitas igrejas, tem lançado candidatos, não consegue eleger, porque não consegue votos em outras igrejas, tem igreja com uma quantidade maior de</p>
--	--	--

		<p>membro, eu acho que ele deve ter a pessoa pra aquela posição porque ela, que ela trabalhou mais, não se trata disso, nós temos que olhar o perfil, olhar as pessoas, (não entendido), aquele que tem mais desejo de atender a comunidade, o anseio da comunidade, e ai sim, talvez, todas igrejas, pequenas e grandes possam apoiar essa pessoa. Eu acho que por aí. 18. Como é que o senhor ensina essa voz profética na igreja. Muito limitado. Muito tímido. Por que? Quando agente, há um risco. Eu uso um texto de juízes capítulo 9 pra falar sobre a questão, ali de Gideão, então eu falo pouco sobre aquele texto, pra que as pessoas tem uma consciência política que deve tá voltando. Tem uma representatividade das árvores. As boas árvores quiseram governar e no final o espinheiro se tornou a disposição. Só que o espinheiro sempre quer governo. O espinheiro não tem nada pra dá a ninguém, a não ser a si mesmo. E agente usa alguns textos, esse é um texto que agente usa. Porque aquilo que é bom tem medo do confronto. (não entendido) sair da sua zona de conforto. Porque já estabeleceu pra si e sua família o bom. Então porque eu vou correr o risco de o meu nome ser sujo, correr o risco das pessoas me difamarem, levantar falso testemunho. Me criticar, se eu estou bem, eu estou vivendo bem, meus filhos estão bem. Ai o espinheiro vai e governa, essa é a dificuldade maior, sempre quem tá disponível é aquele que num pode governar, e os que podem governar estão omissos, e não tem assim, digamos, coragem, ceder parte de si mesmo, dão pouco de sua vida por isso. Porque tá no conforto, num quer se meter e geralmente muitos vão. E tem pessoas que vão, até desejo. Tem apoio, talvez estas pessoas, essas pessoas que foram levantadas dentro da própria igreja, pelo menos alguns que eu acompanhei ao final disse que nem apoio teve dentro da própria igreja. E não consegui apoio dentro outros(não entendido). Então tem muita gente dentro da igreja ainda, que tem uma visão, que num tá sendo trabalhado isso. Que pode votar em qualquer pessoa. E que pode votar em corrupto. Se houve uma amizade. No passado, com pais, com parentes (não entendido) se calçou a rua se fez isso. De repente, ele se sente no direito de votar. Então não é isso. 19. Então o senhor vê isso, de uma forma muito geral, que isso não é passado nas igrejas, como por exemplo que os evangélicos deveriam pensar nos próprios evangélicos mesmos. Isso não é muito trabalhado nas igrejas, não? Não. Em Juazeiro não é. Na nossa igreja não é. Eu acho que isso é um movimento liderado pela própria OMEC pra desmistificar isso. Porque na própria igreja. Se ele se posicionar partidariamente, ele corre o risco de perder parte da sua membresia. Por que tem gente que prefere o outro lado. 20. O senhor acha que a OMEC seria a melhor instituição encabeçaria isso, porque logicamente não representaria. Exatamente. 21. Na sua opinião, como os crentes se apropriam desse conceito de voz profética e repassa isso para sua vida cotidiana. Por exemplo, mesmo que o senhor falou que é pouco ainda, por exemplo na voz profética na questão econômica, né? Como eles recebem isso. Isso na visão do Senhor e vivem isso. Eu engendro de mim e repasso isso aqui na minha vida cotidiana. Como o senhor vê isso? Isso tem</p>
--	--	---

		<p>muita a ver com a questão um pouco doutrinária. Porque tem igrejas que vê isso com clareza. Com tanto facilidade e outras igrejas tem fechado pra isso. Então, quando a gente olha pra massa, agente não tem como dizer, porque tem igrejas que realmente, ela tem uma visão mais ampla, mas aberta. E outras não tem. Entendeu, talvez assim, acho volta aquilo que eu falei antes, que nós devemos pensar na OMEC, como esse órgão que venha desmistificar tudo isso, e trazer uma clareza. Ou tipo assim, aonde é que agente pode ir, onde é que devemos ir, entendeu? E quando isso estiver bem definido, os pastores, mesmo que num tinha tocado nesse assunto. Na igreja, ou incentivado ou proibido. Esses pastores deveriam ter uma visão parecida pra isso. Pra falar, ou dar oportunidade. O representante, vir falar sobre isso, pra trazer clareza, pra trazer digamos assim, porque alguns pastores tenha a própria dificuldade dele. Então, acho que é mais por aí. 22. Pra finalizar na opinião do senhor, que implicações o senhor pode ver no contexto político-econômico de Juazeiro, a partir da voz profética. O que aconteceria, se essa voz profética fosse colocada de forma mais incisiva, mais vivenciada, ou seja os evangélicos influenciassem mais, que implicações poderia acontecer. A igreja do Senhor sempre foi perseguida. Todas as esferas. Em Juazeiro do Norte, não há uma perseguição tão forte, não há uma perseguição religiosa politicamente. Ah... deixa quieto, que a igreja evangélica, ela não vai decidir eleições, por exemplo. Mas só que a igreja, eu acho, que ela caminhando para o crescimento, sem esse embate, sem esse confronto. Eu acho que uma forma de ela crescer mais rápido. Na minha visão. Eu acho que ela deve ter sabedoria e entrar na voz profética de uma forma, digamos assim, mais organizada. Não tipo, digamos essas pessoas que faz movimentos de protesto, aquela coisa, mais agressiva, eu não vejo por aí. Sabe? Meu pensamento, eu posso pensar diferente. Eu não preciso tá mostrando pela força física, ou a força tal (não entendido). Precisamos trabalhar para isso. Então, ao mesmo tempo, que você iniciou. Nós podemos trabalhar em mão dupla. Uma construindo, isso que agente pensa, em maior número de pessoas aqui, que tenha Jesus como senhor das suas vidas, como salvador de suas vidas. Seja que professe esse Jesus e a outra e ir por esse lado. Realmente atingir todos esses objetivos de está governando, de está..., tanto de faze esse trabalho tão livre e tá presente em todos os lugares. Na parte da justiça, da câmara, em Juazeiro, em fim na prefeitura e tudo mais, nas secretarias e tudo. Eu vejo assim, é uma opinião pessoal, eu não gosto do confronto. Eu não seria um ativista. Mas seria uma pessoa de conselhos. Olha a massa (não entendido) E quando se levanta pessoas que se mostre organizadas, preparadas, mesmo sendo evangélicas, eu acho que as pessoas não tem uma mudança de comportamento e pensamento, e até não lutaria tanto quanto isso, (não entendido) mas nós somos uma minoria aqui em Juazeiro do Norte, pra ter um confronto direto, eles tem uma força muito grande, por exemplo, os que não aceitam as igrejas evangélicas. A massa maior são os que não aceitam. Então acho que se agente por confronto por embate, o inimigo, eu acho que o tempo demora muito mais, isso é um pensamento, eu acho que nós como igreja, devemos ser amigos</p>
--	--	---

		<p>de todos, do católico do espírita, de todas as seitas que se levantam, devemos ser amigos, porque esse é o nosso papel, Jesus quando ouvia, ele fugia do embate, quando as pessoas vinha pra o embate com ele, ele não veio pra trazer a liberdade pra todos, deixar as pessoas pensarem, viverem, (não entendido), libertar, poder salvar, esse é o papel da igreja, esse é o nosso papel. Querendo (não entendido) pela força. Então a única força que devemos lutar, é contra as forças espirituais, o governo está em todo mundo, é o príncipe deste século aqui, agente tem que tá, orando pra que essa força saia, e ai sim, essas pessoas vão sair da sua ignorância, vão passar a ter entendimento. A Bíblia fala isso, que as pessoas terão entendimento. O papel da igreja é pregar o evangelho, é está também nas camadas sociais, é também estar governando, mas no momento em Juazeiro do Norte, eu vejo assim, que nós devemos ter a facilidade de penetração em todos os lugares. A nossa igreja busca muito isso. Agente vai pra casa dos católicos, pra casa do macumbeiro, pra casa do espírita. Agente vai conversa, entrei várias vezes, conversamos. Falamos da Palavra, somos muito bem aceito. Agora, quando vai pra o embate, confronto, eu acho muito difícil. Eu não sei se é uma visão minha limitada, eu não penso dessa forma, ser uma ativista, vamos mudar logo essa história, vamos entrar com força. Eu não vejo por aí.</p>
--	--	--

FICHA DE ENTREVISTA ESTRUTURADA APLICADA AOS FIÉIS**1. Qual o seu sexo?**

1. Masculino 2. Feminino

2. Qual o seu estado civil?

1. Solteiro 2. Casado 3. Outro

3. Qual sua idade?

1. 20 a 30 2. 30 a 40 3. 40 a 50 4. 50 a 60 5. 60 a 70

6. 70 ou mais 7. Menos de 20

4. Qual o seu grau de instrução?

1. Pré-escolar 2. Ensino fundamental 3. Ensino médio 4. Ensino superior

5. Você é evangélico?

1. Sim 2. Não 3. Outro termo

6. Sua igreja é esta?

1. Sim 2. Não

7. Você ocupa alguma função nesta igreja?

1. Cargo de liderança 2. Faz parte de algum ministério 3. Nenhum função

8. Você participaria de alguma forma de política em seu país?

1. Sim 2. Não 3. Caso não, explique: _____

9. Por que você participaria de alguma forma de política em seu país?

1. Transformar a sociedade 2. Vantagens aos evangélicos 3. Outro

10. Como você participaria de alguma forma de política em seu país?

1. Voto

2. Manifestações públicas

3. Campanhas políticas partidárias

4. Sendo candidato a cargo político

5. Outro

11. O que lhe orienta a participar de alguma forma de política em seu país?

1. A Bíblia 2. Líderes religiosos 3. Pessoas evangélicas de sua igreja

4. Livros teológicos 5. Mídia 6. Outros

12. O que lhe influencia a participar de alguma forma de política em seu país?

1. Medo por perseguição 2. Status 3. Dinheiro 4. Outro

**FICHA DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA A LÍDERES
NÃO PERTENCENTES À OMEC**

1. Qual a sua idade?
2. Qual o seu grau de instrução?
3. O seu estado civil
4. O que é ser um evangélico para você? Você percebe-se como evangélico? Quanto tempo é evangélico?
5. Por que você participa desta igreja e não de outra? Quanto o tempo você participa desta igreja?
6. Você ocupa alguma função nesta igreja? Qual a função? Quanto tempo?
7. Você participaria de alguma forma de política do seu país? Qual ou quais?
8. Por que você participaria ou não participaria de alguma forma de política do seu país?
10. O que lhe orienta a participar ou não participar desta forma de política? Uma teologia, por exemplo? Qual?
11. O que influencia você a participar de alguma forma de política de seu país? A mídia, por exemplo? Como? Outro elemento?
12. Dentre os candidatos a presidente no contexto político atual, há algum que você votaria?